

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**MULHERES DA PRAIA DO SONO: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO,
TURISMO E SUSTENTABILIDADE NO LITORAL SUL DO RIO DE
JANEIRO**

Maria Morena Pinto Martins Farias

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**MULHERES DA PRAIA DO SONO: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO,
TURISMO E SUSTENTABILIDADE NO LITORAL SUL DO RIO DE
JANEIRO**

MARIA MORENA PINTO MARTINS FARIAS

Sob a Orientação da Professora
Thereza Cristina Cardoso Menezes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais** no Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Maio de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a)

P375m Pinto Martins Farias, Maria Morena, 1989-
Mulheres da Praia do Sono: um estudo sobre gênero,
turismo e sustentabilidade no litoral sul do Rio de Janeiro /
Maria Morena Pinto Martins Farias. - 2017.
115 f.: il.

Orientadora: Thereza Cristina Cardoso Menezes.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, CPDA, 2017.

1. Comunidades tradicionais. 2. Turismo de base
comunitária. 3. Artesanato. 4. Gênero. 5. Praia do Sono. I.
Cardoso Menezes, Thereza Cristina, 1970-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CPDA III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

Maria Morena Pinto Martins Farias

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 15/05/2017.



Prof.^a Dr.^a Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



Prof.^a Dr.^a Paula Mendes Lacerda (IFCH/UERJ)



Prof.^a Dr.^a Claudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ)

Dedico este trabalho à minha família, por todo o amor incondicional e incentivo pelos estudos.

À comunidade da Praia do Sono e às pessoas que cruzaram o meu caminho e possibilitaram a elaboração deste trabalho.

“Se a experiência é o que nos acontece, e se o sujeito da experiência é um território de passagem, então a experiência é uma paixão. Não se pode captar a experiência a partir de uma lógica da ação, a partir de uma reflexão do sujeito sobre si mesmo enquanto sujeito agente, a partir de uma teoria das condições de possibilidade da ação, mas a partir de uma lógica da paixão, uma reflexão do sujeito sobre si mesmo enquanto sujeito passional. E a palavra paixão pode referir-se a várias coisas”.

(Jorge Larrosa Bondía).

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de uma construção coletiva que me colocou em situações singulares, especialmente enquanto mulher. Com ela pude olhar pausadamente para mim e para as diversas situações históricas que nós mulheres temos vivenciado. A elaboração deste trabalho envolveu uma rede linda de pessoas, me colocando em momentos especiais e desafiadores, uma vez que, olhar para mim e estabelecer certa neutralidade enquanto estudante de gênero foi e é um exercício constante. Pude também sentir e refletir as transformações vivenciadas por mim nestes dois últimos anos.

Agradeço imensamente aos meus queridos pais, à minha irmã maravilhosa e à nossa Gigi! Agradeço, em primeiro lugar, por todo o amor, carinho e força que me deram durante toda a minha vida. Obrigada por nunca me deixarem desistir dos meus sonhos e dos meus anseios pela vida. Especialmente à minha mãe, a mulher mais guerreira que eu conheço, obrigada por ter uma história de vida tão bonita e marcante. Sem dúvida, crescer contigo inspirou a construção e realização de toda esta pesquisa. Vocês são o que há de mais importante para mim.

Agradeço ao meu companheiro, Marcus, pela sua paciência búdica durante todo o mestrado, pelo seu coração generoso, pelas nossas construções e trocas nesses últimos anos.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da UFRRJ. A sincronia com os professores e professoras confirmou a minha decisão para a formação neste programa, especialmente, a presença dos estudantes e das estudantes foi fundamental para garantir bons afetos e construções coletivas.

À minha querida orientadora, Thereza Menezes, que nos últimos minutos do segundo tempo aceitou me orientar, acreditando no meu projeto e no meu anseio em pesquisar a Praia do Sono e as suas mulheres. Gratidão pela nossa parceria, por estar sempre presente, pelas nossas conversas, sobretudo pelas trocas e pela sua generosidade em transbordar conhecimento.

À equipe que trabalha no CPDA, especialmente, à Silvinha, à Janethe, à Diana, à Anna Lídia, à Gaby, à Raquel e ao Reginaldo, sempre com alto astral e bom humor para nos acalmar e solucionar as nossas burocracias acadêmicas. Às professoras Cláudia e Paula, por terem contribuído com o meu trabalho durante os exames de qualificação e defesa.

Agradeço ao seu Manoel, o ascensorista de elevador do edifício Central, que sempre nos contagia com a sua alegria e entusiasmo pela vida.

Ao CNPQ pela bolsa de estudos que permitiu a realização desta pesquisa.

Ao professor Rogério Bitarelli e à professora Marília Falci Medeiros, a minha segunda mãe, sempre maravilhosa e atenta com o mundo e com as pessoas que a cercam. Professores amigos que sempre abriram a porta de sua casa para mim e para minhas inquietações.

Às mulheres e às famílias da Praia do Sono, Adair, Antônio, Bruna, Emily, Jadson Lindalva, Mariana, Zenir e Lúcia. Gratidão por me permitirem entrar em suas casas e conhecer as suas vidas. Gratidão pela generosidade e confiança, pelos relatos. Escutar e sentir as suas alegrias e tristezas foi fundamental para compreender o valor de ser um morador da Praia do Sono.

Agradeço às crianças do Sono, as minhas cicerones preferidas, sempre atentas e cuidadosas comigo. Fazer o trabalho de campo ao lado destes seres de luz foi uma experiência incrível.

Agradeço a Deus, à Pacha Mama e a Buda, por me permitirem ter amor e coragem para seguir trilhando.

Às amigas queridas, verdadeiros anjos da guarda, sempre me nutrindo com amor, boas risadas e confiança: Ingrid Gomes, Patrícia Marys, Renata Millanez e Thaylla Frazão.

Sobretudo, às mulheres do Círculo Sagrado Feminino, participar deste espaço é fundamental para o meu crescimento.

Aos colegas de turma de mestrado, gratidão por termos compartilhado tantos momentos de transformação.

Às mulheres e aos homens que cruzam a minha vida, companheiras e companheiros de jornada, que me auxiliam a compreender o que é ser mulher e que para modificar o mundo é necessário mudar a vida das mulheres.

RESUMO

PINTO MARTINS FARIAS, Maria Morena. Mulheres da Praia do Sono: um estudo sobre gênero, turismo e sustentabilidade no litoral sul do Rio de Janeiro. 2017. 115p Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A proposta do estudo é analisar a crescente presença feminina nas práticas de desenvolvimento sustentável na Praia do Sono, localizada no município de Paraty/RJ, a partir da análise comparativa do turismo de base comunitária e da prática artesanal do bordado. Pensar comunidades caiçaras na sociedade contemporânea é também refletir sobre a implementação de práticas econômicas que permitam a reprodução e a sobrevivência destes povos em conjunto com a conservação ambiental das áreas costeiras. Com este objetivo, a pesquisa buscou analisar comparativamente dois tipos de práticas de desenvolvimento econômico em curso na Praia do Sono: aquelas induzidas pelo Estado e organizações da sociedade civil, como é o caso do bordado elaborado por mulheres que compõe o grupo reconhecido como as Bordadeiras da Praia do Sono. E as iniciativas e atividades protagonizadas pelas comunidades locais e desenvolvidas autonomamente como o turismo comunitário. O foco da pesquisa recaiu sobre a centralidade da gestão feminina no desenvolvimento dessas práticas econômicas, buscando refletir sobre como as mulheres acionam suas redes de parentesco e vizinhança na organização das atividades e como a crescente presença feminina na geração de renda tem se manifestado nas relações sociais de gênero dentro da família e da comunidade.

Palavras-chave: comunidades tradicionais, turismo de base comunitária, artesanato, gênero, caiçaras, Praia do Sono.

ABSTRACT

PINTO MARTINS FARIAS, Maria Morena. Women from Praia do Sono: a study on gender, tourism and sustainability in the southern coast of Rio de Janeiro. 2017. 115p Dissertation (Post-Graduate Program of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

This study intends to look at the growing presence of women on sustainable development practices at Praia do Sono, in the city of Paraty/RJ, through the comparative analysis of communitarian tourism and the artisanal practice of craftwork. To think about caiçara communities in contemporary society is also to reflect about the implementation of economical practices which allow the reproduction and survivor of these people together with environmental conservation of the coast areas. With this goal, the research compared two kinds of economical development practices developed at Praia do Sono: those inducted by the State and by civil society organizations, such as the craftwork project made by women known as Bordadeiras da Praia do Sono. On the other hand, the initiatives and activities made by local communities and developed autonomously such as communitarian tourism. The research's focus lies on the centrality of women's management in the development of these economical practices, seeking to reflect on how women activate their family and neighborhood networks in order to organize activities and how the growing female presence on the income generation has been manifesting itself on the social relations of gender inside the family and the community.

Key-words: traditional communities - community based tourism - craftwork - gender - caiçaras - Praia do Sono.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Vista da comunidade a partir da trilha Antigos-Antiguinhos.....	23
Figura 2	Localização da área de estudo - Praia do Sono - Paraty/RJ.....	24
Figura 3	Retirada da canoa após um dia de pescaria.....	34
Figura 4	Comércio local.....	38
Figura 5	Bordado elaborado por Emily Unna Monteiro-brown.....	46
Figura 6	<i>Camping</i>	48
Figura 7	Bruna Coelho e seus filhos.....	51
Figura 8	Seu Antônio e a sua esposa, dona Adair.....	54
Figura 9	Turistas no período de Ano Novo.....	58
Figura 10	Trabalhos das Bordadeiras da Praia do Sono.....	65
Figura 11	Trabalhos das Bordadeiras da Praia do Sono.....	65
Figura 12	Oficina de bordado para o grupo “Fios e Cores”.....	68
Figura 13	Stand Eco Fashion Paraty.....	70
Figura 14	Foto de parte do grupo na exposição Bordando o Sono.....	71
Figuras 15	Foto para divulgação do trabalho coletivo entre as bordadeiras as estilistas Lena Santana Glew e Daphne Segal.....	72
Figura 16	Foto para divulgação do trabalho coletivo entre as bordadeiras as estilistas Lena Santana Glew e Daphne Segal.....	73
Figura 17	Quadros elaborados pela bordadeira Mariana Castro.....	80
Figura 18	Rede de pesca.....	83
Figura 19	Bordado elaborado por Mariana Castro.....	94

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

CPDA – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

FTC – Fórum de Comunidades Tradicionais

IEF – Instituto Estadual de Florestas

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPERJ – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

MPF – Ministério Público Federal

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PPP – Parceria Público-Privada

REJ – Reserva Ecológica da Juatinga

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I A PRAIA DO SONO	23
1.1. Apresentando a Praia do Sono.....	23
1.2. Localização geográfica	24
1.3. Conflitos de acesso ao território da Praia do Sono.....	25
1.4. Caso seu Gibrail.....	26
1.5. O Condomínio Laranjeiras.....	29
1.6. Reserva Ecológica da Juatinga e Área de Proteção Ambiental Cairuçu.....	32
1.7. Atividades econômicas.....	34
1.8. Formas de organização e identidade.....	35
CAPÍTULO II O TURISMO NA PRAIA DO SONO	38
2.1. A história do turismo na comunidade.....	38
2.2. As configurações sociais estabelecidas a partir do desenvolvimento do turismo familiar na Praia do Sono.....	41
2.3. As temporalidades na Praia do Sono.....	46
2.4. Laços de compadrio e parentesco.....	51
2.5. O perfil turístico.....	55
CAPÍTULO III AS BORDADEIRAS DA PRAIA DO SONO	61
3.1. A história das Bordadeiras da Praia do Sono	61
3.2. A inserção do Sebrae na Praia do Sono.....	73
3.3. As parcerias e a vinda de designers.....	77
3.4. O estilo hippie chique.....	80
CAPÍTULO IV EXPERIÊNCIAS FUNDIÁRIAS E OS SEUS HABITANTES	83
4.1. Um breve recorte histórico do povoamento de Paraty.....	83
4.2. A questão territorial brasileira.....	86
4.3. A criação das unidades de conservação.....	88
4.4. A construção da noção de “população tradicional” no Brasil.....	91
4.5. A criação das reservas extrativistas e a perspectiva de cogestão territorial.....	93
4.6. O que é ser caçara e os sentidos de sentir-se caçara: uma identidade em constante construção.....	94
4.7. A legislação brasileira a e o Processo de Conservação Ambiental	99
4.8. O processo de institucionalização das Unidades de Conservação: parceria público - privada	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

INTRODUÇÃO

Conceitos como gênero, sustentabilidade e comunidades tradicionais têm se constituído como eixos centrais dos debates e práticas contemporâneos para promoção do desenvolvimento sustentável. Entretanto, essa discussão ainda exige um redimensionamento, representado pela maior visibilidade e valorização da agência das mulheres. Esta pesquisa busca, a partir da perspectiva das mulheres, suas demandas e necessidades específicas, analisar questões que estão na pauta da temática do desenvolvimento, como meio ambiente, sustentabilidade e justiça social.

Apesar da crescente ênfase que a literatura vem dando ao papel da mulher no sustento da família e no abastecimento das economias locais, faz-se necessário um maior volume de informações acerca das condições em que as mulheres desenvolvem as suas atividades, especialmente no que se refere às estratégias e aos arranjos de organização social da produção, às formas de comercialização e financiamento, e às características da cadeia produtiva em que elas estão envolvidas. Sobretudo no que se refere ao papel que as mulheres desempenham em suas atividades produtivas e reprodutivas e às relações de gênero, visto que as estatísticas de produção não discriminam o volume da produção que é gerado por homens e mulheres, como também desconsidera a produção que está destinada a abastecer as necessidades de consumo familiar. E, como geralmente se observa, essa produção costuma ser de responsabilidade das mulheres (ALENCAR 2002; ALENCAR 1997; ALENCAR 2012; SOARES 2012).

O objetivo da pesquisa é examinar duas práticas produtivas desenvolvidas prioritariamente por mulheres e que ocupam papel importante para aporte de recursos para a Praia do Sono: as atividades turísticas e artesanais (bordado). Essas mulheres da Praia do Sono, autodenominadas caïçaras¹, e suas famílias desenvolvem a atividade produtiva do turismo desde o final da década de 1980, quando o acesso à comunidade foi possibilitado pela construção da rodovia Rio-Santos e da estrada que liga a comunidade de Trindade ao condomínio Laranjeiras. E na prática turística desempenham múltiplas funções desde cozinhar, limpar a organizar os serviços e as finanças de seus pequenos estabelecimentos comerciais. Recentemente, passaram a se dedicar também à elaboração de tecidos bordados. Essas mulheres aprenderam a bordar a partir de uma iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (Sebrae), implantada na comunidade em 2007, com o intuito de melhorar a produção artesanal na região da Costa Verde fluminense. Atualmente, elas desenvolvem parcerias com algumas organizações não governamentais. As vinte mulheres compõem um coletivo organizado que, não só produz os bordados, mas também é responsável pela sua venda.

A Praia do Sono está situada na confluência de duas unidades de conservação ambiental (UC): a Reserva Ecológica da Juatinga – REJ, UC Estadual de conservação integral, e a Área de Proteção Ambiental do Caiçu, UC Federal, de uso sustentável. Desde o ano de 2001, com a elaboração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a região vem passando por um turbulento processo de recategorização territorial. Um fato importante para compreender, de forma mais atenta, as especificidades dos moradores do Sono, é considerar a sua localização. Por ser voltada para o mar aberto, e estando sujeita às

¹ Caiçara é uma palavra de origem tupi, que se refere aos habitantes das zonas litorâneas. As comunidades caïçaras surgiram a partir do século XVI com a mistura de brancos e índios.

intempéries, esta característica geográfica não favoreceu a sua ocupação por veranistas de alto padrão aquisitivo, uma vez que não pode abrigar um porto permanente para as embarcações de lazer. Isso a torna diferente de outras comunidades aparentemente mais isoladas, que têm que lidar com a ocupação de sua faixa costeira com construções de veranistas. Há ainda o Condomínio Laranjeiras, um empreendimento imobiliário de alto padrão que tem interesse em expandir a sua área para os limites da Praia do Sono, e a família dos herdeiros do Senhor Tanus. Ambos pressionam as comunidades dessa região com o intuito de incorporá-las em complexos turístico de alto luxo.

A proposta desta pesquisa é realizar uma etnografia dos momentos que envolvem a participação dessas mulheres na prática da atividade turística e na produção e circulação dos bordados. Atualmente, o turismo organiza e reorganiza a vida social das comunidades caiçaras na chamada região da Costa Verde fluminense, e essas mulheres desempenham um papel fundamental no desenvolvimento dessa atividade. Acredita-se que em decorrência de um saber acumulado e de uma construção cultural da divisão social do trabalho, há uma série de elementos e associações que potencializam e delegam a prática turística e o exercício da hospitalidade à mulher. Ao passo que, para desempenhar a atividade do bordado, elas foram capacitadas, se reúnem e refletem sobre o tema da coleção que irão bordar, quais fios e técnicas serão utilizados, com quem irão desenvolver parcerias e onde vão expor seus produtos finais.

Busca-se analisar a configuração em que as mulheres se articulam para equilibrar as tarefas exigidas pelo bordado e pelo turismo. Em relação ao bordado, as mulheres organizam-se coletivamente para conceber e realizar este processo. Descreveremos os meios que utilizam para fazer suas peças e a metodologia de aprendizagem. Nessa etapa, deveremos observar como esta atividade tida convencionalmente como tradicional, o bordado, é ressignificada a partir de iniciativas do Sebrae e das ONGs parceiras, mobilizando identidades tradicionais e de gênero. A arte de bordar não é uma tradição local, ela só passa a existir a partir da ação do Sebrae na região da Costa Verde. O bordado passa, assim, a ser progressivamente uma atividade produtiva, mas também de afirmação identitária e de resistência em relação à posse de uma terra na qual a permanência da comunidade esteve historicamente ameaçada. Porém, ao observar a cadeia de produção e comercialização, é possível perceber que a prática do bordado no Sono engendra toda uma cadeia de dependência entre essas mulheres e mediadores, impondo a assessoria de alguma ONG ou a existência de uma liderança que detenha capacidade de acionar redes de relações externas à comunidade.

Pretendemos, também, descrever e analisar as histórias de vida das mulheres que compõem o grupo das Bordadeiras Praia do Sono, enfatizando como o bordado entra em suas vidas e ressignifica as suas ações e vínculos de pertencimento, visto que as temáticas retratadas em seus bordados refletem elementos do seu cotidiano.

Em um segundo momento, este trabalho busca analisar o processo de organização dessas mulheres e de suas famílias em torno na atividade turística. O turismo corresponde à maior parte da renda de suas famílias, enquanto que a renda oriunda do bordado é apenas esporádica e essas mulheres e suas famílias não podem contar com ela de forma sistemática para a complementação da renda mensal. Pretende-se, aqui, compreender o processo de organização produtiva e a particularidade da produção dos bordados e dos serviços oferecidos pelo turismo.

Vale ressaltar que o grupo de mulheres desempenha essas duas práticas de forma distinta. A oferta de serviços de turismo se realiza dentro do núcleo familiar, com a construção de bares, pequenas vendas e restaurantes para o comércio de comidas e bebidas, e pousadas, *campings* e pequenas casinhas dentro de seus terrenos, além do aluguel de quartos para a hospedagem. Isso é complementado pelo transporte marítimo oferecido aos turistas, a venda de serviços de guia e o aluguel de pranchas e caiaques, serviços desempenhados pelos

homens. O bordado, por sua vez, realiza-se fora do núcleo familiar, pois essas mulheres organizam-se coletivamente para bordar, aprender novas técnicas e trocar experiências, como também se articular para expor os seus bordados em feiras organizadas pelas ONGs, visto que essas parcerias promovem a articulação entre as bordadeiras e espaços de divulgação e comercialização dos bordados. É importante descrever minuciosamente estas práticas, pois nelas podemos vislumbrar o progressivo processo de empoderamento dessas mulheres e seu efeito no reordenamento de funções familiares.

A proposta desta dissertação é verificar como se organizam a configuração social e as redes de interdependência dessas mulheres autodenominadas caiçaras através do turismo e da aquisição de novas técnicas e ferramentas do bordado. Acredita-se que, com relação ao bordado, há um par de atuações entre o criar e o construir tecnicamente um produto artístico, oferecendo um produto. A partir da atividade de bordar, as mulheres se percebem individualizadas, produtivas e, sobretudo, valorizam o seu potencial criativo, além de desenvolver uma alternativa ao trabalho doméstico não remunerado e dissolvido no trabalho familiar. Este processo não se faz sem conflitos, evidenciando-se uma tensão referente aos papéis de homem e mulher dentro da casa. Enquanto os maridos se dedicam ao turismo, mas permanecem como pescadores, as mulheres permanecem donas-de-casa e gerenciadoras da hospitalidade, mas se tornam também artesãs, e seus produtos se projetam para fora da Praia do Sono, como por exemplo, nos eventos de moda e artesanato dos quais têm participado.

Escolha do tema de pesquisa

O tema dessa dissertação surgiu a partir de duas justificativas, uma de cunho pessoal e outra de cunho sociológico. Sou nascida e criada em uma comunidade de pescadores, chamada Pedra de Guaratiba, que nos últimos anos passou por um intenso e desordenado processo de urbanização, o que me possibilitou certa familiaridade com o modo de vida dos pescadores. Outro fato importante é ser filha de uma artesã, o que desde muito cedo me proporcionou uma proximidade muito grande com o mundo do artesanato, seus processos de produção, circulação, espaços e ferramentas.

Em relação à justificativa de cunho sociológico, como frequentadora da Praia do Sono, tenho observado uma nova demanda - o turismo de base comunitária - um segmento turístico que cresce bastante no mundo e que tende a conservar os modos de vida das comunidades locais. E uma forte desigualdade de gênero, junto à construção de uma nova configuração social e suas implicações, não só no cotidiano das mulheres dessa região, como também na realidade de suas famílias e da comunidade. Observo que o trabalho coletivo dessas obedece a uma solidariedade, uma racionalidade e a uma territorialidade que lhe são próprios. A partir de seus bordados, uma dada narrativa é construída, carregada de significados que contemplam tanto as experiências locais de suas famílias, quanto determinadas políticas públicas, além das perspectivas ambientalistas, o que reafirma e complexifica a identidade caiçara e o acesso cada vez mais disputado ao território da Praia do Sono.

Tendo em vista que os seus bordados são dotados de enorme potencial e efeito semiótico, funcionam como um valioso meio de comunicação não só do *habitus* dessas mulheres, como também expressam os poderes metafóricos e performáticos de suas leituras de mundo, impressas nos tecidos bordados. Junto a esses fatores, parece que o bordado permite que a mulher lide de maneira diferente com os encargos familiares, com a monotonia de seus cotidianos e com os efeitos da sazonalidade turística na constituição da renda monetária, tornando-se agentes produtivos e multiplicadores de seus trabalhos, pois toda uma construção de afinidades e ativismo em relação à posse da terra se expressa em seus bordados.

Os dados coletados permitem supor que há a presença de um saber acumulado sobre o cuidado da casa e da família que orienta a organização destas mulheres no desenvolvimento das atividades turísticas. Em relação aos bordados, observo que o artesanato, por si só, “não vende”, mas os valores nele inscritos - de uma comunidade tradicional que borda o seu cotidiano -, estes sim estão agregados de valor e “vendem”. Desta forma, suas obras e o momento em que se organizam para elaborar e vender os bordados funcionam como um caminho para o estudo de um universo pleno em significados, inovação e criatividade. Acredita-se que, além do bordado ter permitido experiências de autovalorização feminina e cultural, tem permitido certo empoderamento dessas mulheres, antes confinadas às atividades domésticas e sua extensão através do turismo. Elas agora transitam com maior fluidez para além dos limites do território da Praia do Sono.

Viabilidade e relevância

A escolha da comunidade do Sono se dá por se tratar de um local que frequento e observo atentamente há alguns anos e pelo fato desse espaço me suscitar interrogações socioantropológicas. Observo que o Sono constitui uma espécie de arena em que diferentes atores, processos e instituições estão envolvidos nas mais diversas disputas de interesses e projetos, tendo como efeito um intenso processo de ressignificação dos modos de vida caiçaras.

Outro motivo que desperta minha atenção para o tema escolhido é que ele ainda não foi alvo de investimentos de pesquisa sociológica, ainda que muitas pesquisas sobre os mais variados temas já tenham sido realizadas na região, como por exemplo, sobre a questão do conflito territorial e a permanência dos moradores do Sono em sua comunidade de origem. Arelado ao fato de que já possuía um conhecimento prévio da comunidade do Sono, pois já estabeleci alguns contatos, o que me proporcionou certa intimidade e segurança quanto à construção de laços de afeto e sociabilidade com algumas famílias.

Quanto à relevância deste tema, parto do princípio de que não escrevo sozinha, mas em interlocução com as mulheres do Sono a todo o momento, o que proporcionará visibilidade acadêmica ao trabalho e ao ponto de vista delas, pois percebo que há uma demanda do grupo de bordadeiras em concorrer a editais. Todavia, essas mulheres desconhecem os meios e os conteúdos necessários para acessá-los. Acredito que, a partir de uma dissertação que visibilize o grupo, elas possam acessar com maior facilidade os editais de arte e cultura e, assim, desenvolver projetos que legitimem e assegurem o acesso da comunidade à terra.

Formulação do problema e hipótese

A partir do que foi exposto e do trabalho de campo realizado na região em abril e setembro de 2015, em abril e dezembro de 2016 e janeiro de 2017, há indícios de que o turismo e o bordado representam atividades econômicas distintas, mas inter-relacionadas. E que se desenvolvem em períodos alternados do ano, cada uma com suas lógicas próprias de produção, organização, circulação, constituição de um grupo, identidades mobilizadas, coisas acionadas e uma divisão do trabalho por gênero específica. Em fase de alta temporada (dezembro, janeiro e fevereiro, além de feriados ao longo do ano, principalmente janeiro e fevereiro), as mulheres parecem se dedicar quase que inteiramente à prática do turismo, deixando o bordado em segundo plano. Observo que este esforço de geração de renda não induzido pelo Estado ou organizações, como é o caso do turismo, requer uma rede de interdependência com agentes externos ao Sono, algo bastante diferente do modelo que é constituído pela prática do bordado.

Enquanto que a dedicação às atividades do turismo é economicamente mais significativa para as mulheres e as famílias do Sono, os bordados parecem ser secundários, atuando como atividade complementar realizada nos períodos de baixa temporada turística (maio, junho, julho e agosto) e quando há a presença de uma pessoa para liderar e incentivar as atividades.

Parto da hipótese de que o bordado não é apenas um elemento com papel determinante na obtenção de renda. O trabalho artesanal elaborado por essas mulheres parece criar e fortalecer o grupo das Bordadeiras da Praia do Sono, funcionando como um elemento agregador e como um copartícipe de suas ações. A atividade de bordar parece ser capaz de promover experiências de autoestima, sentimento de agregação e abre novas possibilidades para o ordenamento dos papéis de gênero no âmbito da família e da comunidade.

Proponho, assim, analisar como essas mulheres se organizam e equacionam essas duas atividades e observar qual o papel do bordado como elemento de criação e fortalecimento do grupo e de suas configurações. Além de bordar e de trabalhar na prática turísticas, estas mulheres dão conta do trabalho doméstico no lar e do cuidado com as crianças e seus companheiros. Noto a existência de jornadas múltiplas de trabalho que expressam o desempenho das mulheres da Praia do Sono, lembrando que meu interesse não é apenas descrever as atividades, mas também compreender como elas se representam nesse mundo em que são chamadas a desempenhar, cada vez mais, múltiplas e diversas funções.

Neste sentido, há também a hipótese de que essas mulheres estão alocando o bordado como atividade secundária, mas valorizada como autoral e artística, tendo em vista o aumento do fluxo turístico na praia e, portanto, a possibilidade de adquirir mais renda no aluguel de quartos e casas, na organização dos *campings* e no fornecimento de bebidas, alimentos e serviços, como lavagem de roupa, guia e passeio de barco para os turistas. Vale destacar que o território da Praia Sono está inserido em uma área de Reserva Ecológica, o que limita as atividades agrícolas. O turismo e o pequeno comércio constituem a maior geração de renda e uma atenção maior dessas mulheres e suas famílias são concedidas às atividades turísticas nos períodos de alta temporada, visto que é neste período que se obtém o sustento anual de suas famílias.

Iniciativas ancoradas no desenvolvimento sustentável com equidade social e de gênero requerem congregar a sustentabilidade da vida humana como objetivo principal. Neste sentido, introduz-se a variável do cuidado às políticas voltadas para o desenvolvimento, tanto desde a perspectiva daqueles que o promovem, quanto daqueles que o recebem. A participação dos Estados através de políticas públicas do cuidado desde uma perspectiva de direitos tem se constituído como imprescindível para garantir o direito ao trabalho, à igualdade de oportunidades e à igualdade de gênero (ESPINO, 2015, p.17).

Logo, o processo de desenvolvimento social e econômico ocorridos em unidades de conservação e outros diversos territórios são complexos e compreendem diversos atores e âmbitos políticos. A potencialidade das medidas econômicas orientadas a favorecer o desenvolvimento depende, essencialmente, da maneira como se priorizam e se definem os objetivos do funcionamento das economias e de que modo o crescimento econômico e a sustentabilidade se relacionam. Isso nos leva a refletir sobre a relação entre o sistema econômico e as configurações de realização da reprodução social em áreas protegidas, como é o caso da Praia do Sono.

Nessa acepção, Carrasco e Tello (2012) descrevem essa relação embasados na existência de “elos lógica e historicamente ordenados: os sistemas naturais, o espaço doméstico do cuidado, as comunidades, o Estado e os mercados”. O elo do espaço doméstico do cuidado, ou seja, as tarefas da reprodução social e biológica nos lares, sempre foi avaliado como sendo parte da esfera feminina e, devido à sua característica desmercantilizada, foi sempre invisibilizado nas avaliações utilizadas pela economia. A invisibilidade do trabalho

reprodutivo denotou que esse tipo de prática ficasse excluído do que é avaliado como econômico socialmente e, por conseguinte, excluído dos modelos de desenvolvimento e das propostas de políticas públicas.

Compreendemos aqui o termo “economia do cuidado” na esfera dos estudos feministas. Com este termo busca-se contemplar os espaços em que operam os dois modelos de trabalho: os desenvolvidos nos lares de forma não remunerada e os que se relacionam às práticas que passam pelo mercado (setor público e privado), fundamentado pelo trabalho remunerado. Os dois contribuem para o bem-estar social e para o desenvolvimento econômico. Os padrões culturais dominantes caracterizam esse trabalho — tanto o remunerado quanto o não remunerado — como qualidades e características femininas e, portanto, ele e a sustentabilidade da vida humana vêm sendo tratados como uma externalidade do sistema econômico (CARRASCO, 2003; PICCHIO, 1999).

Sendo assim, o “cuidado” não é um tema restrito ao mundo “privado” e, sim, algo fortemente atravessado pelo “social”, em termos de classe e gênero, e pelo “público”, em decorrência das políticas que impactam direta e indiretamente em sua provisão (ESQUIVO, 2011). A abordagem econômica, quando focalizada no mercado, desconhece o papel do Estado como um equilibrador de oportunidades, o aporte do trabalho reprodutivo ao desenvolvimento, como também o valor da família enquanto um núcleo da desigualdade — onde germinam, se desenvolvem e consolidam as diferenças de gênero. Tendo em vista que o cuidado seja compreendido, inicialmente como “(...) um direito de todos e todas, ele deve ser garantido por meio de arranjos institucionais e orçamentários, ser normatizado e obter apoio estatal” (PAUTASSI, 2010, p.28).

A implantação do direito a ser cuidado está subordinada ao grau de “desmercantilização” que o Estado consegue garantir para os cidadãos, tendo em consideração o respeito aos direitos sociais e econômicos reais, por fora dos mecanismos de intercâmbio mercantil. Já a “des-familiarização” das políticas públicas é o processo através do qual o Estado diminui o nível de dependência dos indivíduos com relação às suas famílias (SOJO, 2011).

Neste sentido, as políticas públicas não devem contemplar apenas os grupos mais excluídos socialmente e economicamente, mas também assegurar o acesso das mulheres que desempenham tarefas domésticas no interior de seus lares aos seus direitos, uma vez que os parâmetros de proteção social na maioria dos países estão vinculados ao emprego formal. Levando-se em consideração a perspectiva defendida pela economia feminista, este movimento indica a necessidade de refletir que há uma relação estruturante entre a economia e o cuidado e entre políticas de desenvolvimento e políticas do cuidado, sejam elas formuladas para Unidades de Conservação ou para o território urbano. Assim sendo, é necessário construir e promover políticas públicas que contribuam para: a compatibilização do trabalho remunerado com o trabalho doméstico e as responsabilidades familiares do cuidado; o equilíbrio da distribuição dos tempos e espaços das mulheres e dos homens, de modo que desenvolvam plenamente suas vidas familiar, pessoal e laboral; a inclusão da disponibilidade de tempo para o desenvolvimento pessoal; e a redistribuição da renda (ESPINO, 2015).

Uma vez que se compreenda que os aspectos relacionados ao cuidado constituem uma responsabilidade coletiva realça-se a necessidade de planejar e implantar políticas públicas que possibilitem que o Estado garanta os direitos aos que cuidam e aos que são cuidados, solicitando, adequando e articulando a participação dos atores corresponsáveis pela economia do cuidado: homens e mulheres, famílias, comunidade e mercado. Essas categorias se manifestam na socialização de custos associados às tarefas do cuidado, à geração de serviços públicos, à regulamentação e ao estímulo da oferta na esfera privada. Esta interferência, além de buscar ampliar a oferta e a qualidade, deve colaborar para capacitar e formalizar as potencialidades dos indivíduos e o setor do cuidado.

Marco teórico

Com relação ao marco teórico, tomamos como base as discussões em torno da noção de desenvolvimento sustentável, particularmente, em unidades de conservação (UC) no Brasil. O desenvolvimento sustentável não constituía, inicialmente, um eixo de análise. Entretanto, na aproximação à discussão contemporânea e ao longo do trabalho de campo, constatamos que esta questão é transversal à história da Praia do Sono, uma vez que foi concebida como área de conservação. O conceito molda propostas de desenvolvimento da região e atravessa a nossa proposta de refletir sobre novos modelos de desenvolvimento econômico, novas gramáticas e formas de lutas pela defesa do território. Os principais autores com os quais dialogamos em nossa análise são Becker (1999), Diegues (1998) e Teixeira (2004), os quais problematizam sobre esta questão e elencam uma série de características ou condições para tornar viável o desenvolvimento sustentável. As discussões mais recentes no que tange a esta temática mostram que o conceito tem mudado, adaptando-se às novas reivindicações pelo território. Nesse sentido, desenvolvimento sustentável hoje em dia não se limita apenas à conservação ambiental e ao desenvolvimento socioeconômico. Este conceito também operacionaliza e representa uma reforma que altera as estruturas de poder e se articula com uma série de políticas governamentais que visam atingir aspectos relacionados à equidade de gênero e ao desenvolvimento econômico e social desses lugares, uma vez que a perspectiva de gênero vem sendo incorporada de maneira tímida, a partir da participação das mulheres nos espaços de tomada de decisões políticas e da discussão acerca das ações de gestão nas UCs.

Trazemos também algumas discussões relacionadas com a questão territorial brasileira e a criação das unidades de conservação, marcadas pela construção da noção de população tradicional no Brasil, promovida pela Constituição de 1988 e pela organização dos movimentos sociais. Apresentamos alguns limites relacionados com esta política e refletimos, através da bibliografia e experiência recente a noção de identidade caiçara, com apoio nos autores Adams (2000) e Vianna (1996).

Outro referencial utilizado na pesquisa se relaciona ao aporte teórico sobre gênero, desenvolvido por Woortmann (1992) com o objetivo de problematizar quem é esta mulher e como é a relação desta com a sua comunidade, com os “de fora”, com sua família e com as mulheres que compõe o agrupamento das Bordadeiras da Praia do Sono. Compreende-se gênero como uma categoria de análise em relação ao conhecimento sobre a diferença sexual do indivíduo. Este conhecimento é percebido e produzido por vias complexas e relativas, isto é, por complexas e amplas representações epistêmicas e refere-se não somente às ideias, mas também às estruturas, instituições e práticas rituais e cotidianas, enfim, a tudo aquilo que compõe as relações sociais.

Neste estudo nos apoiamos também no conceito de Configuração Social e Rede de Interdependência nos termos de Elias (2001), entendido como um recurso metodológico representado por uma rede de indivíduos interligados. Tal ligação é realizada via valências abertas com as quais os indivíduos interagem e, entre eles, haveria uma relação de poder mais ou menos instável, a depender do tipo de relação que se estabelece e do equilíbrio ou não que esta relação de poder tem em determinada relação. As pessoas se uniriam umas às outras por suas inclinações básicas, por suas disposições, constituindo teias de interdependência.

Aspectos metodológicos

Os instrumentos metodológicos utilizados no presente trabalho consistem na análise documental e no enfoque etnográfico e processual, dando-se especial ênfase a análise de trajetória de vida de algumas mulheres. Fizemos um esforço para compreender, através da

bibliografia e estudos existentes, a história da cidade de Paraty e todos os impactos que os períodos de reconversão econômica trouxeram para a região e para os seus habitantes. Dando ênfase aos documentos que abordam as questões fundiárias e os conflitos sociais nessa região, aspecto amplamente estudado devido a sua importância como cenário de lutas por reconhecimento identitário no Brasil. Da mesma forma, tentamos reconstruir, a partir da revisão bibliográfica, documental e do marco normativo, a história da Praia do Sono, imersa em uma configuração social maior, seus antecedentes e posteriores desdobramentos.

O trabalho apoia-se metodologicamente na descrição etnográfica, entendida como um processo histórico, de relações sociais em permanente movimento, apontando para uma centralidade do presente (ALMEIDA, 2015). Realizamos vinte e cinco entrevistas semiestruturadas, individuais e grupais, em cinco períodos, inicialmente entre abril e setembro de 2015, em abril e dezembro de 2016 e em janeiro de 2017. As entrevistas foram realizadas na Praia do Sono e na cidade do Rio de Janeiro.

Durante o trabalho de campo acompanhamos períodos que correspondem à alta e à baixa temporada turística na Praia do Sono. Esses dias na comunidade foram fundamentais para perceber o cotidiano do local, o modo como as configurações familiares se estabelecem a partir de práticas distintas de desenvolvimento econômico e o modo como essas atividades produzem redes de interdependência entre as instituições e os diversos atores e as suas agências. Ressaltamos que a etnografia acompanhada de um enfoque processual foi essencial para perceber a centralidade que as mulheres exercem na comunidade e em suas respectivas práticas econômicas. Sendo possível perceber que modelos de desenvolvimento econômico induzidos por órgãos externos pareciam produzir na comunidade uma determinada cadeia de dependência da presença de mediadores para se reproduzirem, ao passo que modelos não induzidos (autônomos), parecem empoderar e potencializar os esforços de autogestão e desenvolvimento da comunidade.

Estrutura da dissertação

A dissertação estará estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O lugar: a Praia do Sono” buscará caracterizar a comunidade do Sono, começando pela localização geográfica, seguida por uma descrição etnográfica dos recentes conflitos de acesso ao território. Também será feito um breve histórico acerca das comunidades que compõem a região, que atualmente concentra um mosaico territorial ambiental constituído pela Reserva Ecológica da Juatinga e a Área de Proteção Ambiental Cairuçu, bem como uma descrição das principais atividades econômicas desenvolvidas para a subsistência dos comunitários. Este capítulo também passará pelas formas de organização e identidade, com o intuito de mostrar a inter-relação entre as reivindicações identitárias na Praia do Sono e as demandas por políticas públicas e direitos relacionados aos povos e comunidades tradicionais.

O segundo capítulo terá como foco a atividade turística na área pesquisada. Inicialmente, apresentamos a história do turismo na comunidade e as configurações sociais estabelecidas a partir do turismo familiar. Salientando também o papel que os órgãos ambientais, os turistas e o Condomínio Laranjeiras exercem sobre o cotidiano dos moradores. Posteriormente, através da análise etnográfica processual reconstruiremos a organização da comunidade do Sono em torno da prática turística, além de observar os laços de compadrio e parentesco e as temporalidades geradas a partir da introdução da prática turística. Onde aprofundaremos o olhar sobre o protagonismo da mulher na gestão financeira, familiar e logística das atividades turísticas em curso.

O terceiro capítulo, intitulado “As Bordadeiras da Praia do Sono”, está dividido em quatro seções. Na primeira seção apresentamos o histórico do grupo as Bordadeiras da Praia do Sono. Na segunda seção trabalharemos em torno da inserção do Sebrae na comunidade,

com o intuito de demonstrar como uma atividade não tradicional passa a ser elaborada por um grupo de mulheres e a ressignificar as suas ações cotidianas. Adiante, abordaremos as experiências de parcerias elaboradas pelo grupo e a ida de designers ao local. A intenção é saber como as bordadeiras se apropriam das parcerias com o Sebrae e com as ONGs. Este capítulo se baseará na revisão bibliográfica, na pesquisa de campo e nas entrevistas focalizadas com alguns representantes de instituições que desenvolveram trabalhos no Sono: Associação Cairuçu, Instituto Colibri, Casa Azul, Instituto Zuzu Angel, Movimento Ecochic e Sebrae. Posteriormente, temos o objetivo de compreender o papel que o bordado exerce como um instrumento de produção de narrativas literárias, histórias de vida e perspectivas de empoderamento feminino, assim como resgatar as categorias nativas de obra de arte e artesanato operacionalizadas pelo grupo.

O último capítulo, dividido em oito seções, busca situar a configuração fundiária e a forma como as comunidades tradicionais organizam-se nesses territórios. Em um primeiro momento, realizamos a descrição histórica da região de Paraty, da chegada dos primeiros migrantes, no início do século XVI, às sucessivas fases de reconversão econômica que conduziram à conformação atual da área, que compreende a chamada “Costa Verde fluminense”. A segunda e a terceira partes estão focadas na descrição do processo de criação das unidades de conservação e a expansão do movimento ambientalista internacional e os impactos que este modelo gerou, não apenas para território nacional, mas, sobretudo, para os habitantes da área pesquisada. Na quarta seção descrevemos a construção da noção de “população tradicional” no Brasil através de uma perspectiva compreensiva do conceito. Enfatizamos que a consolidação deste conceito está intimamente associada aos debates acerca do processo relacional de determinados grupos sociais com a preservação da biodiversidade. Posteriormente, há uma discussão acerca da categoria caiçara, os sentidos de ser caiçara na contemporaneidade e como esta identidade é agenciada e relacionada à identidade de gênero na área pesquisada. Finalizaremos este bloco abordando o processo de institucionalização das unidades de conservação, com foco no modelo de parceria público privada.

CAPÍTULO I

A PRAIA DO SONO



Figura 1: Vista da comunidade a partir da trilha Antigos-Antiguinhos. (Foto da autora, 2015).

1.1 Apresentando a Praia do Sono

A Praia do Sono está localizada numa região que possui um mosaico de comunidades tradicionais. Situa-se no município de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Paraty localiza-se no litoral sul fluminense e faz fronteira com a cidade de Ubatuba, que pertence ao estado de São Paulo. Com uma vasta vegetação conservada da Mata Atlântica, Paraty é rodeada por morros e possui uma multiplicidade de belas praias, ilhas, rios e cachoeiras. Paraty situa-se na região também conhecida como Costa Verde, que engloba os municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Ilha Bela, Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião no estado de São Paulo.

O Sono é uma das praias oceânicas isoladas de Paraty que ainda abriga uma comunidade com características marcantes da chamada cultura caiçara e que desenvolve a pesca artesanal como uma das suas principais fontes de subsistência e renda. Concentrando 314 moradores, segundo o levantamento feito pela Associação de Moradores, a comunidade vem sofrendo os efeitos da urbanização e uma leve descaracterização do lugar. Isso ocorre por conta da frequente recepção de pequenos fluxos turísticos, principalmente no período do ano novo e carnaval, além de haver casas para alugar em substituição aos quintais caiçaras.

Narram que o nome Praia do Sono originou-se do fato da praia ser rodeada de altas encostas, como o Pico do Cairuçu, que ocasiona que o sol nasça mais tarde e se ponha mais

cedo, proporcionando assim uma noite mais extensa aos moradores. Fernanda, uma moradora, conta que a sua avó dizia que esse nome se deu porque os exploradores portugueses, depois de desbravar os mares da região, já chegavam ali exaustos.

A ocupação da comunidade da Praia do Sono está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento social e histórico da região, constituindo-se assim em uma realidade imersa em um fluxo de ciclos de desenvolvimento econômico ocorridos em Paraty-RJ nos últimos séculos. Esses ciclos compreendem a extração do pau-brasil, o ciclo do ouro, do café, o tráfico negreiro, a construção da Rodovia Rio-Santos, na década de 1970, junto às práticas de conservação ambiental e a atividade turística.

Essas duas últimas atividades passaram a fomentar a especulação imobiliária e a implementação de grandes empreendimentos turísticos, desencadeando, assim, o cerceamento da população nativa e o aumento das desigualdades sociais desta região. Conforme afirma Vianna (2008), o processo histórico de ocupação e o uso do solo de Paraty exemplificam algumas das razões que levaram à sua marginalização por muitos anos e também a razão por que o município vem atraindo ações de caráter conservacionista nas últimas décadas. Justamente nos interstícios entre os ciclos econômicos, quando as atividades voltadas para a exportação entravam em declínio, a cultura das comunidades costeiras da região se fortaleceu (Diegues & Arruda, 2001).

1.2 Localização geográfica

A Praia do Sono está situada na confluência de duas unidades de conservação ambiental (UCs): a Área de Proteção Ambiental do Caiuruçu, de âmbito federal, de uso sustentável, abrange uma área continental de 33.800 hectares, em um total de 62 ilhas. Foi instituída em 1983, sob a jurisdição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e a Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), de âmbito estadual e de conservação integral, criada em 1992, sob a jurisdição do Instituto Estadual de Florestas (IEF) do Rio de Janeiro, com uma área de 8.000 hectares.

Desde 2001, com a elaboração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a região vem passando por um turbulento processo de recategorização territorial. Há ainda o Condomínio Laranjeiras, um empreendimento imobiliário de alto padrão de luxo, que tem interesse em expandir a sua área para os limites da Praia do Sono, além de impedir a circulação dos comunitários pelo Condomínio, uma vez que para chegar à Praia é obrigatório cruzar o Condomínio. Outro problema relacionado ao direito e ao uso do território é a ação de um grileiro bastante conhecido na região, o falecido empresário paulista Gibrail Nubile Tannus, que causou grande transtorno em relação à posse territorial para a população do Sono.

Entre uma gama de fatores presentes no território da Praia do Sono, é importante compreender, de forma mais atenta, a sua localização, que produz determinadas especificidades nos modos de vida caiçara desta comunidade. Por ser voltada para o mar aberto e estando sujeita às intempéries, esta característica geográfica não favoreceu a sua ocupação por veranistas de alto padrão aquisitivo, uma vez que não pode abrigar uma marina permanente para as embarcações de lazer.

Isso a torna diferente de outras comunidades aparentemente mais isoladas, que têm que lidar com a ocupação de sua faixa costeira com construções de veranistas. Em decorrência das características culturais presentes em seus modos de vida, seus habitantes passaram a ser reconhecidos e categorizados pelo Estado e por pesquisadores como uma população tradicional caiçara. O que vem implicando não apenas no fortalecimento da segurança territorial, mas em uma série de figurações e reordenamentos sociais não só no interior da comunidade, mas para além dos seus limites.

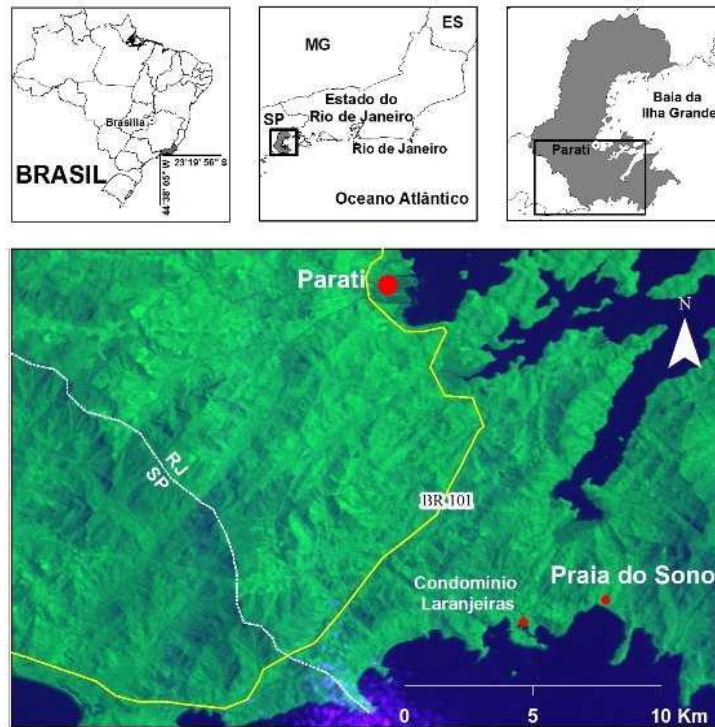


Figura 2: localização da área de estudo - Praia do Sono - Paraty/RJ. **Fonte:** Igara Consultoria / Caracterização Ambiental RE Juatinga e Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim.

1.3 Conflitos de acesso ao território da Praia do Sono

Uma relação na maioria das vezes conflituosa, não apenas para a Praia do Sono, mas para as comunidades localizadas na região, é o movimento crescente de conservação ambiental no território nacional. É importante ressaltar que o modo de vida da população da região tem sido considerado decisivo para a manutenção das características ambientais das áreas ocupadas e, por este motivo, essas áreas tornaram-se espaços privilegiados para a criação de Unidades de Conservação cuja gestão tem se voltado recentemente contra o desenvolvimento de atividades cotidianas dessas comunidades tidas como impactantes.

As Unidades de Conservação inauguraram um novo modo de relacionamento com os espaços ocupados, sendo a presença destas e dos órgãos de gestão ambiental uma preocupação latente percebida no Sono e nas comunidades vizinhas. Anteriormente, a utilização do solo era determinada pelo uso sustentável dos recursos naturais, marcado em geral pela ocupação de territórios de uso comunitário. Hoje é diferente, caracterizado por condicionantes do uso e ocupação do solo, fazendo com que as famílias se limitem ao uso de seus quintais, sendo muitas vezes impedida de realizar algumas das atividades tradicionais, como o roçado e a extração de madeira.

O processo de conservação ambiental aconteceu ao mesmo tempo em que a região se reconvertia economicamente como área de grande potencial turístico, sendo este movimento marcado pela valorização da beleza da região e sua condição de conservação. Desta forma, o modo de viver predominante nas comunidades tradicionais de Paraty e a sua maneira de relacionar-se com o meio ambiente, ao mesmo tempo em que preservou a região, atraiu a atividade turística, atividade que vem transformando e impactando o cotidiano e o processo de desenvolvimento dessas comunidades.

A introdução das Unidades de Conservação tolheu e cerceou as práticas de reprodução social tradicionais dos comunitários como a caça, por exemplo. A atividade turística introduziu os “de fora” nessas comunidades, trazendo novos hábitos que estão alterando o modo de vida, ocupação territorial e o desenvolvimento das comunidades.

Desta forma, esses dois movimentos de interesse da ocupação e do planejamento da região são centrais para problematizar não apenas a Praia do Sono, como também as comunidades tradicionais da região, uma vez que esses dois processos modificaram profundamente as dinâmicas socioeconômicas de todas as localidades. Anteriormente ocupadas apenas por comunidades de pequenos pescadores artesanais e agricultores, a região atraiu ao longo das últimas décadas diversos interesses socioeconômicos, alterando o cotidiano caçara que vigorava como característica da região, em uma forma de resistência a esses novos modelos de desenvolvimento econômico e de preservação ambiental.

Em decorrência do isolamento geográfico, essas comunidades foram pouco alcançadas pelas políticas públicas regionais e nacionais e tornaram-se cada vez mais influenciadas pelo movimento provocado pelos “de fora”. Adiciona-se a isso o baixo acesso a equipamentos públicos e o reduzido nível de escolaridade, efeito da baixa importância de suas atividades econômicas no contexto das políticas locais.

Vale lembrar que não é apenas o conflito relacionado à ocupação do solo uma questão grave para estas comunidades, mas também a forma de ocupação do mar. Se há algum tempo os pescadores eram os principais utilizadores das águas desta região, atualmente a prática da pesca tradicional divide espaço com diversos empreendimentos econômicos, seja o turismo, o lazer, a pesca industrial ou o aumento das economias e dos portos que, através da navegação, conseguem fazer circular os seus produtos e mercadorias.

1.4 Caso seu Gibrail

São diversas as transformações demográficas e paisagísticas ocorridas na Praia do Sono, chegando a ter, em meados da década de 1950, cerca de 1.500 moradores², enquanto que nos anos 1970 e 1980 a população do Sono foi reduzida de maneira drástica. Nesse período, houve um aumento da especulação imobiliária e a ação de um grileiro bastante conhecido na região, o paulista Gibrail Nubile Tannus, que provocou grandes problemas para a população local.

A situação de conflito, seguida pela migração compulsória dos moradores do Sono, especialmente para as cidades de Paraty, Jundiá e Santos, ocorre desde os anos 70 por pressão da família de Gibrail Nubile Tannus. Esta se utilizou de ações, em sua maioria violentas, com o intuito de obrigar os moradores a cederem as suas terras para o “proprietário por direito”: Segundo Jadson dos Santos, membro da Associação de Moradores do Sono³:

Quando o grileiro entrou, só ficaram 22 famílias das quase 90 que moravam aqui nessa época. Foram essas famílias que lutaram para que hoje possamos estar no Sono. O Sono foi uma das 37 áreas em Paraty que ele grilou. Enquanto que outro grupo grilou Trindade e o Condomínio grilou a comunidade de Laranjeiras. Foi tudo engolido.

Alguns moradores contam que, inicialmente, o Sr. Tannus era muito bondoso, distribuía doces para as crianças e frequentava a vila. Segundo seu Antônio,⁴ existia uma relação de exploração entre o Sr. Tanus e os moradores baseada no modelo semelhante à

²SIQUEIRA, 1984, p. 45 apud BALLABIO, 2009, p. 23.

³ A Associação de Moradores da Praia do Sono foi criada em decorrência do conflito fundiário com o grileiro Gibrail Nubile Tannus.

⁴Antônio José Albino, 90 anos, um dos moradores mais antigos da comunidade.

corveia medieval, em que estes últimos eram obrigados a pagar uma renda na forma de trabalho, ou seja, trabalhando alguns dias por mês na propriedade do Sr. Tannus. Entrevistados relatam que alguns moradores teriam sido lesados e assinaram cessões de direito sobre as suas terras:

Muitas pessoas, assim como eu, foram para Jundiáí, onde o Gibrail tinha uma fábrica de alto-falante. Ele dava passagem, casa e trabalho para os caiçaras⁵ do Sono. Nos fazia assinar uns papéis e nos dava uma merreca em troca. Ele tinha também uma condução própria para levar as pessoas do Sono para lá.

Atualmente há muitas pessoas do Sono em Jundiáí que não conseguiram voltar e outras que voltaram logo em seguida, pois não aguentaram.

Lúcia Castro, 54 anos⁶.

Contudo, a maioria dos relatos cita ações mais diretas de expropriação. Adiante apresento um trecho do livro de Priscila Siqueira, escrito e publicado no ano de 1984, que nos permite compreender a configuração acerca da relação da comunidade com o “Dr. Gibrail⁷” no apogeu das agressões aos comunitários do Sono.

A paz dos moradores do Sono, “todos eles criados dentro do Evangelho”, acabou em 1950, quando Gibrail comprou títulos das terras da Fazenda Santa Maria, vizinha a esta praia. Logo no começo, Gibrail tentou estender seus domínios além dos limites da fazenda, e a pressão e intimidação sobre os caiçaras se intensificou. Segundo o industrial, a praia do Sono, Ponta Negra, Antigo Grande e Antigo Pequeno fazem parte de sua propriedade. “O homem comprou uma fazenda pegou quatro praias”, afirma Manoel Quirino. Para que os posseiros do Sono deixassem suas terras, Gibrail chegou a oferecer em troca uma área de 400 metros quadrados num lugar chamado Mãe d’água. Segundo Maria Coralda, esposa de Manoel Quirino, “é um lugar que não dá para viver, bate pouco sol e existe muito mosquito”.

Segundo Perpétua Maria de Araújo⁸, 56 anos, filha de Manoel Quirino:

Ele queria ser o dono de tudo, ele dizia que a terra era dele, mas não era nada dele, era tudo do Estado. Ele achou que ia “tapear” os caiçaras, mas o caiçara já sabia que a terra era do Estado. Aqui não tinha nada dele, o dele era só a Fazenda Santa Maria. Ele comprou o juiz, e este juiz dizia que a terra era dele.

Seu Antônio relata, ainda, que mesmo na década de 1970, o Sr. Tannus abriu uma estrada particular que ligava Laranjeiras à comunidade do Sono. Por essa estrada passavam caminhões frigoríficos para escoar pescado, peixe seco e outras espécies, além de tratores para derrubar as habitações dos moradores que vendiam seus terrenos, com o intuito de evitar o retorno destes.

Ele passou a controlar o modo de vida do Sono através do modo de produção. Só ele que ditava as regras aqui no Sono. Desse movimento a Associação de Moradores da Praia do Sono foi sendo criada e os líderes foram surgindo para tentar ver o que poderia ser feito. Essas lideranças começaram a tentar achar uma saída, chamaram o Estado, vieram advogados para cá, especialmente, os que lutaram em Trindade. E foi isso que ajudou. Essa luta coletiva realmente valeu à pena, defendeu o povo e o seu direito ao território.

Antônio José Albino, 90 anos.

⁵Forma como os moradores do Sono se autodenominam.

⁶Costureira do grupo Bordadeiras da Praia do Sono.

⁷Maneira como os entrevistados se referem a Gibrail.

⁸Integrante desde a formação inicial do grupo das Bordadeiras da Praia do Sono.

Um certo número de famílias optou em resistir às pressões e permanecer na comunidade. Segundo os entrevistados, foram tempos difíceis com ações de despejo judicial quase diárias. Diversas tentativas de intimidação foram experienciadas pelos moradores resistentes. Dentre elas, estava uma norma que estabelecia que as casas novas designadas aos filhos dos moradores seriam construídas junto à parede da casa já existente, cerceando assim o aumento do número de casas junto à expansão territorial da vila.

Outro procedimento de coação e expulsão descrito pelos moradores foi a introdução de búfalos nas partes rurais da comunidade. Uma vez que os comunitários têm por costume não cercar as suas áreas de produção agrícola, os animais comeram todas as lavouras de mandioca, milho e feijão e acabaram por poluir a água que a comunidade consumia.

Gibrail trouxe búfalo para destruir a nossa lavoura, acabou que os búfalos sujaram a água da cachoeira, eles ficavam soltos por todo canto. Nós ficamos sem água potável por muito tempo, além de que tínhamos medo destes bichos.

Lúcia Castro, 54 anos.

Segundo os relatos, os descendentes do Sr. Tannus ainda praticam esta tática em comunidades vizinhas, porém não existe mais na Praia do Sono. Durante os períodos de campo foi possível perceber que muitos moradores consideram o “episódio dos 72 policiais” um verdadeiro marco na história da comunidade e narram com entusiasmo:

Ele entrou aqui com ordem de despejo e com 72 policiais, que foram comprados por ele para nos expulsar. Nesse dia tinha um barco de pesca aqui em frente, fomos de canoa até este barco e pedimos para passarem um rádio para Trindade. Vieram o desembargador, advogados e um monte de caixas com foice, facão e enxada para nos ajudar. Nós demos uma surra nele com pé de milho e urtiga. Nesse dia o Estado comprou a nossa briga com o Gibrail. A partir daí muita coisa mudou e ele nunca mais voltou para cá.

Lúcia Castro, 54 anos.

Diante desses fatos, da gravidade dos conflitos e do aumento do movimento ambientalista, o governo do Estado do Rio de Janeiro, considerando a importância da permanência dessas comunidades no seu território de origem, em 1984, decretou a área do Sono como uma zona de utilidade pública, para nela manter seus ocupantes. Posteriormente, a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais (SEAF) iniciou pesquisas da cadeia dominial sucessória em que considerou que a documentação de propriedade da terra era nula em função de erros no registro que correspondem à área da Fazenda Santa Maria. Este fato resultou na distribuição da Ação Discriminatória da Praia do Sono (ACO 586) ajuizada pela Procuradoria Geral do Estado em face de Gibrail Nubile Tannus e sua mulher Maria Leny de Andrade Tannus, em 14 de fevereiro de 1997, visando anular e cancelar o referido registro e, assim, devolver a área para o Estado e fixar os posseiros em suas terras. A ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal e, no dia 9 de fevereiro de 1997, o Ministro relator aprovou o encaminhamento da ação para a Câmara de Conciliação de Arbitragem, com vistas a tentar uma composição entre as partes.

São por estes antecedentes históricos e pelas questões atuais que a ação pela posse legal do território permanece até os dias de hoje como o principal mote da comunidade em seu processo de reconhecimento político-identitário. Vale ressaltar que, além da Ação Discriminatória presente no Supremo Tribunal Federal em relação à Praia do Sono, os herdeiros do Senhor Tannus ainda pressionam as comunidades de Praia Grande da Cajaíba e Martim de Sá. Os outros núcleos e comunidades encontrados nessa região também são áreas de interesse por parte de investidores interessados em criar complexos turísticos de luxo, o

que poderia impactar diretamente a Praia do Sono, uma vez que o Condomínio Laranjeiras apresenta interesse em expandir a sua área.

É possível verificar que, mesmo que hoje exista uma rede de apoio melhor organizada e politizada do que a que era presente nos anos 70 e 80, há ainda uma marcante apreensão em relação aos projetos que alcancem a comunidade. Exemplo deste fato é o receio com que é percebido por grande parte dos moradores locais o projeto de recategorização da Reserva Ecológica da Juatinga que está sendo elaborado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Nessa conjuntura, a proposta de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é vista com temor e dúvidas pelos comunitários, pois não existe uma clareza em relação à maneira como uma recategorização territorial afetaria a propriedade e o uso da terra.

As discussões ao redor do processo de recategorização da Unidade de Conservação manifestam a dualidade presente nos moradores em relação aos órgãos de conservação ambiental. Há a percepção compartilhada entre os moradores do Sono de que a legislação ambiental que regula suas formas de uso e ocupação do espaço tem um efeito prejudicial, pois dificultou a reprodução do modo de vida tradicional caiçara, pois os impediu de plantar suas roças e limitou as construções de pousadas para os turistas e casas para os nativos⁹. Nesta perspectiva, a inserção na unidade de conservação é apontada como um novo meio de expropriação da terra de uso tradicional da população.

Por outro lado, a presença dos órgãos de proteção ambiental é percebida como uma espécie de proteção e defesa contra os interesses externos, pois evita, por exemplo, a implantação de grandes empreendimentos na Praia do Sono, além de disciplinar a sua ocupação e manter o potencial turístico. Também ajuda os moradores a garantir a exclusividade na exploração da atividade comercial na praia. Essas nuances sociais demonstram como as relações dessa população com os órgãos do Estado são complexas.

1.5 O Condomínio Laranjeiras

O Condomínio Laranjeiras¹⁰ foi implantado no ano de 1974, na localidade onde vivia o núcleo de pescadores de Laranjeiras, hoje totalmente expropriado de seu território. Constitui uma área urbana de alto padrão de luxo, com uma ocupação planejada, fiscalizada e rigorosamente regulamentada com administração própria. Além destas especificidades de controle territorial, o Condomínio possui um sistema próprio de coleta e tratamento de efluentes, abastecimento coletivo de água e coleta diária de lixo, benefícios estes que se estendem à Vila Oratório¹¹, comunidade vizinha ao Condomínio. Em relação à distribuição residencial, ocorre uma divisão entre a mata, a marina, o mar e o campo de golfe, distribuídas ao longo das vias de acesso, cercadas de jardins e divididas por cercas vivas, em que os lotes mínimos têm área de 1000m².

Os atuais acessos às comunidades da Praia do Sono e da Ponta Negra são por terra, por uma trilha, ou por mar, através de um barco motorizado. A entrada da trilha e o cais de acesso aos barcos da comunidade ficam no interior do Condomínio. Em entrevista, Jadson dos Santos, 37 anos, integrante da Associação de Moradores da Praia do Sono há 17 anos informou:

⁹O termo “nativo” é empregado para denominar os moradores nascidos no Sono. Esta categoria é utilizada pelos moradores.

¹⁰Concebido e ocupado principalmente por paulistas de alto poder aquisitivo.

¹¹Núcleo residencial onde predominam funcionários e prestadores de serviços do Condomínio Laranjeiras.

O Condomínio só passou a dificultar a vida dos moradores a partir da década de 90. Por conta deste movimento, no ano de 2000, os comunitários se mobilizaram para legalizar em cartório a Associação dos Moradores da Praia do Sono.

Desde a última década, o Condomínio vem desrespeitando o direito de ir e vir garantido pela Constituição, além de deliberar regras restritivas à passagem dos moradores por dentro de suas instalações, em especial pela marina, o que gerou uma Representação da Associação de Moradores da Praia do Sono contra o Condomínio Laranjeiras junto ao Ministério Público Federal (MPF), em 1 de junho de 2009, expressa no Processo Administrativo MPF nº 1.30.014.000016/2009-15 (Lourival, 2009). Através desta representação, o Condomínio mantém um barco alugado para realizar o transporte de materiais de construção e compras dos moradores do Sono e Ponta Negra. O trajeto percorrido por esse barco é feito de forma a evitar a passagem por dentro do Condomínio, ou seja, faz o percurso Paraty-comunidades por mar. A maioria dos entrevistados ressaltou que o procedimento estabelecido pelo Condomínio foi sem o consentimento dos comunitários, além de custar uma alta quantia de dinheiro para moradores que dispõem de poucos recursos financeiros. Além disso, é prejudicial às suas dinâmicas de vida, pois a viagem marítima tem quatro horas de duração a partir do cais da Ilha das Cobras¹² até as comunidades, o que ocasiona a deterioração de alguns alimentos. Para a moradora Janethi Maria do Nascimento, 45 anos, casada:

O Condomínio é muito ruim, uma tristeza para nós. Nos proibiram material de construção. Não pode passar mais de 500 pessoas por dia, morador não pode passar com compra grande e com bebida. A gente tem que brigar para passar em um caminho que sempre passamos.

Dona Lúcia Castro, 54 anos, casada, mãe de oito filhos, destaca:

Eles proibem tudo. Cada vez mais eles proibem. Proibiram material de construção, paga-se R\$1.000,00 pelo frete. Hoje o lixo não pode sair mais por Laranjeiras. Ficamos com montanhas de saco de lixo em nossas casas e a Prefeitura não faz nada por nós, vivemos aqui pela graça de Deus.

Além disso, qualquer indivíduo seja morador das comunidades, turista ou representante de instituição oficial, só pode acessar a marina do Condomínio transportado por uma kombi do Condomínio. Que o mesmo mantém para controlar a circulação de pedestres que não sejam condôminos nas suas instalações, sob o pretexto de auxiliar na preservação ambiental da região e “facilitar a vida dos caiçaras”.

Essa kombi foi oferecida como contrapartida após o Condomínio construir um cais para o embarque e desembarque dos moradores, que até então desciam no rancho dos pescadores da Vila Oratório e faziam uma rápida caminhada de 5 minutos pelo Condomínio até o portão. Este meio de transporte deveria funcionar exclusivamente para a circulação dos moradores e visitantes, mas ao longo dos anos a kombi teve outras funções, como transporte de funcionários e alimentação. Todos os dias a kombi realiza a troca de guardas, todas as manhãs e tardes, parando o serviço de transporte para os moradores por cerca de 40 minutos. Atualmente, ela funciona durante os dias da semana das 8 às 18 horas, com intervalos de uma em uma hora e nos finais de semana com horários espaçados. De tal modo, os comunitários se queixam constantemente, pois a restrição de circulação de pessoas os impacta diretamente, tanto pelo fator econômico, já que isso tem afetado uma de suas principais fontes de renda - o

¹² Localizado na periferia de Paraty.

turismo -, quanto pela questão da mobilidade. Segundo a moradora Beatriz Castro, 27 anos, casada e mãe de dois filhos:

A vida dos caiçaras tem que ser regulamentada com os horários da kombi do Condomínio. Eu nunca posso marcar os meus compromissos na cidade com liberdade, tem que ser sempre na hora da kombi.

Outro inconveniente vivido pelas comunidades do Sono e da Ponta Negra compreende a carga de gelo e a descarga de pescado. O Condomínio permite a entrada de somente um veículo por vez, o que muitas vezes gera prejuízos aos moradores, especialmente, quando há muito pescado que necessita de agilidade para chegar ao mercado.

No ano de 2015 foi necessária uma intervenção da Defensoria Pública para fazer a mediação jurídica e política nos conflitos entre as duas partes. Com todas essas restrições, o MPF iniciou a negociação acerca da possibilidade de abertura de uma estrada de acesso entre a Vila Oratório, o Condomínio e a Praia do Sono, cujo trajeto corresponderia ao atual traçado da trilha e teria controle de tráfego de veículos. Este tema está na pauta e a comunidade encontra-se dividida sobre apoiar ou não a iniciativa.

Um dos temores expostos por moradores é que, com isso, o acesso por mar seja fechado, o que acarretaria problemas sérios para o transporte de pescados e um impacto cultural aos comunitários da região. Segundo alguns moradores antigos, esta estrada foi construída pelo Dr. Gibrail, sendo utilizada por ele para chegar à praia de carro e transportar pescado. Alguns comunitários veem essa proposta da recriação da estrada de forma positiva, uma vez que esta construção promoveria uma melhor forma de acesso aos serviços públicos, como a chegada de professores, atendimento médico emergencial e maior regularidade de atendimento médico, coleta de lixo de forma mais efetiva, além de solucionar o problema de transporte das compras, seja de material de construção, seja de material de consumo básico.

Nessa conjuntura de conflitos, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro atua como um importante mediador. Os defensores públicos têm realizado visitas com certa regularidade à comunidade, ora por alguma campanha institucional, ora por convite dos moradores. Essas visitas emergem de um contexto de intensificação dos conflitos com o Condomínio Laranjeiras e de um cenário político delicado em relação às áreas protegidas e aos seus povos tradicionais.

No dia 17 de abril de 2015 ocorreu uma dessas visitas, através de um convite elaborado pela Associação dos Moradores, que tinha como escopo reclamar demandas básicas de serviços públicos e dirimir alguns conflitos. O atrito em questão foi causado por problemas na coleta de lixo e seu consequente escoamento, que passa obrigatoriamente no interior do Condomínio. Nesse encontro, os comunitários aproveitaram para fazer reivindicações sobre a falta de professores na escola municipal que há na comunidade e de médicos.

Ocorreu no dia 30 de abril de 2016 outra visita da Defensoria Pública, em função do “Maio Verde”, para cumprir uma agenda institucional. Nesse encontro, os defensores proporcionaram diversos serviços gratuitos para a confecção de certidões de casamento e cédulas de identidade, além de atendimentos com consultas sobre demandas particulares e outros temas.

Em setembro de 2016, uma comunitária foi agredida por um segurança do Condomínio quando tentou fazer a travessia caminhando. Moradores ressaltaram, ainda, que os trabalhadores responsáveis pelo transporte negaram ajuda a uma comunitária que estava em trabalho de parto, com necessidades urgentes de ser transportada. Para Jadson dos Santos, 37 anos:

Esses episódios não correspondem com o acordo feito com o Condomínio, que garantiu um veículo para fazer o transporte dos moradores, sempre que necessário, e das lideranças da comunidade.

Jadson ressalta, ainda, que a falta de dois motoristas para revezar o traslado dos passageiros dificulta a passagem dos moradores e turistas e faz com que tenham que atravessar a pé. Para Lindalva dos Remédios Albino¹³, ex-presidente da Associação de Moradores, 48 anos, casada, com dois filhos e um neto:

Vivenciamos aqui no Sono diversos processos jurídicos, junto ao Ministério Público Federal, e com uma ação discriminatória no Supremo Tribunal Federal. Estamos em conflito constante, resistindo pelo direito de viver em uma terra que sempre foi nossa.

Lindalva destaca ainda que alguns comunitários estão sofrendo processos e correm o risco de serem presos por se manifestarem contrários a algumas regras impostas pelo Condomínio¹⁴. É o caso de diversos moradores que tentaram fazer a travessia caminhando, como os casos recentes, ocorridos no ano de 2016, em que uma moradora foi agredida por um segurança do Condomínio quando tentou fazer a travessia caminhando e, ainda, quando também negaram auxílio a uma jovem moradora do Sono que estava em trabalho de parto com necessidades urgentes de ser transportada para a maternidade em Paraty. Em dezembro de 2016, o Condomínio e a Associação de Moradores da Praia do Sono acordaram o limite de 500 pessoas para o transporte de barco, durante o período de Ano Novo, quando o Condomínio disponibilizou duas kombis e uma van para o transporte de moradores e turistas até o cais. Todavia, muitos moradores não acordaram com essas restrições e salientaram que não participaram do processo de acordo.

1.6 Reserva Ecológica da Juatinga e Área de Proteção Ambiental Cairuçu

A maior parte da comunidade da Praia do Sono está inserida na área da REJ¹⁵, que compreende as comunidades¹⁶: Praia do Sono, Ponta Negra, Ponta da Juatinga, Pouso da Cajaíba, Calhaus, Ponta da Romana, Cruzeiro e Baixio, sendo os três últimos localizados no Saco do Mamanguá. E os Núcleos¹⁷: Cairuçu das Pedras, Saco das Enchovas, Martim de Sá, Ponta da Rombuda, Praia da Sumaca, Saco Claro, Saco da Sardinha, Ipanema, Galhetas, Itaoca, Praia Grande da Cajaíba e Costeira da Cadeia Velha.

Dentre as comunidades que compreendem a REJ, a Praia do Sono é a localidade mais ocupada. Segundo os dados da caracterização ambiental, socioeconômica e fundiária da REJ, do ano de 2011, a ocupação do Sono compreende a existência de 124 casas de nativos, das quais 26 são para aluguel, além de 27 restaurantes/bares e 24 áreas de *camping*, 15 ranchos de pesca e apenas 10 casas de veranistas e uma casa de farinha. Esses dados demonstram que a comunidade local tem investido no turismo através do aumento do número de casas para aluguel, bares/restaurantes e várias áreas de *camping*. Para Zenir Alvarenga dos Santos Albino, 47 anos, casada, com três filhos e um neto, a reserva, desde a sua criação, deu uma boa margem de segurança para os comunitários, uma vez que o território do Sono passou a

¹³Integrante desde a formação inicial do grupo das Bordadeiras da Praia do Sono.

¹⁴Todos esses vetos contradizem os direitos assegurados pelo Tratado Internacional da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) - Decreto 6.040/2007.

¹⁵Criada pelo Decreto Estadual nº 17.981, de 30 de outubro de 1992, no município de Paraty. Sua área é de aproximadamente 9.960 hectares.

¹⁶ Compreende mais de 50 pessoas.

¹⁷ Compreende menos de 50 pessoas.

não ser mais edificante para empreendimentos imobiliários. Ressalta ainda que a APA¹⁸, que data de 1983, permite um bom respaldo em relação à segurança territorial.

Outro ponto de destaque nos dados do Sono é a pequena quantidade de casas de veranistas, fato que destoa das demais localidades. Esse cenário é resultado do esforço de jovens moradores do Sono, que há algum tempo vêm inibindo novas construções de veranistas e lutam para que não ocorra venda de terras na comunidade, por receio da concorrência nas atividades turísticas e em decorrência de conflitos fundiários no passado e no presente.

A população é totalmente constituída pela chamada “população tradicional caiçara”, com aproximadamente 54 famílias. A prática produtiva tradicional, como a roça de subsistência e a pesca, vem diminuindo. Segundo o relato de moradores locais, os órgãos ambientais não permitem o corte da mata e, por esse motivo, eles reduziram a atividade agrícola. Os conflitos fundiários que ocorreram na praia do Sono também contribuíram em parte para essa situação.

Quanto à atividade pesqueira, segundo os dados da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), há uma diminuição notória da ocorrência dos cardumes que, associada à diminuição da produção de subsistência, estariam ocasionando anemia e desnutrição em parte da população caiçara. No verão a pesca é mais abundante e o turismo traz recursos financeiros. No inverno o cenário é diferente, o mar “engrossa”, não sendo muito convidativo à pescaria e aos cardumes de peixe, sendo importante e necessário para os comunitários do Sono guardar dinheiro para os meses mais frios.

O território do Sono possui uma extensão de praia com aproximadamente 1.000 metros, seguida de uma grande área de planície costeira que favorece a distribuição das 201 edificações, que são mais adensadas na linha da praia, abaixo das árvores, onde também se espalham as áreas de *camping* e, mais disperso, em direção ao interior encontra-se o que intitulam de “sertão”. Sendo a comunidade mais povoada da REJ, possui 314 moradores nativos, o que corresponde a 22% de toda a população da REJ, em que 177 são homens (56,40%) e 137 (43,60%) são mulheres. Em termos populacionais a comunidade é seguida pelo Pouso da Cajaíba, com 223 moradores (15,6% da população da REJ).

Em relação à caracterização do seu cenário, há cerca de 15 ranchos de canoa ao longo da praia, o que nos leva a compreender que a pesca ainda é significativa no Sono, porém grande parte desses ranchos é usado para guardar os botes de fibra, meio de transporte mais utilizado pelos moradores atualmente, e importante fonte de renda e emprego para os jovens barqueiros que transportam os turistas de Laranjeiras até a Praia do Sono. A ocupação da comunidade da Praia do Sono é caracterizada por edificações de moradores locais, embora existam algumas casas de veraneio. Esse território é caracterizado por áreas sem muros entre os domicílios. Os limites dos terrenos são respeitados e reconhecidos pelos comunitários e os caminhos seguem livremente dando acesso às casas da vizinhança. Outra característica fundamental para compreender o *ethos* das comunidades da REJ é a existência de quintais contendo a criação de pequenas aves para o consumo próprio, passarinhos em gaiola e árvores frutíferas, como pé de banana, jambo, limão, manga, goiaba, jaca, abacate e cana.

A beira da praia é marcada por amendoeiras centenárias, redes de pesca, canoas e ranchos, que progressivamente vêm se transformando em bares. A Igreja Assembleia de Deus constitui um local de sociabilidade e forte interação da comunidade, além de proporcionar um convívio significativo aos moradores. Também constitui um espaço em que as pessoas vão

¹⁸ Atualmente os moradores da REJ baseiam-se no plano de manejo da APA Cairuçu. A APA Cairuçu foi criada pelo decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983, no município de Paraty. Sua área é de aproximadamente 33.800 hectares.

para conhecer os seus futuros cônjuges. A atividade cotidiana gira ao redor da atividade pesqueira, porém no verão e nos feriados as comunidades dessa região recebem um enorme fluxo de turistas.

Em relação à educação no Sono há a escola municipal Martin de Sá, com duas turmas multisseriadas¹⁹. Em outubro de 2016, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Paraty (RJ), a implementação da categoria “Escola do Campo²⁰” para o município e do Fundamental II para as escolas da área costeira, iniciando pelas comunidades do Pouso da Cajaíba e da Praia do Sono. Nesse mesmo ano, foi implementado o projeto saneamento ecológico²¹, inicialmente para a escola e, em seguida, para outros pontos da comunidade. Em relação à rede de energia elétrica, esta só chegou em dezembro de 2009 pelo Programa Federal Luz para Todos.

1.7 Atividades econômicas



Figura 3: retirada da canoa após um dia de pescaria. (Foto da autora, 2015).

¹⁹ Classes ou turmas multisseriadas constituem um fenômeno corriqueiro no sistema educacional nacional, sendo recorrentes nas áreas rurais. Nelas, os alunos de idades e níveis educacionais diferentes são instruídos em uma mesma sala de aula, por um mesmo professor.

²⁰O movimento pela implementação da educação diferenciada nas comunidades tradicionais de Paraty é formado por diversos atores. Caiçaras, indígenas, quilombolas e técnicos que formaram o Coletivo de Educação Diferenciada em Paraty. O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) junto a organizações parceiras, como Universidade Federal Fluminense (UFF) e Colégio Pedro II, têm atuado em conjunto para fortalecer os processos da educação diferenciada em algumas comunidades.

²¹Este projeto compreendeu uma parceria direta por meio da Associação de Moradores da Praia do Sono (AmoSono), o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT), a Prefeitura Municipal de Paraty (PMP), a Reserva Ecológica da Juatinga (REEJ/INEA), o OTSS, Funasa e Fiocruz. O intuito do saneamento ecológico é fechar o ciclo de nutrientes, utilizando o esgoto como produto, gerando água e nutrientes para o plantio de bananeiras.

Segundo os dados do levantamento socioeconômico da REG, as principais atividades econômicas presentes na Praia do Sono são representadas, primeiramente, pela pesca artesanal, seguida pelas práticas econômicas associadas ao turismo, como a prestação de serviços de caseiro no entorno, seguida da renda advinda do comércio nos restaurantes e bares e serviços de transporte marítimo (barqueiro). Esta última é seguida pela pesca profissional embarcada e pela renda oriunda da aposentadoria.

Conforme afirma Adams (2000), o estilo de vida caiçara baseia-se na articulação de mais de uma prática econômica de acordo com as necessidades e possibilidades do momento. Como a cultura caiçara se estruturou e se solidificou durante um grande período de isolamento do litoral, sempre foi marcada pelo consórcio entre a pesca, realizada durante o verão, e a agricultura de subsistência durante o inverno. Atualmente, a maioria da população da Praia do Sono aluga casas e quartos para os veranistas e alguns quintais para acampamento. É importante evidenciar que apesar da existência de *campings*, há alguns mochileiros que optam por acampar na praia, atividade mais impactante para o ambiente e para a comunidade, gratuita e ilegal. Todavia, os moradores estão compreendendo que esta prática não traz vantagens e estão organizando-se mais para receber os turistas em seus terrenos e proibindo a atividade de acampamento fora dos “quintais”.

As idas a campo revelaram predominar na Praia do Sono certa aversão dos moradores locais pelas casas de veranistas. Este fato tem como ascendência a existência histórica de conflitos fundiários e mais recentemente os problemas de restrição de acesso vividos com o Condomínio de Laranjeiras. Além desses fatores, as residências de veranistas também são vistas de maneira negativa por representarem uma concorrência nas práticas turísticas e também porque mudam os hábitos dos moradores locais como, por exemplo, quando cercam suas propriedades.

1.8 Formas de organização e identidade

A questão identitária na Praia do Sono desempenha um papel central na reivindicação por políticas públicas e direitos relacionados aos povos e comunidades tradicionais. Através da observação participante e da leitura da significativa literatura produzida sobre o local, percebi que os moradores se autoidentificam como caiçaras e optaram por serem caracterizados por essa categoria, além de aplicarem às diversas ações e práticas do cotidiano, a fim de reafirmarem a cultura local e a luta de acesso ao território. Inclusive, é recorrente observar ao longo da Praia estabelecimentos comerciais nomeados de caiçara, como por exemplo, restaurante caiçara e *camping* caiçara. O material coletado permite supor que essa identidade operacionaliza não apenas as questões étnicas como também a perspectiva simbólica e política na arena de disputa por direitos socioterritoriais e está permeada por diversas tensões e demandas.

Os comunitários têm se organizado em fóruns locais e regionais para fortalecer e efetivar as suas reivindicações. Essa configuração ocorre em forma de rede com as comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras da região. No domínio local, organizam-se pela Associação de Moradores da Praia do Sono, atualmente presidida por Jadson dos Santos. No domínio regional, participam do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), que constitui uma rede de povos e comunidades tradicionais de três municípios: Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba.

O FCT desempenha um papel central na arena política, funcionando como uma ferramenta de articulação e luta de ações dos povos e comunidades tradicionais da região, especialmente nas práticas referentes à regularização fundiária, acesso aos territórios tradicionais e à criação de políticas públicas específicas e diferenciadas. Foi realizada uma reunião com mais de 60 pessoas de 14 comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas guarani

dos três municípios de abrangência do Fórum, no dia 13 de maio de 2016. Nesse encontro foi reafirmada a unidade dos povos e comunidades tradicionais que se articulam nesse espaço de representatividade, organização e luta. Realizaram também uma reflexão sobre a conjuntura nacional e uma avaliação acerca do processo de impeachment. Dessa reflexão resultou uma nota de repúdio ao “governo golpista”. Reproduzimos no presente trabalho o documento completo, por compreender que ele oferece importantes elementos que nos permitem romper com a perspectiva de que o isolamento geográfico implica no isolamento político dessas comunidades.

Como tambor. Como tambor ressoa no ar e encontra um coração batendo, estas nossas palavras que lançamos em roda, agora escrevemos, para que possam se assentar no peito dos que estão sofrendo.

Foram três golpes. Um numa pessoa, chamada Presidenta Dilma Rousseff. Outro num partido, chamado dos Trabalhadores. E o terceiro, mais grave, no Estado Democrático de Direito.

O primeiro golpe é carregado de discursos machistas dos que não suportam uma Mulher no poder, muito menos uma mulher que não se submete aos padrões de beleza opressores, nem aos padrões de “lugar” na sociedade. Querem mulheres belas, recatadas, do lar... e como primeiras damas. Não as querem Presidentas.

O segundo golpe é contra o Partido dos Trabalhadores. Um partido que teve erros e acertos. Entre os erros, está o envolvimento com esquemas de corrupção e a estratégia de “governabilidade” fazendo muitas concessões aos que sempre estiveram no poder, desde a invasão dos europeus nestas terras indígenas.

Mas também é o partido que, quando governo, retirou dezenas de milhões da pobreza; deu acesso ao ensino superior para os jovens vindos de casas pobres, famílias negras e aldeias indígenas; regulamentou os direitos fundamentais, inclusive territoriais, dos povos e comunidades tradicionais; e muitos outros acertos.

Um partido que teve muitos erros e muitos acertos, mas não está sendo julgado pelos seus erros. Está sendo golpeado para paralisar os seus acertos.

O Partido dos Trabalhadores apenas aproximou a Casa Grande da Senzala. E a Casa Grande não aceita nem esta aproximação.

A mídia monopolizada coloca a questão em termos errados. Perguntando: “você é contra a corrupção ou a favor do PT?” Pergunta assim para confundir. Como se ser contra o impeachment significasse ser a favor do PT. E como se ser a favor do PT significasse ser a favor da corrupção. Aqui, na nossa roda, unimos pessoas apartidárias e pessoas partidárias. Os partidários lutam não por um partido, lutam em um partido. E não em qualquer partido. Apenas em partidos que podem fortalecer nossa luta; nossa luta pelos direitos caiçaras, indígenas e quilombolas.

Sabemos que nenhum partido nos “salvará”. Nós é que conquistamos, conquistaremos, defendemos e defenderemos nossos direitos. Os apartidários lutam fora dos partidos, por estes mesmos direitos. Estamos unidos, contra a corrupção e contra o golpe, para defender o que já conquistamos e seguir em frente.

O terceiro golpe é o mais grave, contra o Estado Democrático de Direito. Um golpe contra as bases de uma sociedade democrática, que começamos a construir desde 1985, com o fim da Ditadura Militar – ditadura que começou também com um golpe em março de 1964 e demorou 21 anos para acabar.

Agora em 2016, em um julgamento político, apoiado por uma mídia monopolizada e por um sistema judiciário seletivo, inventaram uma interpretação nova para um

crime contra o orçamento e encaixaram a Presidenta Dilma Rousseff (e somente ela) neste “crime”. Não há crime cometido por Dilma Rousseff. Sem crime, impeachment é golpe. O... chamemos pelo que ele é... Golpista Michel Temer já assumiu o Palácio do Planalto. Não o reconhecemos e não o reconheceremos como presidente legítimo, caso este impeachment seja concretizado. No primeiro dia no poder, o Golpista Temer já extinguiu ministérios como o Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e as Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Direitos Humanos. Este ato causa tremendos retrocessos nos avanços que tivemos desde o Governo Lula na proteção das culturas populares, no reconhecimento de comunidades tradicionais e no combate ao racismo e ao machismo.

Olhando o “novo” governo Temer, vemos um ministério totalmente ocupado por homens brancos e ricos, sem diversidade, sem a menor conexão conosco – povos e comunidades tradicionais. Pelo contrário, vemos que um ministro do DEM (partido que tanto já fez para derrubar as leis que regulamentam os direitos quilombolas) será responsável pelo reconhecimento dos quilombos; vemos um ministro ruralista e comprometido com o agronegócio ser responsável pela reforma agrária e pelas políticas para a agricultura familiar; vemos no Ministério da Justiça um homem que tem no currículo o uso brutal de força policial contra estudantes secundaristas e movimentos sociais... e que agora será responsável pelas políticas: para as mulheres, de promoção da igualdade racial, e as de direitos humanos. Vemos um governo golpista colocando raposas para cuidar do galinheiro.

Mas sabemos:

Desesperança não serve para nada. Somos um povo guerreiro. Temos uma ancestralidade guerreira. Somos indígenas guerreiros. Somos quilombolas guerreiros. Somos caiçaras guerreiros. Sabemos que “quem geme é quem sente a dor”. Sabemos que nós, que sentimos a dor, resistiremos. E venceremos.

Somos um povo que sabe tomar um golpe no peito, gingar... e voltar mais forte.

Hoje, no dia 13 de maio, comemoramos o fim jurídico da escravidão. É uma data bonita, mas sabemos que, para nossa liberdade, mais vale o 20 de novembro de Zumbi dos Palmares. Nossa esperança não está no STF ou no Senado. Nossa esperança está em nós mesmos. É Zumbi quem chamamos.

Enganam-se os que pensam que destruíram Palmares. Quando mataram Zumbi, ele jogou a lança. Derrubaram um guerreiro, nasceram milhares. Existem milhares de Zumbis no Brasil hoje. Pensaram que destruíram Palmares, mas Palmares eram 20 mil pessoas. Apenas dispersaram Palmares. Existem centenas de Palmares no Brasil hoje. (Carta de 13 de maio - uma nota de repúdio ao governo golpista).

CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA COMUNIDADE



Figura 4: comércio local. (Foto da autora, 2015).

2.1 A história do turismo na Praia do Sono

O turismo chega à Paraty após a abertura da Estrada Paraty-Cunha, mas se expande após a construção da Rodovia Rio-Santos, na década de 1970. É a partir desse momento que a cidade progressivamente se reconverte em um polo de turismo nacional e internacional, em decorrência do seu bom estado de conservação ambiental e das suas belezas naturais e arquitetônicas.

A Praia do Sono integra esse processo de reconversão econômica da região, ainda que o turismo tenha chegado à comunidade substancialmente somente na década de 1990. Os primeiros visitantes vieram seduzidos pelo ideário de praia idílica e deserta, o paraíso perdido que alimenta o imaginário romântico dos turistas que encontravam essas especificidades no local (CAMPBELL, 2001). Os lugares são escolhidos para ser contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos (URRY, 1996, p.8).

Os primeiros turistas que descobriram o Sono, inicialmente, frequentavam a comunidade de Trindade. Insatisfeitos com a crescente massificação e um turismo que percebiam como desordenado, migraram para o Sono. Porém, essas hoje são características que muitos atribuem à Praia do Sono, especialmente nos períodos de Carnaval e Ano Novo. Esses turistas são reconhecidos como “aventureiros”, mochileiros ou “andarilhos” que buscam territórios desconhecidos e fora do mapa do turismo de massa. Ironicamente, são esses os turistas que desbravam rotas novas e abrem caminhos para que o turismo de massa se instale.

Begossi (2009) argumenta que foi a vila de Trindade (Paraty) a responsável por “dar início ao turismo desordenado”, sendo muito procurada por *hippies* na década de 1980.

Na década de 1990 não existia infraestrutura para os turistas que chegavam ao Sono. O que ocorria era uma espécie de favor oferecido pelos moradores aos turistas que chegavam aos seus quintais pedindo para ceder espaço para armar suas barracas de *camping*. Segundo dona Lúcia, os primeiros turistas que chegaram eram os *hippies* e os andarilhos, de quem as pessoas da comunidade tinham um pouco de medo e os mandavam para a sua casa para almoçar:

Na época eu servia arroz, feijão, peixe e farinha da terra. Eles adoravam. Quando as primeiras pessoas começaram a vir, na época não tinha bote, vinham só por trilha.

Em uma época eu trabalhei na Pastoral e uma das mulheres que trabalhavam comigo disse que o marido tinha um barco. Perguntou se ele podia levar pessoas para conhecer a Praia e almoçar lá em casa. Ia de barco até a Ponta Negra e parava no Sono, na volta, para almoçar na minha casa. Neste movimento vieram mais pessoas, ele cada vez mais trazia gente.

Antes desse movimento em que os primeiros turistas chegaram ao Sono, seu Antônio narra que inexistiam visitantes na praia, pois o local era conhecido como terra de Gibrail, uma terra proibida. Em relação à configuração inicial para atender o turismo no Sono, Lúcia descreve que, primeiro, a sua família alugou a própria casa para turistas. Posteriormente, seu Antônio criou o primeiro *camping* do Sono, a família de Lindalva construiu o primeiro quartinho e a primeira barraca onde vendiam pastel, cerveja e refrigerante para os turistas. Em seguida, a procura pelo Sono foi aumentando e os moradores foram construindo mais casas, quartos, *campings*, bares e restaurantes para atender a demanda que se instaurava.

Ao indagar duas moradoras sobre os seus contatos mais marcantes com o turismo, elas relataram:

Os primeiros turistas que “bombaram” mesmo aqui no Sono foi uma excursão da Igreja Adventista. Me lembro como se fosse hoje, ganhei três cruzeiros e com esse dinheiro eu fui ao dentista pela primeira vez na vida. Eu tinha muitas cáries e não tinha dinheiro para ir a um.

Zenir Alvarenga, 47 anos.

O primeiro turista que vi eu estava na Ponta Negra, foi uma tal de Shirlei. Ela chegou na casa da minha mãe, pediu para fritar um peixe. E comeu o peixe puro. Eu nunca tinha visto ninguém comendo peixe puro. A gente sempre comia com arroz, com comida mesmo, com café, farinha. E ela comeu peixe, só o peixe. Eu pensei: Nossa! Ela come peixe puro. Foi a primeira vez que vi isso na vida.

Lindalva dos Remédios Albino, 48 anos.

Os entrevistados relataram que o início da expansão da atividade turística no Sono iniciou por volta do ano 2000. Segundo Zenir Alvarenga, um acidente aéreo²² ajudou a divulgar as praias da REJ:

O turismo começou a desenvolver mais com a história do avião do Ulysses Guimarães, que caiu aqui em frente. Quando o avião caiu o Sono começou a ficar mais divulgado, passavam no repórter as praias selvagens da REJ. E desse momento em diante começou a aparecer mais gente aqui.

²²Em 12 de outubro de 1992, o helicóptero que levava o deputado Ulysses Guimarães de Angra do Reis (RJ) para São Paulo caiu no mar. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,queda-de-helicoptero-matou-ulysses-guimaraes,10361,0.htm>

Atualmente, o turismo do Sono ocorre sem que exista um planejamento prévio – como é o caso de diversas comunidades vizinhas²³. Não existe um programa em curso que se detenha em planejar o atendimento à demanda crescente, como por exemplo, escoamento de lixo, banheiros, segurança, etc. Como também não há um controle efetivo da quantidade de visitantes. A atual prática de turismo no Sono provoca impactos fortes no meio ambiente e na dinâmica de vida dos moradores. Além dos belos cenários, esse turismo que se torna de massa na alta temporada atrai os visitantes em decorrência dos baixos preços dos custos de hospedagem, quando comparados a outros locais de Paraty ou da região da Costa Verde, caracterizados por equipamento turístico de qualidade e pela clientela nacional e estrangeira disposta a gastar somas bem mais altas.

As opiniões sobre a qualidade e a quantidade de turistas são heterogêneas. Há moradores que cobram preços baixos em seus *campings*, pois acreditam que uma boa temporada é a que “lota” a praia, ainda que tenha como efeito o agravamento de problemas estruturais como excesso de lixo, esgoto e falta de água. Há também moradores que optam por cobrar preços mais caros em seus *campings*, casas e quartos. O morador desprovido de um quintal grande para fazer *camping* normalmente aluga a sua casa e fica em uma barraca na praia durante o período do aluguel. As percepções dos moradores sobre a atividade turística são divergentes. Alguns estão satisfeitos com relação ao atual arranjo e outros desejam mudanças como, por exemplo, o desenvolvimento de um turismo de caráter também cultural e menos impactante ao cotidiano da comunidade.

O turismo ajuda muito com o dinheiro, em outros quesitos não. Ele traz droga para vender, não procura saber os costumes do local, não pergunta de nós, traz lixo. Vem curtir e deixa muito lixo. No verão de 2012, o Poço do Jacaré parecia um lixão. Eles não nos respeitam. A única coisa boa é que traz dinheiro, mas, no fundo, atrapalha mais que ajuda.

Thiago Alvarenga.

Atualmente há um roteiro baseado no Turismo de Base Comunitária (TBC), com visita à rádio comunitária, ao Posso do Jacaré e ao módulo de saneamento ecológico construído na Praia do Sono. Porém, esse roteiro é pouco divulgado na comunidade e nem todos os entrevistados conhecem a sua existência. Em relação ao perfil do turista no Sono, Jadson dos Santos, ex-líder comunitário, deseja uma melhora e mais respeito em relação aos moradores locais. Ao indagar Lindalva em relação ao que ela espera do turismo daqui para frente:

A praia do Sono é uma praia de reserva, que não tem estrada para chegar. Eu acho que tinha que ter um turismo mais civilizado, melhor do que é hoje, até mesmo o jovem que vem acampar aqui devia ser mais consciente. Hoje em dia, vem para cá uma maluqueira para acampar, não respeitam a comunidade, usam drogas, gritam, “ninguém dorme” no meio da madrugada. Gostaria de ter um turismo mais cultural, sabe.

Mas a gente precisa se organizar para ter um turista melhor, porque do jeito que está isso aqui vai virar um pesadelo.

No dia 25 de novembro de 2016 foi realizado um encontro no Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty (RJ), onde se reuniram os comunitários do Quilombo, da Aldeia Itaxim de Paraty Mirim e da Praia do Sono para partilharem o papel das mulheres

²³ Atualmente as comunidades que compõem a REJ não possuem um planejamento prévio e nem a formalização das atividades turísticas desenvolvidas em seus territórios.

como gestoras e protagonistas do Turismo de Base Comunitária (TBC) nas comunidades tradicionais. O encontro, que reuniu lideranças de diversas comunidades para partilhar saberes, foi promovido pelo Fórum de Comunidades Tradicionais com o apoio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

Em relação ao trabalho desenvolvido pelo INEA, os moradores citaram que o órgão é ineficiente, uma vez que o quadro de trabalhadores é muito pequeno perante a extensão da REG. Este quadro foi agravado por conta da recente crise no Estado do Rio de Janeiro, iniciada em 2016.

2.2 As configurações sociais estabelecidas a partir do desenvolvimento do turismo familiar na Praia do Sono

Para compreender a complexidade e os impactos estabelecidos a partir da economia familiar da atividade turística desenvolvida pela comunidade local é necessário debruçar-se nos trabalhos de campo desenvolvidos na comunidade, com ênfase no campo em que permaneci durante algumas semanas acampada no quintal de uma família, com o objetivo de etnografar um dos momentos mais esperados pela comunidade: o período de Ano Novo. Este período é caracterizado por ser de muito trabalho e de grande ganho de renda através do turismo. Utilizamos os conceitos de configuração social e interdependência oferecidos por Elias (1994), que nos possibilitam levantar algumas questões referentes aos desdobramentos do turismo em relação ao modo de vida dos moradores do Sono. Também foi possível perceber como se processa a configuração estabelecida através do desenvolvimento do turismo caracterizado como desordenado²⁴ nesta região de Paraty²⁵.

Através de uma perspectiva relacional²⁶ aplicamos, inicialmente, o conceito de configuração social desenvolvido por Elias (1994). Ao compreender que os indivíduos interdependentes constituem o principal objeto da Sociologia, o autor institui que as noções de indivíduo e de sociedade se encontram subordinadas à noção de interdependência. O conceito de indivíduo refere-se a homens interdependentes, mas no singular, e o conceito de sociedade a homens interdependentes, mas no plural (ELIAS, 1994, p.150).

O conceito foi empregado para compreender o cotidiano das famílias da Praia do Sono, que se conectam, principalmente, combinando as suas necessidades e as normas locais de convívio: as impostas pela Igreja Assembleia de Deus²⁷ e pelo Condomínio Laranjeiras, como por exemplo, na fala abaixo:

A falta de dois motoristas para revezar o traslado dos passageiros dificulta a passagem das pessoas e faz com que tenham que atravessar a pé. Uma vez que as pessoas que chegam até o local não conseguem pegar a condução e perdem os seus compromissos, entre outros entraves que impossibilitam a chegada delas até o acesso de saída.

²⁴ A caracterização de turismo desordenado vigora entre os órgãos ambientais, em que tudo que é nativo ou não empresarial e informal é adjetivado como desordenado nessa região.

²⁵ Em Paraty, há diferentes categorias de turistas. Existem os de luxo, que se hospedam em hotéis caros e passeiam de lancha e de barco; os que visitam a região por causa de suas festas e eventos; e os mochileiros, que buscam um contato maior com a natureza, além de esportes como o surfe e o *stand up paddle* (praticado em pé sobre uma prancha e com um remo).

²⁶ Perspectiva que busca atribuir certa predominância aos aspectos macrossociais e as estruturas sociais da realidade, integrando também as formas variáveis das dimensões interacionais e subjetivas dos indivíduos e da sociedade.

²⁷ A Igreja Assembleia de Deus constitui um local de sociabilização e forte interação da comunidade, além de proporcionar um convívio significativo aos moradores, constitui um espaço que as pessoas vão para conhecer os seus futuros cônjuges.

Marcela Cananéa, representante do Fórum de Comunidades Tradicionais (Angra, Paraty e Ubatuba) e colaboradora do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

O Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) também exerce influência em relação as normas e as necessidades locais, uma vez que, desempenha o trabalho de coordenar a REJ de acordo com os preceitos do plano de manejo da APA Cairuçu. Junto ao desdobramento da crescente demanda turística presente na região da Costa Verde Fluminense. Dessa forma, os moradores do Sono estão entrelaçados em diversas redes de interdependência. Dispõem assim, de efetivas margens de relação para estarem em seu território de origem, associadas à possibilidade de mudarem de posição na configuração da comunidade, uma vez que estão interconectados não só pelos aspectos conscientes e concretos, mas também pelos processos subjetivos, ligados às emoções que os permeiam. Designamos por configuração as redes de interdependência humanas moldadas por formas estruturais específicas, porém flexíveis e sujeitas a constantes transformações (RIBEIRO, 2010). O tamanho de uma configuração pode ser variável: desde uma família até uma cidade ou relações intermunicipais e internacionais. O que distingue estas configurações é a complexidade e o tamanho das cadeias de relações recíprocas que conectam os indivíduos sociais. Segundo Roger Chartier (1985)²⁸, as dependências que ligam os indivíduos não se limitam apenas aos aspectos que o indivíduo possa acessar por meio da consciência e da experiência. Como por exemplo, um morador da Praia do Sono, categorizado como caiçara, e um proprietário de uma casa de veraneio no Condomínio Laranjeiras, não possuem necessariamente consciência das cadeias de interdependência que os colocam em relação e os motivam por estarem em suas condições sociais.

Neste sentido, utilizamos o conceito eliaseano de dependência recíproca entre os indivíduos, que não corresponde necessariamente a relações equilibradas de poder, sendo as análises sociais deste autor marcadas em geral pela dominação e pelo desequilíbrio de poder.²⁹ As relações sociais são marcadas pela desigualdade. Segundo Elias, todos os indivíduos, e cada um em sua singularidade, de maneira diversa, são constrangidos pelas relações sociais em que estão envolvidos. Tendo como exemplo o Condomínio Laranjeiras e a Praia do Sono, os indivíduos que representam a administração do Condomínio possuem uma margem de ação superior em relação ao direito de ir e vir aos comunitários da Praia do Sono, porém os primeiros não podem fazer tudo aquilo que desejam, pois estão inseridos em uma rede de interdependência maior, que envolve o Estado e os direitos humanos. Ou, como, por exemplo, o INEA, os moradores do Sono e os turistas. Em relação à questão ambiental, o INEA possui maior força de ação sobre um comunitário que pretende cortar uma árvore para construir uma canoa ou um turista que pretende fazer *camping* selvagem na praia durante a sua estadia. Elias ressalta, ainda, que as noções de margem de ação e interdependência são correlativas em suas análises do social.

É neste sentido que Elias se opõe à perspectiva clássica, que concebe o social em polos de oposição, enfatizando que esse tipo de análise é insuficiente e simplista. Uma vez que o debate acerca da realidade não pode ser compreendido através dos termos de tudo ou nada ou através do viés unilinear dos processos sociais do tipo A é a causa de B (CORCUFF, 2001). Há um tecido de interdependências no interior do qual o indivíduo encontra uma margem de escolha individual, mas que, ao mesmo tempo, impõe limites à sua liberdade de escolha (ELIAS, 1995). Ressaltando que como um movimento natural, as cadeias de

²⁸Historiador e adepto da perspectiva de interdependência.

²⁹Elias não concebe a noção de poder com uma substância capaz de ser possuída por alguém, mas como uma particularidade associada as relações de interdependência: na medida em que nós dependemos mais dos outros, do que estes dependem de nós, eles têm um poder sobre nós (ELIAS, 1994).

interdependência se expandiram nas sociedades modernas, em que o indivíduo se encontrará na interseção de um número cada vez maior de redes de inter-relações.

O recorte configuracional não busca observar as relações em um sentido único, mas sim as inter-relações que movem os indivíduos. Destaca, também, que os indivíduos inseridos nas cadeias de interdependência são envolvidos por constrangimentos exteriores e interiores. Concebe, assim, a noção de *habitus* como uma espécie de cunho social que age sobre a personalidade do indivíduo, um produto de diferentes configurações no interior das quais um indivíduo age (ELIAS, 1994, p. 239-240). O indivíduo irá sociabilizar ao longo de toda a sua trajetória de vida com diversas redes de relações sociais, que prescindem a sua existência e vão contribuir para modelar os seus pensamentos e a sua subjetividade.

Em relação à noção de interdependência, no que diz respeito às relações face a face, Elias enfatiza que estas envolvem formas de relação que vão desde níveis macro a micro. A título de exemplo, a Constituição de 1988 concede direito territorial aos povos originários do Brasil e reconhece os direitos territoriais às comunidades categorizadas como tradicionais. Elias pontua também que os níveis macro e micro constituem noções relativas, que se definem através da relação efetiva que as conectam as outras relações. Como por exemplo a Praia do Sono, quando considerada como mais uma das áreas que compõe o mosaico de unidades de conservação do município do Paraty. Nesse sentido, a noção de interdependência é relacional, em que o indivíduo depende de dois fatores fundamentais para o seu desenvolvimento: *a figuração e a interdependência*.

Apoiando-se nessa linha de raciocínio, o turismo configura-se como uma oportunidade de geração de renda para as famílias do Sono, uma vez que o turismo possibilita aos moradores permanecerem no local, pois não necessitam sair da comunidade de origem para obter renda. Através do exercício etnográfico, observamos que a prática turística no Sono se configurou de forma acelerada e não planejada. São perceptíveis as mudanças nos hábitos alimentares e sociais da comunidade e o aumento das construções de casas, quartos e estabelecimentos comerciais, especialmente após o ano de 2009³⁰. Por ser uma comunidade localizada na confluência de duas UCs, o turismo se conformou como o único meio disponível para o desenvolvimento econômico na REJ, além da atividade pesqueira.

Para muitos autores, o turismo coloca-se, muitas vezes, como única possibilidade de desenvolvimento econômico para um lugar, uma cidade ou uma região. E, muitas vezes, também submete as populações locais a uma ordem externa, desarticulando outras tradicionais, como é o caso da maioria de nossas comunidades litorâneas, segundo LUCHIARI (2000, p.106).

No entanto, alguns moradores alegaram que o turismo não produz renda suficiente para que as suas famílias vivam apenas dele o ano inteiro, sendo necessário pescar e fazer alguns serviços no Condomínio Laranjeiras, como pintor, pedreiro, encanador, caseiro, etc. Observou-se durante o trabalho de campo que há uma ansiedade pelo turismo e uma grande expectativa pela alta temporada em decorrência do maior fluxo de recursos financeiros, que proporciona uma melhor qualidade de vida material à população. O turismo é reconhecido por alguns moradores, como uma atividade que introduz uma nova dinâmica social à comunidade. Alguns entrevistados afirmaram que essa atividade rompe a calma do cotidiano.

O turismo permitiu que a minha família obtivesse uma renda direta, sem precisar sair da comunidade. Lá em casa todo mundo tem um trabalhinho, até os meus filhos pequenos.

Bruna Coelho, moradora do Sono.

³⁰ A luz chegou na comunidade da Praia do Sono no ano de 2009.

Em relação à distribuição de tarefas na atividade turística, é nítido o recorte de gênero: os homens estão restritos ao território marinho desempenhando o transporte de turistas, enquanto que as mulheres desempenham múltiplas funções desde cozinhar e limpar até organizar os serviços e as finanças de seus pequenos estabelecimentos comerciais. Esta divisão também se reproduz em seus filhos: meninos vão para o mar com o pai e meninas cuidam da limpeza e do cuidado de irmãos mais novos. Algumas das mulheres entrevistadas alegaram que passaram a se sentir sobrecarregadas em determinados momentos da alta temporada.

Em decorrência de uma série de especificidades da divisão social do trabalho e por uma questão de acúmulo de habilidades relacionadas às práticas domésticas, essas mulheres passaram a cozinhar para os visitantes, preparando refeições ou fazendo sacolés, pastéis e bolos para as crianças venderem, além de limpar e organizar os seus estabelecimentos comerciais. Percebe-se que até as crianças passaram a obter uma atividade e também ganhar dinheiro com ela. Como é o caso de Marisol, de 11 anos, que faz sacolés e os vende no restaurante da mãe durante a alta temporada e nos finais de semana.

O rendimento obtido com o turismo se constitui como uma renda familiar. A forma de administração desta renda ocorre de forma diversa na comunidade, havendo famílias que são administradas financeiramente apenas pela mulher ou apenas pelo homem. Alguns possuem conta bancária ou o dinheiro da família é administrado pelos dois. Algumas mulheres vendem artesanato, bordados, roupas e cosméticos e ficam com essa renda para si, gastando esse dinheiro consigo mesma e com os filhos.

A comunidade também aproveita o período da alta temporada para vender para os turistas. Observo mesas nas varandas das casas com repelente para mosquitos e protetor solar, estufas para aquecer salgados, isopor com refrigerantes e cervejas. Há também o comércio ambulante de bolo e pastel feito por jovens. Outro ponto interessante é a contratação de turistas e a vinda de parentes de fora do Sono para trabalharem no negócio da família durante a alta temporada.

Percebe-se, assim, que o turismo reconfigurou o cotidiano das famílias do Sono, especialmente das mulheres que, anteriormente, estavam mais voltadas para as tarefas agrícolas e familiares. Com a introdução da prática turística, as mulheres passaram a ter menos tempo para se dedicar à família e a elas próprias, uma vez que, além de cuidar da alimentação da família e da casa, passam a organizar, limpar e cozinhar nos estabelecimentos familiares dedicados ao turismo.

A posse dos terrenos e das casas, assim como o aluguel e a venda³¹ destes são assuntos centrais para compreender a configuração do turismo no Sono. A posse de casas e terrenos está vinculada aos laços de parentesco. Bruna Coelho, com 34 anos, casada e mãe de sete filhos, que morou em Paraty durante a infância, pois seus pais se separaram, e retornou para a comunidade na juventude, nos conta que teve dificuldade para voltar a morar no Sono e que enfrenta, junto com a sua família, o preconceito de alguns moradores que não os reconhecem como caiçaras. Segundo Bruna, há uma lei antiga no Sono, porém a maioria das pessoas não a obedece mais, que diz que se você vende um terreno ou uma casa que é sua, você não pode pegar outro terreno, sendo possível apenas morar alugado. Pegar outro terreno é proibido.

Bruna destaca, ainda, que há um preconceito muito grande com as pessoas que vendem as suas casas e saem do Sono. Porém, segundo ela, há muitos moradores que venderam casas e terrenos e retornaram sem problema algum. Ela ressalta, também, que o

³¹A venda de terrenos ocorre de forma ilegal. Além da venda ser proibida, muitos não possuem o título de posse, o que explica os valores abaixo da média de mercado.

grande número de pessoas morando na comunidade atualmente ocorre, pois alguns moradores constroem chalés no interior de seus terrenos e os vendem para pessoas de fora.

Em relação às pessoas de fora morando no Sono, estas não são vistas com bons olhos pela comunidade. Em entrevistas foi possível perceber certo receio e insegurança dos moradores em relação às pessoas de fora:

Eu, meu marido e o meu filho fomos ameaçados por um morador de fora que estava armado com um facão. Ele nos disse que não queria que passássemos mais pelo terreno dele. Sendo que parte do terreno dele possui o caminho para chegar à mata.

Mariana Castro, 26 anos.

Esse movimento de suspeita e evitação também ocorre com pesquisadores, ONGs e agentes políticos. Segundo alguns comunitários, as pessoas aparecem cheias de promessas e depois nunca mais retornam à comunidade. Outra prática muito comum no Sono é o arrendamento de bares e *campings*, porém a Associação dos Moradores do Sono não é a favor. Em decorrência dessa prática, no ano de 2016 ocorreu um episódio delicado na comunidade em que um bar e um *camping* foram arrendados para fazer um festival de música eletrônica. Segundo a descrição do evento em uma página na internet³²:

(...) um lugar paradisíaco com a mais linda paisagem de praia e natureza. Considerada uma das mais bonitas Praias do Brasil 'O Sono' como é carinhosamente apelidada vai nos receber para uma primeira etapa de um trabalho que com a ajuda de todos pode se tornar grande e duradouro.

Primeiro de tudo deixaremos claro que a nossa intenção é desde já levar alegria, paz e muita música eletrônica de qualidade para os nativos, caiçaras e turistas, em momento nenhum vamos tirar sequer uma pedra do seu devido lugar, uma folha do chão, um grão de areia da praia, temos consciência de que o lugar só é belo porque as pessoas que passam por ali zelam pela sua limpeza e sua boa estadia.

Vamos começar devagar como se deve ser, um festival necessita de grande aprovação e estrutura. Contamos com a ajuda de todos que querem curtir com a gente esse desafio de gritar bem alto 'NO SONO NINGUEM DORME'.

Segundo os relatos durante as últimas etapas de trabalho de campo, muitas famílias ficaram inseguras em relação ao evento na comunidade. Beatriz Castro nos conta que ao reclamar com um dos produtores do festival, este lhe disse que ela e todas as famílias do Sono deveriam aproveitar para vender cerveja na porta do festival e ganhar uma renda para a família. Diante dos fatos, houve uma grande mobilização da Associação de Moradores, da Coordenação Nacional Caiçara, do Fórum de Comunidades Tradicionais e do Observatório de Territórios Sustentáveis, que se articularam para deter a realização do evento. O evento foi cancelado por força de decisão de tutela de urgência proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0106554-95.2016.4.02.5111, em curso na Vara Federal de Angra dos Reis.

Segundo Jadson dos Santos:

É obrigação do caiçara se posicionar em relação a esse evento. Por mais que seja em um local pré-estabelecido, sinto que será mais um impacto social e ambiental em nossa comunidade. Uma vez que estamos no meio de processos jurídicos, um junto ao Ministério Público Federal, e uma ação discriminatória no Supremo Tribunal Federal. A realidade do caiçara na Praia do Sono é delicada, devido ao turismo predatório, onde há uma tendência forte de descaracterização da cultura e meio ambiente. Inclusive, esse é fator primordial do judiciário e do poder público para

³²Fonte: <http://www.agitoararaquara.com.br/eventos/festival-eletronico-praia-do-sonorj-limitado/11211>

argumentar a expulsão dos caiçaras da Praia do Sono. Um evento urbano que foge das nossas raízes poderá nos fragilizar como uma comunidade tradicional. Eu não sou contra eventos na praia, mas precisamos refletir quais eventos que fortalecem a cultura local, que geram renda e tragam menor impacto ambiental possível.

2.3 As temporalidades na Praia do Sono

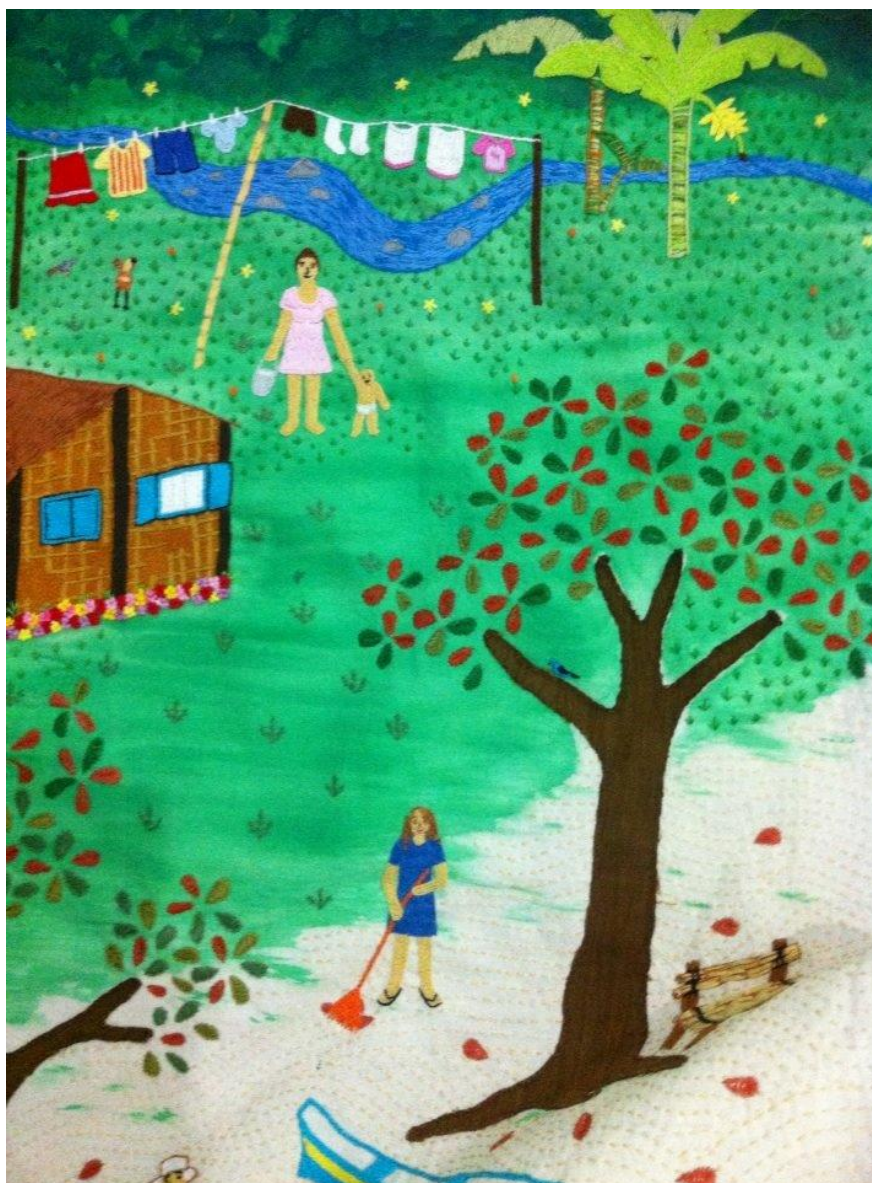


Figura 5: Bordado elaborado por Emily Unna Monteiro-brown. (Foto da autora, 2015).

As atividades relacionadas ao bordado e ao turismo caracterizam-se por um fenômeno que tem como característica principal a sazonalidade. Na Praia do Sono, esta distinção é bem definida: *No inverno não tem ninguém, o negócio é bom mesmo só no verão. Do Ano Novo até a Páscoa que aparece gente aqui.* (Fábio, 37 anos, pescador e dono de *camping*). É neste período também que as mulheres estão menos atarefadas com as atividades relacionadas com o cuidado. Observa-se que, após o período de alta temporada, a comunidade retorna as atividades cotidianas, associadas ao mar, à terra, ao bordado, ao trabalho nas ONGs parceiras, na escola e a um turista que, por acaso, apareça demandando cuidados. Ferreira menciona:

Na época do inverno, a vida local se parece mais com a de antigamente. As dificuldades aumentam, o isolamento é maior. As atividades mais praticadas voltam a ser a pesca e a lavoura. A vila se volta para o seu interior (2004, p. 44).

Segundo os moradores, os principais feriados são a Semana Santa, o Carnaval e o Ano Novo. Durante esses períodos, o tempo diário da comunidade é totalmente preenchido por atividades relacionadas ao turismo. O período que corresponde aos momentos anteriores aos grandes feriados caracteriza-se por atividades vinculadas à logística do turismo (transporte, hospedagem, alimentação). Normalmente, é após a Semana Santa que as mulheres que compõem o grupo Bordadeiras da Praia do Sono se reúnem para dialogar e construir possíveis parcerias, os produtos que irão bordar e quais feiras irão participar no decorrer do ano.

Durante o momento que antecedeu o Réveillon de 2017, além do intenso tráfego de helicópteros voando em direção ao Condomínio Laranjeiras, observei barcos chegando com carregamento de comida e bebida, geladeira, fogão, freezer e alguns móveis. Os moradores concluem algumas obras, constroem bancos e barraquinhas de bambu, outros instalam uma ducha de água doce na beira da praia, esticam lonas em seus *campings*, há a limpeza de quintais e das casas para alugar. Tudo para melhor atender o turista. É nítida a ansiedade e a espera das famílias do Sono por este momento. A circulação de pessoas é pequena, há um pequeno trânsito de turistas que, em sua maioria, aparece apenas para passar o dia. Boa parte dos estabelecimentos comerciais comunitários estão fechados e há praticamente só moradores no local. A quantidade de visitantes aumenta na véspera de Natal, mas é a partir do dia 29 de dezembro que a configuração do Sono se transforma.

Durante o período da alta temporada os habitantes que moram nas encostas descem para a praia para trabalhar com a venda de bebidas e comidas e para fazer amizades novas. Os grandes feriados no período de verão alargam as chances de encontro dos turistas com os moradores do Sono, o que Santana (2009) nomeia de “encontro turístico”, que constitui a união temporária de grupos/indivíduos. Relações sociais de amizade, namoro e casamento acontecem, como é o caso da turista Emily que foi para o Sono passar alguns dias e conheceu o pescador Fábio e estão casados há 15 anos, têm dois filhos e moram no Sono.

O turismo é percebido na comunidade como “a única opção” ou “o principal meio de subsistência”, uma vez que a renda oriunda de outras fontes, como a venda dos bordados, é esporádica. Os entrevistados argumentam que o turismo ocorre apenas na temporada, sendo necessário guardar o dinheiro desse período para sobreviver durante o ano, pagar a escola dos filhos, ir ao dentista, fazer as reformas necessárias nos barcos e nas casas. É um “*trabalho de formiguinha*”, nas palavras de Lindalva dos Remédios Albino (48 anos) e Zenir Alvarenga (47 anos).

Os entrevistados ressaltaram que juntam o dinheiro do verão para ter alguma condição monetária para sobreviver no inverno, período que fica penoso para pescar e ir à cidade para comprar suprimentos, pois o mar cresce. Embora a atividade turística seja uma prática complementada por outras práticas, com destaque para o bordado, o turismo permite um ganho monetário mais rápido e, na maioria das vezes, mais alto que as outras práticas presentes no Sono, como ressaltou a bordadeira Lindalva:

É o turismo que dá sustentabilidade para a comunidade, pois a pesca hoje em dia não dá mais dinheiro, o bordado não sai com muita frequência e eu não bordo em quantidade, eu bordo devagarinho, no meu tempo, sentindo a minha inspiração.

Nesse sentido, o turismo opera como uma atividade econômica importante para a comunidade, contribui para gerar fundos para compras e reformas nas propriedades e para emergências, como mencionam Bruna Coelho, 34 anos, e Zenir Alvarenga, 47 anos:

Eu compro as coisas aqui para casa para os meninos. Com o dinheiro, a gente arruma a casa para receber melhor o turista. Com o dinheiro do Ano Novo eu quero construir mais um banheiro para o *camping*. Assim esse aqui não fica tão entupido de gente. No ano passado a gente usou o dinheiro da Páscoa para trocar de barco. Já com o dinheiro do bordado eu compro coisa aqui para casa. Já comprei o tanquinho, que me ajuda muito.

Bruna Coelho.

Eu coloco no banco, pois assim tenho uma reserva para o tempo de chuva, ou quando alguém adoce aqui em casa.

Zenir Alvarenga.

A renda oriunda do bordado constitui-se como uma renda da mulher, que normalmente é investida na compra de alimentos, roupas, produtos de beleza e eletrodomésticos que irão ajudá-la no desempenho das atividades vinculadas ao cuidado da família, como, por exemplo, a compra de forno micro-ondas e tanquinho.

Desta forma, o “*trabalho de formiguinha*” sugere essa qualidade da renda oriunda do turismo, que atua de diversas maneiras no cotidiano dos moradores, desde uma reserva de dinheiro para períodos em que as condições do clima estejam adversas, até emergências relacionadas à saúde e a momentos de menor circulação de turistas.

Os turistas ficam em *campings* onde as barracas ficam espalhadas nos quintais das casas. Há também a opção de se hospedar em casas, chalés e quartos separados das moradias das famílias. “Um cenário que se monta e desmonta periodicamente” (COSTA, CATÃO & PRADO, 2009, p. 27), com um movimento pendular, entre a alta e a baixa temporada turística, que transforma o cenário, o uso do território, o tipo de trabalho e o fluxo de pessoas. Tudo isso destoa bastante quando comparamos os principais períodos da alta temporada e o inverno, quando o Sono se encontra vazio de visitantes.

Eu gosto do turista, ele é a nossa salvação, é muito importante para nos mantermos. A gente depende do dinheiro que entra na temporada. Eu adoro conversar com os turistas, eles têm sempre uma novidade, uma ideia nova para contar.

Mariana Castro, 26 anos



Figura 6: *Camping*. (Foto da autora, 2016).

Nenhum *camping* é legalizado na Praia do Sono por conta da ausência de escrituras dos terrenos. O turismo é visto como uma espécie de “salvação” pelos moradores entrevistados, pois garante um ganho monetário superior às outras atividades, como por exemplo, o bordado e a pesca artesanal. Alguns comunitários relatam que antes do turismo no Sono “só tinha miséria”, alegam que algumas famílias já chegaram mesmo a passar fome na comunidade.

Por mais que a atividade turística traga consigo sustentabilidade para os moradores, é necessário refletir que esta prática é reconhecida como uma atividade de extrema importância ou de “salvação” como citado por Mariana. É também responsável por modificações no cotidiano local e por pequenos processos de desvalorização da cultura local, uma vez que os comunitários tendem a desvalorizar a sua própria cultura ao identificar o turismo como uma atividade importante na comunidade. Todavia, os moradores ainda mantêm diversos hábitos tradicionais, como, por exemplo, o cerco flutuante e o salgamento de peixes.

A sazonalidade é a principal característica do turismo no Sono e nota-se como característica o desenvolvimento de dois ciclos de sustentabilidade distintos: o ciclo turístico, com maior fluxo de turistas, e o ciclo das atividades tradicionais, caracterizando-se por um período em que a comunidade possui um tempo de recuperação da alta intensidade de trabalho e tensão que presidem a alta temporada, em que se dedica às atividades da terra, do mar e ao bordado, como no caso das mulheres que integram o grupo das Bordadeiras da Praia do Sono.

O controle da prática turística no Sono configura-se de acordo com as pessoas que possuem terrenos na beira da praia, direcionando quantitativamente o fluxo de clientes apenas, não se configurando como um controle político, em decorrência do posicionamento geográfico dos terrenos, em que a maioria dos turistas opta em se hospedar nas áreas mais próximas ao mar. O poder está relacionado à extensão da rede familiar e ao tempo de permanência no território, uma vez que o enraizamento mais antigo confere maior acesso à posse da terra, especialmente nos terrenos localizados na beira da praia. Em relação a outras formas de poder que operam sobre a comunidade, os moradores citaram o INEA e o Condomínio Laranjeiras como entidades que interferem e operam como controladoras do fluxo de turistas para a comunidade.

Os terrenos das casas localizadas na linha do mar são aproveitados para construir bares, restaurantes, campings e chalés estrategicamente situados para o contemplar dos turistas. Enquanto que as pessoas que moram mais no interior vão para a praia para abrir bares temporários ou vender, em tabuleiros, bolos e pastéis, no período de alta circulação turística.

O contato com os turistas é equivalente com o posicionamento do empreendimento turístico (bar, restaurante, *camping* e chalé), uma vez que a faixa da praia é marcada como um espaço de maior circulação de pessoas e grande inserção do mercado turístico, o que, por conseguinte, produz um maior lucro monetário para as famílias. A concentração de visitantes e de famílias envolvidas com o turismo na área que corresponde à faixa da praia é heterogênea.

O canto, localizado no “início” da praia, onde se localiza a descida da trilha Vila Oratório-Praia do Sono, corresponde a uma área de maior concentração e circulação de pessoas e empreendimento. Esta extensão também concentra muitos visitantes interessados em praticar surf, uma vez que esta área apresenta as melhores condições para a prática do esporte. Já o “fim” da praia é mais tranquilo e com menos construções. Como consequência dessa configuração, as práticas tradicionais cedem espaço para as práticas do turismo, uma vez que estas últimas tomam o espaço geográfico e o tempo de dedicação das primeiras.

No entanto, o empreendimento familiar posicionado mais para o interior e próximo da mata, apesar de distante da faixa do mar, também se encontra inserido no mercado

turístico, possuindo menor ganho monetário, pois apresenta uma relação de contato menos intensa com os turistas. Todavia, os moradores dessas áreas estão em contato maior com a mata, com a cachoeira e com as formas consideradas mais tradicionais de viver.

Na Praia do Sono, cada núcleo familiar possui as suas responsabilidades com a atividade turística, ainda que algumas famílias apresentem um contato maior com os turistas que outras, em decorrência do seu posicionamento mais próximo das “zonas sociais” da comunidade, como já mencionado anteriormente. As tarefas demandadas pela prática turística são divididas por todos os membros da família e cada um tem uma função específica. A gestão turística está permeada pela divisão sexual do trabalho, papéis sociais de gênero e pela confiança em que mulheres e homens estão em relação de equidade. É muito comum observar as mulheres das famílias, normalmente as mães ou as esposas, com caderninhos e agendas. Estes são utilizados para fazer a gestão do que entra e do que sai de dinheiro, e de mercadoria vendida, no caso de bares e restaurantes, como também para controlar os turistas que se hospedam nos *campings*, casas e chalés. Outra ferramenta presente na gestão familiar é a caixinha, que é basicamente uma caixa de papel em que os familiares guardam o dinheiro que entra com a atividade turística.

A relação entre os gêneros na gestão do turismo é baseada na confiança, uma vez que o homem e a mulher são tidos em par de equidade nessa atividade. De acordo com o que foi analisado no Sono, o respeito e o reconhecimento do papel desempenhado por cada gênero são operacionalizados e acionados na gestão turística. As famílias entrevistadas ressaltaram que todos os membros da família têm contato e atendem aos turistas, embora cada um possua uma responsabilidade específica. Os *campings* localizados nos quintais das casas representam uma continuação das casas (espaço feminino). É nesse espaço que os turistas conversam com os moradores e outros turistas, cozinham, comem e dormem.

A cozinha fica cheia de gente, eles brincam, dão risada. No Ano Novo eu pedi para eles irem para à praia. Eles estavam fazendo muito barulho, uma fuzarca, iam acabar acordando os bebês.

Stephanie Coelho.

A mãe, o pai e os filhos realizam diversas atividades, sendo o turismo um trabalho feminino e masculino simultaneamente (WOORTMANN, 1991). Não existe uma “complementaridade” de gênero nessa prática, e sim um trabalho alternado: mãe, pai e filhos estão juntos no trabalho e nos ganhos. Quem está disponível para o trabalho no momento preciso, o realiza.

O turismo e a pesca não são as únicas fontes de renda. Há pessoas que vendem bordados, roupas e cosméticos, que recebem aposentadoria, pensão e salários provindos de empregos municipais, do Condomínio Laranjeiras e de ONGs. As famílias do Sono não experimentam situações de grande carência financeira, em parte graças a uma administração cautelosa da renda oriunda da prática turística. Ao mesmo tempo em que essas famílias se organizam para ganhar dinheiro durante os períodos de feriado e na alta temporada, chega um momento em que eles optam em fechar os seus estabelecimentos e seguir com as suas tarefas cotidianas e de lazer. Por exemplo, na noite de Ano Novo, só havia cinco bares abertos para atender à demanda de cerca de quatro mil pessoas no local. Muitos moradores fecharam os seus estabelecimentos para celebrar a passagem do Ano na igreja, na praia e na casa de amigos. Observamos, assim, que a lógica do trabalho no Sono não se baseia no acúmulo e sim na perspectiva de ganhar o suficiente. Segundo Perpétua Maria de Araújo, 56 anos:

Chega um momento que cansa e a gente fecha a janela do bar para tomar um banho, dormir e descansar. Tem vezes que fica meio estafante, acho que é porque é tudo muito repetitivo, sabe.

2.4 Laços de compadrio e parentesco e as redes de trabalho familiar na Praia do Sono



Figura 7: Bruna Coelho e seus filhos. (Foto da autora, 2016).

As mulheres do Sono são o incentivo e a motivação que a comunidade tem para continuar a ter os núcleos familiares (...). Porque elas lutaram para continuar essa coisa do casamento, da família. Não houve muitas separações aqui. E isso uniu os filhos em volta dos pais e quando você observa uma família, você vê que em volta da mãe e do pai tem a presença da vó, do vô e dos filhos por perto. E mesmo as mulheres mais novas, elas mantêm esses vínculos matrimoniais e isso fez com que a comunidade se padronizasse e se organizasse mais. É por conta disso que temos o mesmo padrão de casa, de comércio e de religião.

Professora Nelza.

São os laços de compadrio e parentesco que caracterizam as atividades cotidianas na Praia do Sono, uma vez que essas relações são as responsáveis pelo processo de transmissão de saberes. É através delas que, geralmente, os filhos aprendem os métodos de manejo e produção, especialmente os relacionados à pesca e ao turismo, como foi possível observar durante os períodos de campo. Sendo muito recorrente escutar dos moradores: “a minha mãe me ensinou” e “o meu pai me ensinou”. Havendo também um aprendizado que se dá através de órgãos públicos, como é o caso do bordado, que foi introduzido pelo Sebrae, e através do aprendizado “*sozinho*”, que ocorre a partir da observação e imitação.

Com o trabalho de campo na comunidade, percebemos que, em momentos de tranquilidade entre os membros das famílias, os laços de amizade, de reciprocidade e respeito são reafirmados. Todavia, em períodos de tensão esses laços são negados, mesmo que exista um certo grau de parentesco entre as pessoas. Por mais que as relações sociais no Sono sejam caracterizadas por relações de reciprocidade, parentesco e compadrio, essas vêm sofrendo

profundas transformações, que são observadas nas relações intersubjetivas e na produção material das famílias pesquisadas. Bruna nos conta que:

As coisas aqui no Sono são bem difíceis hoje em dia, especialmente, para mim que tenho um monte de filhos. Aqui é tudo caro, eles não fazem um preço mais baixo dos alimentos para quem é morador. A gente paga o mesmo preço que a turista paga. Antigamente, tinha mutirão para ajudar a construir uma casa, limpar um terreno. Hoje em dia não tem mais nada disso, se você quiser chamar o povo, você tem que oferecer cerveja e churrasco em troca. Não há mais nada por solidariedade. E desde que o turismo começou, ninguém quer mais ajudar o vizinho.

É marcante a divisão sexual do trabalho na comunidade. Machado expõe que “aos homens fica reservado o dever de garantir o sustento da casa indo ao mar, enquanto as mulheres ficam com a educação dos filhos e cuidando da casa em terra” (2009, p. 3). No entanto, vale ressaltar que essa divisão ocorre de forma relativa, uma vez que antes da conversão do território em unidade de conservação, em que se impôs a limitação do desenvolvimento da agricultura, as mulheres trabalhavam primordialmente na roça. E atualmente, em decorrência das mudanças impostas pelos órgãos ambientais e do aumento da procura pelo turismo, elas migraram para as atividades turísticas nas quais desempenham diversas atividades relacionadas ao cuidado.

Lúcia de Castro (54 anos) nos relatou que a diferença entre homens e mulheres é que os homens pegam “o trabalho mais pesado”, porém todos sabem fazer de tudo na comunidade. Segunda ela:

Eu trabalho em casa, na roça, na pesca, com costura, se for para trabalhar de pedreiro eu faço tudo, coloco azulejo, piso, levanto parede, coloco encanamento, eletricidade. Na minha casa sou eu o homem da casa. Eu tenho que puxá-lo para fazer as coisas. Eu meto a mão em tudo, se precisar cortar uma madeira eu corto. Se precisar sair para pescar, eu saio.

A fala de Lúcia nos faz perceber que, no Sono, há uma complementaridade de tarefas masculinas e femininas que são reconhecidas como relações de equidade, em que cada um possui consciência da posição, do papel e da importância que desempenha no interior da comunidade.

As mulheres são responsáveis pelos filhos. Se forem meninos, estes se aproximam mais dos pais e se tornam aprendizes das práticas masculinas a partir dos oito anos de idade. As meninas, desde os seus primeiros anos de idade, aprendem sobre o cuidado com a família e com os turistas. Observo que as mulheres da comunidade são as responsáveis em estreitar os laços e as relações entre os integrantes da família e entre as famílias do Sono e das comunidades vizinhas.

A economia familiar presente no Sono caracteriza-se por uma divisão das tarefas por gênero, o que se aplica ao o trabalho doméstico, à roça, à pesca, ao transporte marítimo, aos serviços nos *campings*, bares e restaurantes e como caseiro no Condomínio. Nessa divisão, há os que são responsáveis por uma determinada atividade e pela ajuda mútua, que se evidencia em relações de parentesco, vizinhança e compadrio. Vianna (2008) descreve o trabalho das mulheres no Escaléu, em Paraty (RJ):

As mulheres não participam da pesca, exceto para cobrir a eventual falta de um dos camaradas ou para trabalhar na rede morta do cerco. A exceção é a pesca de lula [...]. Elas fazem o serviço de casa (cozinham, lavam as roupas e as panelas, varrem o terreiro), trabalham na manutenção da roça (o serviço mais pesado da roça – como a coivara – é feito pelos homens) e no fabrico da farinha, atividade de que participam os filhos menores, rodando o ralador (VIANNA, 2008, p. 97).

No Sono, muito parecido com Escaléu, não é um hábito feminino participar das atividades pesqueiras, exceto a pesca da lula. Porém, é comum ver as mulheres saindo para pescar com seus maridos por lazer. Algumas entrevistadas relataram que sair para pescar é bom, pois quebra a monotonia dos seus cotidianos.

Segundo Adams (2000) a mulher na sociedade caiçara desempenha inúmeras funções, que vão desde esposa, mãe, dona de casa e da roça até agente de saúde. Sobressai também o seu protagonismo, tanto no núcleo familiar, quanto na estrutura da comunidade, no que diz respeito à reprodução biológica, ao sustento, e ao cuidado, não apenas da família, como também com o território em que vivem, uma vez que algumas mulheres já assumiram a presidência da Associação dos Moradores da Praia do Sono. Adams (2000) expõem também que as atividades que garantem renda monetária são responsabilidades masculinas, como, por exemplo, a venda de peixe, trabalho com construção e eletricidade. Observamos no Sono que esse cenário vem mudando, pois cada vez mais é a atividade turística a responsável pela maior quantia de renda para a família.

O cuidado com a saúde da família é também uma responsabilidade feminina. Da mesma forma que nas comunidades que vivem da pesca no Nordeste do país são as mulheres que “detêm os saberes tradicionais relativos a doenças e remédios, quem administrava a cura” (WOORTMANN, 1991, p. 5-6). Atualmente é diferente, uma vez que as pessoas adoecidas são levadas ao hospital em Paraty e se consultam com os médicos que vão esporadicamente à comunidade. No passado, a maioria das crianças nasciam com a ajuda das principais parteiras do Sono, Euzilra dos Santos e Aurora dos Remédios.

A primeira parteira do Sono foi a minha mãe. Em seguida, foi a dona Aurora, depois o pessoal começou a fazer pré-natal e a ganhar em Paraty. Antes só sabia o sexo do bebê quando ele caía na cama.

Lúcia Castro, 54 anos.

Porém, para casos menos graves, os moradores recorrem a temperos e às ervas medicinais, e às pessoas mais velhas, que detêm os saberes sobre os seus usos. Grande parte dessas ervas e temperos é cultivada em pequenos canteiros nos quintais caiçaras, em hortas e encontrados na mata. Alguns moradores também atentam para as influências da lua e das marés em seus cotidianos.

Por mais que a mulher não tenha o protagonismo de outros tempos, relacionado ao domínio do roçado, ela se adaptou ao trabalho com o turismo que, por sua vez, é uma atividade que demanda diversos aspectos do cuidado.

Segundo Machado (2009, p. 6), “alguns discursos masculinos a respeito da força como variável masculina e que legitimaria o homem enquanto agente produtor [...] se desfazem a um olhar mais atento”, o que ratifica o protagonismo feminino no domínio produtivo do trabalho na comunidade. Atualmente, as mulheres do Sono encontram-se menos distantes dessa esfera. Ao mesmo tempo em que não se ausentam do núcleo familiar, cada vez mais são as mulheres as responsáveis pela renda monetária para a família, seja através do turismo, da venda de bordado, artesanato, cosméticos, roupas e do trabalho como professora. As entrevistas possibilitaram observar que a maioria das mulheres não se identifica como “dona de casa” e, sim, como dona de bar, restaurante e *campings*. Zenir Alvarenga, de 47 anos, se reconhece como empreendedora:

Eu sou uma empreendedora aqui na comunidade. Eu cozinho, trabalho no restaurante, organizo as reservas dos quartos, limpo os quartos e ainda cuido da casa e da família.

Os maridos reconhecem o trabalho e o esforço da mulher. Porém, o desempenho das tarefas domésticas e do cuidado se dá de forma heterogênea entre as famílias, sendo de acordo com as necessidades do cotidiano. Em sua maioria, estas tarefas são desempenhadas pelas mães e pelas filhas. Como nos conta Bruna, que tem sete filhos:

Aqui em casa quem mais me ajuda são as meninas. Cada um gosta de fazer uma tarefa para me ajudar. Uma olha os bebês, outra lava a louça e a outra varre.

No Sono, os comunitários criam animais de pequeno porte, como porcos, galinhas e perus. Esta prática diminuiu nos últimos tempos e poucas famílias ainda possuem aves em seus quintais. Atualmente, uma família cria em seu quintal coelhos e seus filhotes são vendidos para membros da comunidade. É muito comum ver pequenas hortas nos quintais das casas localizadas fora da faixa da praia. Normalmente são os homens que cuidam da horta e do galinheiro:

O marido trabalha na horta, no galinheiro, na mata e com pesca. Ele me ajuda nas tarefas do bar, anota os pedidos e faz as compra na cidade. Tudo que é de comida tanto aqui no bar quanto lá em casa sou eu que faço. Se chegar um cliente aqui, quando eu não estou, e pedir um sanduiche, ele vai dizer que não tem. Ele tem pavor de entrar na cozinha.

Janethi Maria do Nascimento.

O Getúlio faz tudo de pesca e do galinheiro. Eu cozinho e administro tudo da pousada e dos aluguéis.

Zenir Alvarenga.



Figura 8: Seu Antônio e a sua esposa, dona Adair. (Foto da autora, 2016).

2.5 O perfil turístico

O turismo é a mão na roda do povo daqui do Sono. Quem não tem nada passa a construir.

Seu Antônio.

Aqui é o paraíso. O dia-a-dia no Sono é bem calmo, não tem a perturbação de Paraty, só quando vem o turista mesmo.

Mariana Castro.

Em relação ao perfil turístico na Praia do Sono, é possível operacionalizar as suas características em três categorias diferentes. Elas serão descritas detalhadamente ao longo do texto, podendo-se dividir o perfil do visitante do Sono em: “andarilhos”, “baixa qualidade” e “mochileiros”. Vale destacar que essas três categorias são nativas e mencionadas nas narrativas dos comunitários ao longo do trabalho de campo.

Como já foi dito no início, é o processo de massificação turística em Trindade que inicia o fenômeno turístico na Praia do Sono. São esses primeiros visitantes que nomeio de “andarilhos” que visitam o local em busca de maior contato com a natureza e de uma vivência de aventura longe dos centros urbanos. Além de não necessitarem de uma estrutura turística para se alimentar e se hospedar, muitas vezes faziam *camping* selvagem ou pagavam quantias baixas para dormir no quintal dos moradores. Alguns moradores consideram que esse primeiro perfil de visitante era composto por *hippies* também. Porém, atualmente os comunitários possuem certo receio aos visitantes que eles identificam como *hippies*. Seu Antônio nos conta que:

Os primeiros turistas chegaram no Sono há 30 anos, quando construíram a estrada que vem de Trindade para Laranjeiras. Vieram primeiro os *hippies* de São Paulo, faziam *camping* selvagem aqui.

Eles adoravam o Sono, ficavam desenhando as nossas paisagens, depois saíam para vender os desenhos na cidade.

A partir dos relatos, observamos que a chegada desses visitantes vislumbrou uma alternativa econômica para a comunidade, uma vez que a atividade turística quando comparada à pesca e à agricultura é um trabalho menos árduo e possui um ganho monetário superior. Entretanto, desde a chegada dos primeiros turistas, os fluxos de visitantes não pararam de crescer, o que vem gerando problemas crescentes relacionados à degradação ambiental na comunidade.

A expansão turística ocorreu em outras áreas do município de Paraty, a partir da construção da Rodovia Rio-Santos, que impactou rapidamente a região através do aumento da especulação imobiliária, nos preços da terra e na dinâmica social. Na Praia do Sono, esse movimento foi limitado pela presença da REJ, uma categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral, que resguardou os seus habitantes dos impactos negativos e galopantes da “expulsão branca” presente em quase todo o litoral nacional. Enquanto que algumas áreas de Paraty se tornaram Condomínios de luxo e ponto de encontro de turistas, o Sono, assim como algumas praias da REJ, permaneceram intocadas. No entanto, o mesmo não ocorreu, por exemplo, com a comunidade do Saco de Mamanguá, caracterizada pela presença de grandes mansões de luxo em sua extensão.

Ainda que não tenha coletado registros nas falas dos moradores em relação a condutas de controle de forma extrema e violenta do INEA, eles relatam que é o Condomínio que atua com maior vigor em relação ao controle dos turistas. Segundos os entrevistados, foi a partir

do ano de 2005 que o Condomínio proibiu a passagem de turistas pelo barco. Preocupados com os impactos na principal fonte de renda da comunidade, os moradores se uniram para tentar dialogar com esta proposição, ficando acordado entre a comunidade e o Condomínio que apenas as bagagens poderiam ser transportadas pelo barco. É nesse ano que a Associação de Barqueiros da Praia do Sono é fundada. Os barqueiros locais organizaram-se em uma associação e criaram uma fila de barcos para transportar os turistas. A ordem dessa fila é estabelecida através de um sorteio com o nome dos barqueiros. Desde o seu início, eles sempre contratam mulheres para ficar responsáveis por organizar e distribuir as senhas aos turistas.

Após duas temporadas transportando apenas bagagens, houve um segundo acordo com o Condomínio, que liberou a passagem de turistas, mediante muita discussão e pressão comunitária. Todavia, o novo acordo, ao mesmo tempo em que liberou a passagem de turistas pelo barco, limitou a quantidade de pessoas. O barco que possui capacidade para levar até quatro turistas foi limitado para levar apenas dois visitantes por viagem.

Trabalhamos duas temporadas levando só as bagagens, depois surgiu a questão: se o mar ficasse ruim o que ocorreria com as bagagens? Foram muitas conversas com o síndico para que ele cedesse o direito de passagem. Tivemos que abrir mão de duas pessoas no bote. Nesse movimento, o Condomínio cedeu a kombi. Nisso começamos a nos organizar mais e mais.

Emily Unna Monteiro-brown, primeira mulher a trabalhar na Associação de Barqueiros da Praia do Sono.

Desde então, o Condomínio controla e limita a entrada das pessoas que chegam de barco no Sono, enquanto que o INEA faz o controle de pessoas que chegam à comunidade pela trilha. No ano de 2007, o Condomínio distribuiu, pela primeira vez, braceletes para os turistas com o intuito de controlar a entrada no Sono e mantém até hoje ações desse tipo. No fim do ano de 2016, Laranjeiras tentou proibir a passagem de turistas pelo barco e o Ministério Público teve que intervir na situação, ficando acordado o limite de passagem de 500 turistas por dia pelo barco, sendo proibido passar com animais de estimação e garrafas de bebida.

Muita gente teve que ir e voltar de trilha e a gente perdeu muito dinheiro por causa dessa restrição do Condomínio. Eles querem controlar tudo, sabe. É um direito nosso passar por lá, mas parece que a gente está sempre incomodando eles.

Dona Adair Monteiro de Almeida, 61 anos.

Cunha, Rougeulle & Von Behr (2004) citam que “é mediante esse saber [da pesca] que os pescadores definem estratégias adaptativas às flutuações do ecossistema marítimo para assegurar a sua reprodução social no tempo (CUNHA, ROUGEULLE & VON BEHR, 2004, p. 5). Diegues (2001) argumenta que, nesse processo, a atividade turística é introduzida como uma “estratégia adaptativa”. Não havendo muitas alternativas e condições de subsistência, uma vez que o território do Sono se reconverteu em uma unidade de conservação, a comunidade recorreu ao turismo permeado ao diálogo e a capacidade de adaptação para garantir a sua permanência no Sono.

Segundo os moradores, é a partir da primeira imposição do Condomínio, no ano de 2005, que observamos o aparecimento da categoria reconhecida como turistas de “*baixa qualidade*” ou “*farofeiros*”, como foram classificados por alguns moradores.

Até 2003, era tudo muito desorganizado. Era tipo: está chegando gente, faz comida. Não tinha quase nenhuma dessas construções que tem hoje, era bem vazio o Sono. Inicialmente era o bar do Reggae, os restaurantes da Lindalva e da Zenir e o bar do Robinho. Nesse movimento as pessoas foram montando *campings*. Não havia tanto

hippie expando artesanato. Isso aumentou de 2009 para cá. Tem morador que coloca placa dizendo que é proibido vender. Eu acho isso bom, porque esses hippies não contribuem com nada.

Janaína dos Remédios Albino.

Turistas de “*baixa qualidade*” é a forma como os moradores do Sono se referem a jovens e universitários vindos, principalmente, das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em grupos ou em excursões. Estão em maior quantidade que os “andarilhos”. Esta categoria não está muito preocupada com as questões ambientais e culturais do local, possui recursos monetários para pagar pelos serviços oferecidos na comunidade e traz tudo o que vai consumir durante a sua estadia. Isso, segundo os moradores, gera muito lixo para a comunidade, pois a maioria dos alimentos é embalada e processada. Um grande problema para a comunidade é a grande quantidade de restos de alimentos e de embalagens de bebidas alcoólicas, encontrados na faixa de areia no fim do dia, uma vez que esses turistas levam o que vão consumir em *coolers*. É comum observá-los fazendo *camping* selvagem e fogueira para preparar alimentos, ao longo da praia, por mais que seja uma prática proibida pelo INEA.

É uma malucada que traz muita sujeira, muita bagunça. Usa muita droga. É som alto a noite toda. Eles ficam berrando, a gente não consegue dormir. Um terror.

Zenir Alvarenga.

Além disso, eles não geram renda, uma vez que não trazem dinheiro para pagar os serviços oferecidos pela comunidade. Segundo os moradores, essa categoria constitui uma influência ruim no dia-a-dia do Sono, tendo em vista que ficam acordados ouvindo som alto durante a madrugada, sem se importar com a presença e a opinião dos moradores, além de fumarem maconha nos quintais. O que nos faz refletir que, apesar de buscarem uma experiência na natureza, são fundamentalmente “hedonistas”, resguardando apenas o seu bem-estar e prazer e prejudicando o bem-estar e o prazer da comunidade e de outros turistas. Como observamos nas falas de dois turistas no período de Ano Novo:

Eu venho para cá para fumar um, dormir, tomar LSD e viajar. Ficar “loucão”.

Aqui é o local perfeito para a “fritação”, vai ter eletrônico a noite toda.

Turistas do Mogi das Cruzes – SP, estudantes.

Em contrapartida, cito a fala de outra turista:

Havia uma *rave* no meio da praia, a música estava bastante alta. É a nossa primeira vez aqui, mas estou assustada com o barulho e com número de pessoas, tem muita gente.

(Turista de Piracicaba- SP, vendedora).

Há um contrassenso em relação à perspectiva esperada pela turista, que inicialmente esperava encontrar uma “vila pacata de pescadores”, um “paraíso”. Em contrapartida, encontrou um cenário característico do turismo de massa. Em decorrência da alta concentração de turistas e dos impactos negativos causados às comunidades, os representantes da Área de Proteção Ambiental Cairuçu (APA Cairuçu), do Parque Nacional da Serra da Bocaina, e das Unidades de Conservação³³ entraram em parceria com a Reserva Ecológica da

³³Área de Proteção Ambiental Cairuçu (APA Cairuçu), Parque Nacional da Serra da Bocaina e Unidades de Conservação são geridas pelo ICMBio.

Juantiga³⁴ para desenvolver uma campanha de Turismo Sustentável, que visa satisfazer o turista e a comunidade, além de trazer renda para esta última e manter a natureza conservada.

No interior da categoria turista de “baixa qualidade” encontram-se também alguns *hippies* que, segundo certos moradores, além de comercializarem acessórios e artesanato, utilizam drogas na frente de crianças e idosos, defecam e acampam em áreas inapropriadas. De acordo com os habitantes locais, esses dois perfis são os que mais depredam o local. Alguns entrevistados alegam que esses são os mesmos *hippies* que depredaram Trindade.

Outra categoria que surge a partir de 2005 na Praia do Sono, são os turistas alternativos, categorizados como “mochileiros”. Com a intenção de distinguir o “turista” como um “sujeito do desejo”, Santana (2009) afirma que:

Liberam-se muitos dos tabus, medos e proibições de sua cultura de origem, seus comportamentos na área visitada expressam a importância de ocupar uma posição superior e [...] é frequente o abandono da obediência à ‘legalidade’ e/ou ‘moralidade’ estabelecida (SANTANA, 2009, p. 79).

Considerando a perspectiva que foi exposta pelo autor acima, alguma das características dos turistas de “baixa qualidade” são encontradas nos visitantes categorizados como mochileiros. Alguns ainda “fazem muito barulho”, “colocam música alta até tarde da noite” e “fumam maconha nos quintais das casas”. Porém, há também o perfil de “mochileiros” que demonstra maior interesse e respeito pelo cotidiano dos moradores e pela história da comunidade. Alguns desses acabam por criar com os moradores laços de amizade e compadrio tornando-se, assim, “amigos-visitantes”.

O turista vira nosso amigo, vem todo ano. Convida a gente para ir em São Paulo, em Minas, no Rio.

Seu Antônio.



Figura 9: Turistas no período de Ano Novo. (Foto da autora, 2017).

³⁴Reserva Ecológica da Juantiga - gerida pelo Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA).

Passar o dia ou ficar de três dias a uma semana são os períodos que correspondem ao tempo de estadia dos turistas que visitam a comunidade. Alguns estão sempre no Sono e aproveitam os finais de semana prolongados para voltar, ficando sempre no mesmo *camping*, quarto ou chalé alugado, onde são reconhecidos pelos moradores.

Gente que vem só passear e vai embora não é bom porque não dá lucro. Bom é o que fica três, quatro dias.

Dona Lira.

Geralmente, os turistas são jovens entre 16 e 30 anos, na maioria das vezes são surfistas e estudantes universitários. Além de apresentar condições propícias para a prática de esportes aquáticos, os turistas também podem fazer trilhas pelas redondezas, até Antigos, Antiguinhos, ou fazer travessias em que pernoitam ou almoçam no Sono.

Observa-se certa assimilação, de alguns moradores, de costumes e hábitos urbanos, o que auxiliou na aproximação desses com os visitantes. Exemplos disso são as mudanças nos hábitos alimentares, no vestuário, em especial dos rapazes, que utilizam bermudas, camisas e bonés de marcas de surf, além da utilização de aparelhos celulares³⁵ pelos comunitários.

Em relação ao movimento de aproximação e afeto entre os moradores do Sono e os turistas, conforme o que foi relatado, observa-se um contraste entre o que os entrevistados identificam como “turistas amigos” e “turistas clientes”. Segundo Tuna (2011), todo turista encontra-se na condição de turista “cliente”, uma vez que o turismo é uma prática econômica. Sendo assim, quando percebido sob a ótica econômica, o turismo é um serviço que apresenta dimensões de consumo e produção. Há, assim, uma troca econômica entre os produtores (quem trabalha com o turismo) e os clientes (turistas). Porém, não ocorre apenas o movimento em que esta atividade é vista apenas como um setor de serviços.

É muito comum observar visitantes que desejam uma vivência mais próxima do cotidiano comunitário e que, através de conversas, constrói com a família que o hospeda e os moradores do local laços de compadrio e amizade, transformando-se, assim, em turistas “amigos”. Como exemplo posso citar o que ocorreu comigo e o que percebi durante os momentos que visitei a comunidade e em que os moradores alertam sobre a chegada de frentes frias e de períodos de chuva. Além de deixar lonas montadas, quando necessário os moradores abrigam os turistas em suas varandas ou até mesmo dentro de suas casas, onde cedem roupa seca e agasalho ao turista despreparado. Observa-se, assim, a presença de solidariedade e de práticas de cuidado da comunidade com os seus visitantes. Muitos desses turistas tornam-se “membros da família” e a necessidade de abrigo e atenção é recíproca entre os moradores e os turistas. Os moradores do Sono, quando necessitam de apoio jurídico, médico ou hospedagem, recorrem aos seus “clientes amigos” das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro para ajudarem.

Esses laços são reafirmados conforme o número de vezes que o turista retorna ao Sono. Estes tornam-se “integrantes temporários da família” porque não apenas se hospedam no quintal da família e desfrutam do lugar, mas também participam da rotina familiar. Através de suas perguntas e curiosidades acerca do passado, presente e futuro do Sono, iniciam um movimento que possibilita aos moradores reviver as memórias comunitárias e, assim, reafirmar a sua identidade.

Atualmente, o aluguel de casas ou chalés é organizado pelos próprios moradores e ainda há a opção de oferecer os seus estabelecimentos em duas páginas no *Facebook* administradas por dois comunitários, que ganham cerca de 10% em cima dos aluguéis. São os próprios moradores que tiram as fotos do que pretendem alugar e, em seguida, enviam à pessoa que organiza os aluguéis na *web*.

³⁵ Não há sinal para a utilização de aparelhos telefônicos na Praia do Sono.

Há, também, algumas agências pequenas de Paraty que levam excursões das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que normalmente fecham com *campings* ou algumas casas para a hospedagem. Existem, ainda, pessoas autônomas que organizam excursões e, normalmente, visitam o Sono, coletam alguns cartões comerciais com os moradores e, então, a escolha é feita pelo melhor custo benefício.

CAPÍTULO III

AS BORDADEIRAS DA PRAIA DO SONO

“O artesanato está entre as primeiras formas de ação do homem sobre o meio ambiente e sobre si mesmo. É com as mãos que ele começa a construir no mundo natural, o seu próprio mundo e começa também a se construir e se inventar como ser humano. Isso porque, por incrível que pareça, o homem não nasce humano – ele se torna humano pelo trabalho e pela inteligência. Pode-se dizer, portanto, sem exagero, que os objetos que até hoje o homem produz com as mãos são um recomeço dessa descoberta que ele faz de si mesmo e do mundo no alvorecer da história”.

Ferreira Gullar.

3.1 A história das bordadeiras da Praia do Sono

O grupo das Bordadeiras da Praia do Sono surgiu no ano de 2007, com a implementação do Projeto de Cultura e Artesanato da Costa Verde, desenvolvido pelo então consultor do Sebrae³⁶, Luiz Pontual³⁷. É importante destacar que a atividade do bordado não é uma tradição da comunidade. Ela só passa a existir a partir da ação de uma instituição. A proposta do projeto era trabalhar a revitalização cultural e o artesanato como meios de geração de renda para as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas situadas em Unidades de Conservação da Costa Verde do Rio de Janeiro. A designer Fernanda Castanho³⁸ também auxiliou e atuou como consultora junto ao Sebrae no projeto da comunidade da Praia do Sono.

As referências que tive, inicialmente, eram de que na Praia do Sono havia mulheres que gostariam de trabalhar com costura e que na época não existia energia elétrica no local. Escutei comentários de que por ser um lugar próximo ao Condomínio Laranjeiras, a Associação Cairuçu³⁹ tentou desenvolver projetos com a comunidade do Sono e que eles, por sua vez, não estavam muito abertos. Existiam especulações sobre as dificuldades que enfrentaríamos, pois a comunidade havia se fechado um pouco para projetos de fora, pelo fato de vários grupos chegarem com propostas variadas e, na maioria das vezes, as ações não serem finalizadas.

Designer Fernanda Castanho.

O órgão realizou o primeiro contato com a Associação de Moradores da Praia do Sono, quando foi proposto aos comunitários que levassem para a reunião com os representantes do Sebrae os seus artesanatos ou o que sabiam fazer manualmente. Para o

³⁶Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

³⁷Luiz Marx Pontual é artista plástico, fotógrafo e consultor de design. Trabalhou na região da Floresta Amazônica e na Mata Atlântica da Costa Sudeste brasileira em contato com comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas.

³⁸Fernanda Castanho é poeta, artista plástica e consultora de designer, desenvolveu trabalhos na Mata Atlântica da Costa Sudeste brasileira e em centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro

³⁹OSCIP do Condomínio Laranjeiras, fundada no ano de 2002.

primeiro encontro, em que as mulheres eram a maioria, foram levados bordados, barquinhos de madeira, quadros pintados à mão, desenhos, bonecos e toalhas feitas em crochê.

Após a fase inicial de conversas, os consultores do Sebrae, atentos ao fato de que o território do Sono estava dentro de um rico contexto da cultura caiçara, propuseram à comunidade um produto que fosse capaz de contar a história do local através do bordado. Isso se expressou nos tecidos de diferentes texturas e nas técnicas levadas pelos moradores, como, por exemplo, o aplique de bonequinhos e a utilização do crochê. Porém, inicialmente, o grupo teria que ter noções básicas de desenho em papel, para criarem depois no tecido e, posteriormente, efetuarem o bordado. Segundo os consultores, algumas pessoas tinham aptidão para o desenho, outras desconheciam a capacidade que tinham e descobriram através do grupo; e algumas não gostavam de desenhar e passaram a assumir outras tarefas no grupo. Nesse momento surge no grupo a presença do jovem Thiago Alvarenga⁴⁰, que passa a desenhar para a maioria das artesãs e desenha até os dias atuais.

Conversamos bastante com o grupo, que era em torno de 17 mulheres. Havia uma grande vontade de fazer panos de prato bordados e outros objetos pequenos, em que o acabamento seria feito por uma delas, que tinha máquina de costura manual, e que não necessitava de eletricidade para funcionar. Nesse momento e por algum tempo, existia uma leve resistência e desconfiança por parte de alguns integrantes. O grupo não era totalmente aberto, mas já esperávamos essa reação e continuamos determinados a romper qualquer dificuldade. Nesse sentido, sempre buscávamos demonstrar resultados concretos para que o grupo aderisse mais à nossa proposta. Elas também começaram a confiar em nossa parceria quando viam as dificuldades que enfrentávamos para estar ali: chuva, mar revolto, sem contar os sacos pesadíssimos com tecidos e materiais que levávamos nos barcos. Muitas vezes, tivemos que andar quilômetros em trilhas, levando muito peso para cumprirmos a data estabelecida para o trabalho.

Fernanda Castanho e Luiz Pontual⁴¹.

A grande maioria dos integrantes eram mulheres, pois esta era a proposta do Sebrae, mas alguns maridos, irmãos e filhos começaram a participar de formas distintas. Muitas vezes, quando as mulheres voltavam para a casa, os maridos davam palpites nos desenhos, dizendo que o barco estava com o ângulo torto, a rede não estava desenhada de forma correta. E, assim, iniciou-se uma interação muito produtiva entre as famílias, em que várias histórias iam surgindo, sobre a pesca, a produção da farinha, os nomes dos peixes. Tudo para que o ambiente e cotidiano caiçara fossem traduzidos nos desenhos.

Luiz Pontual⁴².

Os representantes do Sebrae afirmaram que fizeram a opção de deixar o grupo conquistar a própria autonomia, tendo os seus próprios desenhistas, e que fossem livres para usar a imaginação. Dando orientação ao grupo em relação aos desenhos, com dicas e sugestões para que o conjunto ficasse mais atraente em relação à combinação de cores, além de levarem material para o grupo colorir. Após a fase de apropriação das técnicas de desenhos, os consultores do Sebrae passaram a levar retalhos de tecido para que o grupo iniciasse o processo de aprendizagem da técnica de bordar.

Algumas mulheres já sabiam pontos básicos, que tinham sido ensinados pela professora da escola local. Outras não sabiam pegar na agulha, sequer. Então, eu pegava na mão de uma por uma e fui ajudando nos primeiros pontos. Levamos

⁴⁰Jovem caiçara de 25 anos, morador do Sono e irmão da bordadeira Zenir Alvarenga.

⁴¹Entrevista realizada pela pesquisadora, 21/06/2015, via e-mail.

⁴²Entrevista realizada pela pesquisadora, 03/06/2015, via e-mail.

também revistas e livros para que elas conhecessem trabalhos em bordados desenvolvidos em várias partes do mundo.

Fernanda Castanho.

As visitas ocorriam nos dias em que as mulheres podiam. Variava entre os finais de semana e os dias de semana. Os consultores destacam que sempre deixaram claro que trabalhavam para o Sebrae e que estavam na comunidade para realizar um projeto de geração de renda. E que, apesar de o projeto na Praia do Sono ser o que mais se destacou entre as comunidades envolvidas no trabalho com o Sebrae, o processo de inserção do bordado não foi linear e tranquilo. Muitas mulheres desistiram e o grupo ficou reduzido em alguns momentos, havendo dias em que somente duas pessoas compareceram às oficinas, uma vez que o bordado não é a atividade produtiva principal e muitas mulheres têm outras formas de renda.

Um grande momento para o grupo foi quando os primeiros painéis grandes com pontos em linhas coloridas ficaram prontos. Os consultores do Sebrae argumentaram que este momento foi crucial para o grupo ganhar consistência e aderência de novas membras. Em relação ao formato dos painéis bordados para a venda foram propostos três tamanhos: pequeno, médio e grande, e oficinas em que as bordadeiras eram ensinadas a calcular o preço de seus quadros. Preliminarmente, esses painéis foram emoldurados com moldura branca e vidro. Em seguida, o grupo aprimorou a moldura do produto, utilizando uma técnica aprendida pela bordadeira Emily com a sua irmã, que é arqueóloga. Técnica esta que consistia em pegar um bastidor de madeira e envolver o tecido bordado bem esticado, fixando-o com grampos. Esse modelo de painel é utilizado até hoje pelo grupo.

Com a criação dos primeiros quadros bordados, nós fomos vendo que o trabalho desse grupo estava ficando com uma qualidade muito boa. E, assim, passamos a conversar sobre a possibilidade de o trabalho do grupo passar a ser visto como obra de arte e elas poderem a ganhar mais dinheiro com a venda deles. Foi tudo muito experimental, à medida que as pessoas iam solicitando o grupo para expor seus quadros elas foram ressignificando a dimensão dos seus trabalhos e, assim, passaram a perceber e visualizar que fazer quadros bordados era um caminho para lucrarem mais.

Fernanda Castanho e Luiz Pontual.

No ano de 2009, os consultores do Sebrae conseguem um espaço para o grupo expor os trabalhos concretizados durante as oficinas na Feira Literária de Paraty e em uma exposição na Casa da Cultura de Paraty. Nesse momento, o grupo era composto por muitas pessoas, algumas delas permanecem até os dias atuais, como é o caso de: Emily Unna Monteiro-brown, Lindalva dos Remédios Albino, Zenir Alvarenga dos Santos Albino, Janaina dos Remédios Albino, Perpetua, Leticia Araújo, Vanusa Souza, dona Lyra, Larissa Araújo e Nathalia Santos.

Era uma enorme felicidade vender um bordado! Era tudo muito novo e surpreendente saber que as pessoas realmente gostavam daquilo que estávamos produzindo. Alguns maridos achavam uma perda de tempo, aconselhavam as suas esposas a parar e realizar outra atividade, nos desvalorizavam dizendo que ninguém ia comprar. Mais pegamos o gosto pela coisa! Nessa época não havia luz, então bordávamos à luz de velas ou lampião, após o serviço do lar. Era aquele momento especial, um momento só nosso.

Lindalva dos Remédios Albino⁴³.

Após as primeiras exposições do grupo, o Sebrae propõe a padronização dos desenhos e dos tamanhos dos quadros bordados. Explicando que o órgão iria montar um

⁴³Entrevista realizada pela pesquisadora, 19/04/2015, na Praia do Sono, Paraty-RJ.

material de divulgação com os produtos dos grupos envolvidos no Projeto de Cultura e Artesanato da Costa Verde. Segundo algumas mulheres do núcleo do grupo, composto por Emily, Lindalva e Zenir, esse foi um processo conflituoso para as integrantes, pois não fazia parte da vontade delas realizar trabalhos em série e lidar com demandas grandes.

Nós ficamos inseguras, a princípio. Quando eu bordava a minha tela, imaginando a minha vida no Sono, isso me parecia algo muito especial. E não tinha como dar um preço pelo tamanho da tela. Tinha todo um carinho, uma história. Tão pessoal que não gosto de vender os meus quadros. Eu levantei a bandeira, teria que haver outra forma de dar preço aos bordados. Se o tamanho fosse padronizado, o desenho também tinha que ser. E assim deixaríamos de fazer algo que fazíamos com tanto amor.

Emily Unna Monteiro-brown.

Passou a ser utilizada a categoria “obra de arte”, instituída pelo Sebrae na comunidade e ressignificada pelo grupo, que assim reconhece se refere aos quadros que bordam. Essas mulheres não queriam lidar com o manuseio do artesanato e, sim, com a concepção e realização de obras de arte. As bordadeiras Emily, Lindalva e Zenir relatam que a vinda da designer Rute Casoy, em parceria com a Associação Cairuçu⁴⁴, através do Sebrae, foi fundamental para o desenvolvimento da identidade do grupo e compreensão de qual seria a melhor posição a tomar perante o órgão.

A Ruth nos contou a história do Bordado Mágico, em um momento em que não sabíamos se estávamos certas ou erradas dizendo ao Sebrae que não queríamos fazer artesanato e sim obra de arte. Ela nos fez entender que estava tudo bem em optar por fazer bordados únicos.

Zenir Alvarenga dos Santos Albino⁴⁵.

Segundo informações coletadas, é após a visita da designer Rute Casoy que o grupo passou a se posicionar perante o Sebrae, deixando claro que não contemplariam a proposta do projeto e que seguiriam elaborando as suas obras de artes. No ano de 2010, o Sebrae⁴⁶ se afasta e com o fim do financiamento muitas pessoas saíram do grupo, ficando apenas dez membros, que estão até os dias atuais. Com a saída do Sebrae há um abandono da perspectiva proposta pelo órgão inicialmente, que combinava técnicas artesanais em um só quadro. Por uma questão de gosto, aptidão e facilidade, algumas mulheres passaram a utilizar apenas a técnica do bordado em suas telas. Como é o caso de Bruna, Larissa, Lindalva, Perpétua, Mariana e Zenir. Já Emily continua seguindo a proposta inicial. Segundo a bordadeira:

O meu trabalho é diferente do delas. Eu continuo usando várias técnicas porque eu gosto de combinar o aplique, o crochê, os bonequinhos (...). Essa questão da combinação de técnicas é algo que torna o nosso trabalho muito único porque trabalhos só com o bordado já existem. Trabalhos dentro da proposta da Fernanda não existem em Paraty.

Emily Unna Monteiro-brown.

⁴⁴OSCIP fundada em 2002, tem como objetivo promover a educação para o desenvolvimento humano, econômico, cultural e ambiental do município de Paraty/RJ.

⁴⁵ Entrevista realizada pela pesquisadora, em 11/10/2015, na Praia do Sono, Paraty-RJ.

⁴⁶ O Sebrae financiava apenas o consultor Luís Pontual e a designer Fernanda Castanho. Enquanto que as pessoas interessadas em participar do trabalho ficavam encarregadas de comprar os materiais necessários para criar os seus quadros.



Figura 10: Trabalhos das Bordadeiras da Praia do Sono. Fonte: <http://bordadeiraspraiadosono.blogspot.com.br/>



Figura 11: Trabalhos das Bordadeiras da Praia do Sono. Fonte: <http://bordadeiraspraiadosono.blogspot.com.br/>

Independente do patrocínio do Sebrae, a designer Fernanda Castanho aciona a bordadeira Lindalva com a notícia de que conseguiu um espaço na Livraria Cultura, na cidade de São Paulo, para o grupo expor e vender os quadros bordados. Segundo Emily, Lindava e Zenir, logo após as exposições iniciais o trabalho elaborado pelas mulheres do Sono ficou conhecido pela região de Paraty e ganhou de forma espontânea o nome “Bordadeiras da Praia do Sono”. E o grupo passou a receber convites para expor na Feira Literária Internacional em

Paraty, na sede da Associação Cairuçu, participaram do primeiro Paraty Eco Festival⁴⁷ e realizaram exposição de suas peças no clube do Condomínio Laranjeiras, entre outros eventos.

Ao ver a repercussão de suas peças, essas mulheres passaram a ter maior clareza de que os seus trabalhos não eram objetos de artesanato e, sim, obras de arte (categoria nativa), peças únicas, carregadas de identidade, de pertencimento e ressignificação delas enquanto cidadãs e que possuíam uma boa aceitação no mercado.

No ano de 2011, com o apoio da Associação Cairuçu, ocorre mais um encontro com a designer Rute Casoy. Segundo os relatos das entrevistas com algumas bordadeiras que compõem o núcleo do grupo, durante esse encontro, que tinha como foco a valorização coletiva, ocorre também uma reafirmação do processo de criação do valor de pertencimento a um grupo e da aprendizagem de técnicas de desenho. Até então, muitas mulheres não sabiam desenhar e encontravam nisso uma barreira para elaborar os seus painéis, visto que o desenho é imprescindível para a efetivação de qualquer produto realizado pelo grupo. As mulheres que não sabiam bordar, inicialmente, recorriam aos jovens Thiago Alvarenga e Anderson Castro, dois artistas da comunidade, que auxiliavam o grupo na elaboração dos desenhos.

No entanto, Anderson se distanciou do grupo, pois começou a trabalhar fora do Sono e Thiago ficou saturado de pedidos e passou a não atender a demanda de todas as mulheres que pediam que ele desenhasse as suas inspirações. Ao observar a trajetória do grupo nota-se que as Bordadeiras do Sono, quando estão elaborando um bordado, quando se propõem a fazer uma tela ou iniciar um novo projeto, apresentam certa inquietação de criar algo que apresente uma identificação caçara e que tenha uma referência da comunidade do Sono. Outro aspecto importante para a compreensão da história do grupo é que algumas mulheres passam a recorrer aos seus familiares, para que esses elaborem desenhos para elas. Especialmente aos seus maridos que, por serem pescadores, apresentam um amplo conhecimento sobre o ambiente marinho e elaboram desenhos de peixes, redes de pesca e barcos. É importante destacar que, a partir do momento que os maridos observaram o grupo funcionando, com destaque para a venda dos quadros nas feiras e exposições, eles mudaram de posição em relação ao bordado. Passaram a valorizar o bordado e a incentivar a presenças das mulheres no grupo.

Tivemos uma oficina de desenho com a Rute Casoy. Ela nos ensinou que somos capazes de desenhar para bordar.

Zenir Alvarenga dos Santos Albino⁴⁸.

As bordadeiras relatam que é a partir das oficinas com Rute Casoy que elas reconhecem o sentimento que vinha crescendo dentro de cada uma e, assim, passam a aprimorar os seus produtos, buscando sempre melhorar. Em relação ao preço final do produto, foi concordado entre elas que uma porcentagem seria acrescentada ao valor - 10% para criar um fundo de caixa do grupo, e mais 10% para remunerar uma pessoa responsável por coordenar às ações - nesse caso a bordadeira Emily, que é a responsável por essa atividade até os dias atuais. Foi criada também uma comissão para avaliar os quadros e colocar preço, usando os seguintes critérios: teor artístico, qualidade de execução, o avesso do bordado e a variedade de pontos. O núcleo também sugeriu que uma porcentagem do valor final da peça

⁴⁷Projeto de preservação do patrimônio cultural imaterial que incentiva e valoriza propostas inovadoras e criativas para a sustentabilidade das comunidades tradicionais, fortalecendo e destacando a cultura local e as culturas das mais diversas regiões brasileiras. O projeto fomenta e realiza pesquisas e exposições que contemplam, no processo de criação, a preservação do meio ambiente e que possibilitam sustentabilidade para as comunidades tradicionais do país.

⁴⁸Entrevista realizada pela pesquisadora, em 26/04/2015, na Praia do Sono, Paraty-RJ.

seria doada ao idealizador do desenho, além de apresentarem uma preocupação quanto à coautoria dos quadros, colocando sempre o nome do desenhista e da bordadeira nas apresentações dos quadros.

No fim do ano de 2011, as bordadeiras Sabrina, Zenir e Emily participaram do Projeto CAICO⁴⁹, oferecido pela empresa Ninui⁵⁰, com o intuito de realizar a capacitação digital para a inclusão comercial dos produtos produzidos por comunidades tradicionais e caiquiras da região de Paraty. O projeto também oferecia ao grupo uma plataforma online de vendas permanentes dos bordados. Nesse momento, as três participantes do grupo estavam animadas, afirmando que a oportunidade abriria portas gigantescas. Segundo os relatos no blog do grupo:

Quando o nosso trabalho começou, muitos não acreditaram que poderíamos evoluir. Alguns maridos riram, outros foram mais gentis e sugeriram que o trabalho fosse feito para enfeitar a nossa própria casa. Afinal de contas, quem iria comprar? Mas não é que vendemos. Os primeiros trabalhos que foram expostos na Casa de Cultura, com o apoio do Sebrae, foram todos vendidos. Isso nos deu um ânimo enorme para continuar. Cada uma foi se aperfeiçoando e criando o seu estilo único. Decidimos manter essa postura, afinal de contas nos tornamos artistas e cada uma tem um modo diferente de perceber o mundo e retratá-lo. Fomos ganhando espaço e reconhecimento. Expomos em Minas Gerais, na livreria Cultura de São Paulo, no Condomínio Laranjeiras, na FLIP e participamos do primeiro ECOFASHION realizado em Paraty. Tenho certeza de que nosso trabalho vai continuar evoluindo e que os maridos que não levavam fé, terão orgulho de suas esposas⁵¹.

Algumas mulheres do grupo se encarregaram de tirar as fotos dos quadros moldurados para a venda na plataforma oferecida pelo instituto NUNUI. Nesse mesmo ano, o grupo expôs no Condomínio Laranjeiras do dia 26 de dezembro até o início de 2012. Segundo Emily:

Nós nunca conseguimos manter a plataforma de venda, pois nunca tivemos produtos suficientes. Aproveitei para fazer o *blog* com o intuito de divulgar os nossos produtos, e fiz o *Face* para manter o registro da marca. Eu acredito que o *blog* e a página no *Facebook* são registros reais das nossas atividades, eu acho muito importante.

Emily Unna Monteiro-brown⁵².

Em julho de 2012, o grupo participa de uma exposição organizada pelo Sebrae no Centro de Referência do Artesanato Brasileiro na Praça Tiradentes, em Minas Gerais, e expõe também do Paraty Eco Festival, na Casa SESC e na Casa de Cultura de Paraty, com a exposição Raízes, que enaltecia a cultura caiçara.

Ao indagar as mulheres em relação à forma como elas refletem as experiências de sair do Sono para expor os seus bordados, especialmente no Condomínio Laranjeiras, elas compreendem que esses são momentos muito positivos e que fortalecem a cultura caiçara e a história do Sono, uma vez que bordam episódios ocorridos na comunidade. O fato de conseguirem permanecer no interior do Condomínio e vender os seus quadros para os condôminos sem serem rechaçadas, como ocorre normalmente, tem um significado muito forte para essas mulheres. Em relação à venda de quadros para o Condomínio, o núcleo do

⁴⁹O projeto foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e contou com o apoio do Governo do Estado do RJ, do Banco do Brasil e da Prefeitura de Paraty.

⁵⁰Empresa focada no desenvolvimento de projetos voltados à promoção do comércio justo, apoio ao empreendedorismo e geração de oportunidades de inclusão digital e comercial à população.

⁵¹ <http://bordadeiraspraiadosono.blogspot.com.br/>

⁵² Entrevista realizada pela pesquisadora, em 26/04/2015, na Praia do Sono, Paraty-RJ.

grupo possui alguns cadernos onde anota a venda de cada quadro, o nome da bordadeira que o bordou, como também o nome do condômino que o comprou. Alguns moradores do Condomínio chegam a ter até oito quadros elaborados pelas bordadeiras do Sono e os utilizam em suas casas como objeto de decoração.

O ano de 2013 é importante para a transição e a redefinição do grupo, que passa a elaborar uma linha de produtos menores e com preços mais acessíveis, a fim de gerar renda para a comunidade de maneira mais rápida. O grupo cria oficinas para estimular as pessoas a bordar e, intencionalmente, aumentar o número de mão de obra para a confecção de produtos menores.

As bordadeiras Lindalva dos Remédios Albino e Emily Unna Monteiro-brown planejaram a ação na comunidade intitulada de Bordando o Sono, onde foram oferecidas oficinas com cerca de trinta vagas e cedido às participantes um pequeno kit com tecido, agulha, linha e apostila contendo cem pontos de bordado. As vagas oferecidas foram preenchidas rapidamente por mulheres jovens e crianças, sendo realizadas durante quatro finais de semana consecutivos, na sede da Associação dos Moradores. O grupo também contou com o apoio da Associação Cairucu na reprodução das cópias das apostilas e do Instituto Colibri⁵³. Nesse momento, o grupo constrói uma diferenciação quanto ao nome original, mantendo Bordadeiras da Praia do Sono para as mulheres que já realizam quadros e que estavam inseridas há mais tempo no grupo. E nome Bordadeiras da Praia do Sono, Fios e Cores para nomear as novas membras e que faziam produtos menores. Durante as oficinas, mais quatro homens entram para o grupo de desenhistas.

Nesse mesmo ano o grupo recebe o convite feito pela designer Mônica Horta para realizar uma parceria com o Movimento Ecochic⁵⁴. O objetivo era que o grupo produzisse uma minicolecção com dez produtos. Emily e Lindalva afirmam que naquele momento a proposta da designer foi bem-vinda, pois o grupo tinha acabado de realizar as oficinas e agregar mais aprendizes e também estavam em processo de desenvolvimento de produtos menores, com o objetivo de aumentar a renda para a comunidade.

⁵³Entidade de direito privado de fins não econômicos, fundada em 2007.

⁵⁴Projeto de moda, fundamentado na economia criativa e na sabedoria funcional do fazer artesanal.



Figura 12: Oficina de bordado para o grupo “Fios e Cores”. Disponível em: <http://bordadeiraspraiadosono.blogspot.com.br/2013/>

Todos os encontros foram realizados na comunidade, onde foram realizadas modificações em alguns produtos já produzidos pelo grupo e elaborados novos produtos. A cada encontro era entregue o pedido da semana anterior. Segundo relatos no blog do grupo:

Era cada trabalho diferente do outro, por mais que a proposta tenha sido a mesma, uma tem um jeito de bordar único, um único olhar. Era uma festa quando todo mundo se juntava e via o que a outra tinha feito. Cada trabalho mais bonito que o outro. Foi uma experiência bem diferente. Nunca havíamos trabalhado com prazos tão curtos e com uma linha de produção. Estávamos a trabalhar sem prazos, bordando quando possível, no nosso tempo. E foi bem diferente!

Os produtos elaborados durante a parceria foram expostos na FLIP de 2013, segundo informações colhidas no blog:

Vendemos todos os nossos recém-criados produtos, E aprendemos muito com todo o processo, desde a concepção do produto, à sua produção e à venda.



Figura 13: Stand Eco Fashion Paraty. Disponível em: <http://bordadeiraspraiaodosono.blogspot.com.br/>

Em seguida, o grupo expõe na Feira Criativa Eco Fashion Paraty, onde novos produtos, como capa de caderno e chaveiro em formato de peixe, foram expostos para a comercialização. Concluem o ano com a tradicional exposição de quadros no Condomínio Laranjeiras.

Durante os meses de abril e maio de 2014, ocorreu a exposição intitulada “Bordando o Sono”, que expressava o cotidiano e os modos de apropriação do território pela comunidade, realizada na Casa da Cultura de Paraty. A montagem foi organizada por Emily e

Lindalva, junto à equipe do local e com a curadoria de Fernando Fernandes e Renata Rosa. O grupo expôs um total de vinte e cinco obras e sete trabalhos produzidos durante as oficinas de bordado oferecidas no ano de 2013.

O grupo muito se orgulha de ter tido o privilégio de expor suas obras em um local de tanto prestígio quanto a Casa de Cultura de Paraty. Agradecendo toda a equipe organizadora da Casa, os curadores, as pessoas que vieram nos prestigiar na noite de abertura e os compradores que através de suas aquisições nos impulsionam a seguir em frente produzindo estas obras de arte tão singular⁵⁵.



Figura 14: Foto de parte do grupo na exposição Bordando o Sono. Disponível em: <http://bordadeiraspraiadosono.blogspot.com.br>

Em seguida, foram realizadas oficinas com o intuito de ensinar a colocar os tecidos bordados em telas e dar o acabamento final aos quadros elaborados pelas novas bordadeiras. Até então, Emily era a única a desempenhar esta função, cobrando por cada moldura o valor de R\$30 mais o material comprado pela bordadeira (tecido, tachinhas e a tela de madeira.). Nesse mesmo ano, o grupo é convidado pela equipe da Casa Azul para participar do espaço de vendas na livraria da FLIP 2014, onde lançam uma minicolecção de quadros. E, em paralelo a esse movimento, o grupo inicia o processo de registro da marca Bordadeiras da Praia do Sono, em parceria com a Organização Não Governamental *6 Friends* Brasil, com o intuito de captar mais fundos e proteger o grupo de plágios e possíveis desentendimentos, pois houve alguns episódios conflituosos durante o ano de 2014.

Em agosto participam de uma exposição em parceria com a artista plástica Luluta Alencar, na galeria da Paçoca, no bairro da Gávea-RJ. E em dezembro deste mesmo ano, como tradicionalmente fazem, expõe os seus quadros no Condomínio Laranjeiras. Segundo algumas mulheres do núcleo do grupo, esse é um momento muito delicado para a trajetória do coletivo, pois o núcleo permite que as integrantes que compunham o grupo Bordadeiras de Praia do Sono, Fio e Cores, que até então só faziam produtos pequenos, pudessem também elaborar quadros para expor no evento de fim de ano. Segundo algumas entrevistadas, não houve orientação suficiente para a caracterização dos quadros bordados e, além disso, houve a

⁵⁵<http://bordadeiraspraiadosono.blogspot.com.br/>

cobrança de preços abusivos por parte das novas bordadeiras. O grupo não vendeu nenhum quadro nessa exposição.

Em 2015, o grupo passa por um processo de redefinição no qual analisa como vai se colocar no mercado e com quem irá desempenhar parcerias para expor, pois segundo informações colhidas durante as entrevistas de campo, o grupo não conseguiu vender as peças em determinados eventos porque a organização parceira não cedeu lugar adequado aos quadros, colocando-os no chão e em cestos de balaio. Houve outros episódios em que algumas designers tentaram plagiar o nome da marca e roubar alguns bordados elaborados pelo grupo, além de desqualificar a arte do grupo ao afirmar que não havia nenhuma bordadeira na Praia do Sono.

No mesmo ano, uma designer realizou um trabalho voluntário com algumas mulheres do grupo. O foco desse trabalho era ensinar as interessadas a realizar a aplicação de tecidos bordados em bolsas e almofadas, com o intuito desses novos produtos serem vendidos na FLIP de 2015. Por motivos de saúde, a profissional não pôde retornar ao Sono, ficando as peças inacabadas e, conseqüentemente, o grupo não participou da FLIP. Em dezembro, sob a liderança da bordadeira Emily, o grupo realiza uma parceria com as estilistas Lena Santana Glew e Daphne Segal, lançando a coleção Isca Viva no Rio de Janeiro, que consistia em acessórios feitos de material de pesca e vestidos bordados pelo grupo das Bordadeiras da Praia do Sono. Os vestidos foram modelados por Lena Santana e os desenhos elaborados pela Emily.



Figura 15: Foto para divulgação do trabalho coletivo entre as bordadeiras as estilistas Lena Santana Glew e Daphne Segal. Disponível em: <http://bordadeiraspraiadosono.blogspot.com.br/>



Figura 16: Foto para divulgação do trabalho coletivo entre as bordadeiras as estilistas Lena Santana Glew e Daphne Segal. Disponível em: <http://bordadeiraspraiadosono.blogspot.com.br/>

No ano de 2016, as bordadeiras participaram do evento Paraty Eco Festival, onde venderam produtos menores como, por exemplo, capa de almofada, panos de prato, marca-páginas, e chaveiros. Também participarem do desfile de abertura com os vestidos produzidos em parceria com a estilista Lena Santana Glewe.

3.2 A Inserção do Sebrae na Praia do Sono

A Fernanda e o Luiz estavam sempre presentes no começo. Doavam pano e linha para nós. A Fernanda sempre tinha apostilas, retalhos de panos para a gente treinar e aprender pontos novos. Eles sempre nos jogaram para cima, sabe?

Zenir Alvarenga.

Durante as entrevistas, as bordadeiras que compõem o grupo desde a sua primeira formação salientaram que foram apoiadas e incentivadas pelos consultores do Sebrae, além de destacarem a importância do órgão na introdução da técnica do bordado na comunidade. Por ter ocorrido há alguns, anos esse projeto carece de dados na internet sobre o seu desenvolvimento. O Sebrae surge nesta pesquisa como uma instituição vinculada à organização e incentivo às práticas artesanais no Rio de Janeiro, conforme apontado pelos consultores que desenvolveram o projeto de bordado no Sono. As Bordadeiras do Sono atualmente não estão vinculadas ao Sebrae, como também os profissionais que atuaram no projeto na região: a designer Fernanda Castanho e o artista plástico Luiz Pontual. O contato com os consultores do Sebrae foi feito através de uma busca pela internet por meio da qual obtive seus e-mails de contato. Em decorrência da distância geográfica, as entrevistas foram feitas por meio de troca de e-mails e de conversas pelo *WhatsApp*.

O Sebrae se destaca em promover iniciativas e em dar apoio institucional na forma de consultorias de profissionais e de cursos voltados para a elaboração de produtos. Através da promoção de atividades como o artesanato, por exemplo, o Sebrae alimenta diversos projetos de desenvolvimento local no Brasil. É, atualmente, o órgão responsável por elaborar conceitualmente as diretrizes bases para diversos projetos de desenvolvimento local com foco na implementação de atividades de cunho artesanal. Normalmente, as unidades regionais do órgão elaboram um diagnóstico com as características e com as potencialidades de cada região e, em seguida, é criado um plano de incentivo a determinadas atividades.

Dentre os parâmetros que justificam a implementação desse projeto na região está o fato de que a Costa Verde fluminense é rica em comunidades tradicionais e que grande parte dessas comunidades estaria sofrendo processos de descaracterização. O Sebrae pauta-se pela necessidade de um modelo de desenvolvimento que compreenda a conservação do patrimônio cultural e ambiental existentes e que contribua, efetivamente, para a melhoria da qualidade de vida das famílias que habitam estas áreas. Outro ponto de destaque para a implementação do projeto no município de Paraty, segundo o diagnóstico do Sebrae, é que no ano de 2006 havia apenas 62 estabelecimentos que comercializavam artesanato e menos de 5% dos produtos eram produzidos por artesãos do município. Esse cenário se reproduziria na maior parte das lojas de souvenir e produtos turísticos de toda a Costa Verde. Objetivava-se, assim, fomentar a produção artesanal local e buscar esses mercados para a inserção dos produtos desenvolvidos no projeto, tanto localmente quanto nas lojas das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Nesse sentido, o “Projeto de Cultura e Artesanato da Costa Verde para Paraty: Mestres e Artesãos” foi criado por Luiz Pontual e pelo Sebrae, em parceria com a Prefeitura Municipal de Paraty no ano de 2005. Tinha como objetivo principal trabalhar a revitalização cultural e o artesanato como meio de geração de renda para comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas situadas no interior do Parque Nacional da Bocaina, Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, Estação Ecológica de Tamoios, Reserva da Juatinga e zonas de entorno das Unidades de Conservação da Região da Paraty. O trabalho foi desenvolvido em catorze comunidades das zonas costeiras e rurais: Aldeia Indígena Guarany da Araçuaia, Patrimônio, Trindade, Praia do Caixa D’ágo, Vila Oratório, Praia do Sono, Praia da Ponta Negra, Mamanguá, Paraty-Mirim, Quilombo do Campinho da Independência, Praia do Pouso da Cajaruba e Praia dos Calhaus, Ilha das Cobras, Mangueira, Matadouro e Condado, todas situadas no município de Paraty.

O propósito desse projeto consistia em fortalecer as ações, iniciadas há alguns anos na região por Luiz Pontual, de resgate da cultura e do artesanato tradicional caiçara, quilombola e indígena por meio de oficinas de transmissão das técnicas tradicionais e adequação dos produtos, possibilitando a inserção no mercado de decoração. O projeto também pretendia trabalhar para o fortalecimento da cidadania, valorização cultural e o aumento dos rendimentos familiares e melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas com o projeto, promovendo a geração de trabalho e renda por meio do artesanato. Segundo os consultores, não foi um projeto com um modelo pronto e com diretrizes fixas. O final do projeto que a instituição passou a definir mais os parâmetros.

Foi algo bem orgânico. Nós visitávamos as comunidades e íamos experimentando, tudo aos pouquinhos.

Ele começou a ser pensado inicialmente pelo Luiz. Depois, com a minha chegada, nós escrevemos um pouco mais. Cada grupo foi tomando uma direção por causa dos interesses do Sebrae. O órgão desejava que as comunidades ganhassem visibilidade. Os grupos tiveram horas de trabalho diferentes. No fim, o grupo do Sono foi tomando corpo e o grupo se firmou.

Fernanda Castanho.

No decorrer do “Projeto de Cultura e Artesanato da Costa Verde para Paraty: Mestres e Artesãos” foram desenvolvidas diversas iniciativas para que o artesanato voltasse a ser uma atividade representativa para geração de trabalho e renda para dezessete comunidades do litoral de Paraty. Partiu-se de um diagnóstico no qual foram levantadas as necessidades de cada comunidade. Após o diagnóstico, desenvolveram-se oficinas de transmissão de técnicas tradicionais para os jovens das comunidades. Junto a essas atividades, foram realizadas também oficinas de otimização do artesanato local, com introdução de conceitos de design visando agregar maior valor ao produto.

As comunidades envolvidas foram escolhidas pelo próprio Sebrae. O pré-requisito era de que todas fossem comunidades tradicionais, localizadas na Costa Verde fluminense. Luiz Pontual, desde o primeiro momento, atuou como consultor e técnico do Sebrae-RJ. Fernanda Castanho é contratada como consultora pelo Sebrae no ano de 2007. Ao lado de Luiz realizou o projeto “As Bordadeiras do Sono”, voltado para o aprendizado do bordado e aplicação em painéis decorativos com temas do cotidiano local.

Dentre as principais iniciativas desenvolvidas no projeto destacam-se as palestras, as visitas e consultorias técnicas às comunidades, nas quais desenvolveram oficinas de transmissão das técnicas tradicionais, oficinas de costura e bordado na Praia do Sono, Pouso da Cajuíba, Calhaus, Mangueira, Ilha das Cobras e Matadouro em que cada grupo era formado, em média, por vinte e cinco mulheres. Também realizaram oficina de teatro no Bairro do Condado, além da participação em diversas exposições em Paraty e nas cidades de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em relação aos produtos elaborados pelas comunidades, a Praia do Sono concebeu painéis decorativos com temas da cultura local; o Quilombo Campinho da Independência elaborou tapetes, cestos e luminárias com fibra de bananeira e taboa; as comunidades caiçaras Juatinga, Ponta Negra, Praia de Calhaus, Pouso da Cajuíba e Praia Grande da Cajuíba desenvolveram móveis; as comunidades do Saco de Mamanguá e Praia do Cruzeiro realizaram barquinhos em madeira. A aldeia Guarany da Araponga preparou cestos, chocalhos, “bichinhos” em madeira, brincos e outros adereços típicos guarani.

Em relação à colaboração do Sebrae com o projeto, os consultores ressaltam que a instituição não contribuiu muito, uma vez que grande parte do material comprado e as viagens até as comunidades foram extraídos dos salários dos próprios consultores. Eles ressaltam o fato de não conseguirem dar continuidade aos grupos onde os projetos estavam sendo desenvolvidos, pois a política de investimentos do Sebrae mudava anualmente.

Quando conheci o Luiz, ele comentou que a demanda de trabalho estava muito pesada para um só consultor na região, que era ele. Propôs que eu tentasse entrar no Sebrae para trabalhar com ele na região da Costa Verde.

Como a minha formação é design e eu já vinha trabalhando no litoral sul de São Paulo com comunidades tradicionais, pensei que seria maravilhosa a experiência naquela região.

Fernanda Castanho.

Os consultores do Sebrae salientam que havia uma metodologia própria para desenvolver o “Projeto de Cultura e Artesanato da Costa Verde para Paraty: Mestres e Artesãos”, começando inicialmente com oficinas de transmissão de técnicas tradicionais e otimização do artesanato local. Em cada comunidade onde existe o artesanato tradicional foram desenvolvidas oficinas de transmissão dessas técnicas junto a um instrutor da comunidade - caso houvesse um - que ensinou os conhecimentos tradicionais ao grupo de jovens. Posteriormente, são ministradas oficinas para otimização do artesanato através da

inclusão de técnicas de design com base nas técnicas tradicionais de cada localidade, agregando valor ao produto para inclusão no mercado.

Durante essa etapa é trabalhada a autoestima dos componentes do grupo, com a intenção de identificar as potencialidades dos indivíduos. Os consultores ressaltam que há certos grupos que não sabem fazer nada, mas desejam aprender algo. Então, é tarefa dos consultores identificar o que o grupo deseja fazer ou o que eles já desenvolvem e fortalecer a técnica.

Como acontece em qualquer grupo, algumas pessoas tinham aptidão para o desenho, para a costura, outras nem sabiam que tinham e descobriram ali; algumas não gostavam de bordar e já pensavam em assumir outras tarefas no grupo. Desta forma, as funções de cada um foram sendo estabelecidas.

Fernanda Castanho.

Luiz Pontual destaca que um dos pilares principais do projeto, além de gerar renda para as comunidades, seria levar uma perspectiva empreendedora, identificando os perfis empreendedores no interior das comunidades, pois essas pessoas seriam as responsáveis por levar adiante as atividades produtivas. Os consultores trabalhavam, assim, a capacitação da gestão, em que se ensina a calcular as despesas e a questão do preço do produto final. Esse movimento ocorria em paralelo: enquanto a técnica é aprendida e dominada e o produto desenvolvido é concluído, ocorre também a capacitação em relação à gestão.

Em seguida, foi feito um portfólio com fotos dos produtos elaborados, com o intuito de desenvolver uma ficha técnica dos produtos em que são analisadas as capacidades de produção e os custos para elaborar cada produto. A ideia consistia em, primeiro, formar o grupo, que em seguida se transforma em associação. Foi criada uma cooperativa de artesanato para a inserção do produto no mercado de artesanato e decoração e foram elaborados um site e um catálogo para divulgação e circulação. Inicialmente, há a inclusão do artesanato produzido pelo projeto nas lojas de decoração de Paraty e região da Costa Verde e, posteriormente, no mercado de São Paulo e Rio de Janeiro. Para a realização deste objetivo, foi desenvolvido um folder visando, através de visitas aos estabelecimentos, à apresentação do projeto e dos produtos para as lojas de decoração.

Outro pilar desenvolvido pelo Projeto é promover a circulação dos produtos elaborados pelo grupo, levando o trabalho dos artesãos para feiras e exposições. Segundo os antigos consultores do Sebrae, esses espaços possibilitam que os grupos tradicionais se sintam valorizadas pelos seus trabalhos. Além de testar a aceitação de seus produtos em um mercado tradicional, elas podem captar ideias para novos produtos, obter informações sobre fornecedores e tendências de moda. Os consultores ressaltam que, ao participar de todos os momentos de produção e circulação dos produtos, o objetivo era que o grupo aprendesse a elaborar as suas falas sobre os seus produtos. Emily destaca:

Além de dar visibilidade aos nossos produtos, as feiras e as exposições nos permitem estabelecer contanto com outras pessoas, ter novas ideias de bordado. Quando alguém elogia o nosso trabalho, isso aumenta a nossa autoestima. Me dá mais vontade de bordar.

No ano de 2008, com o apoio da Promoção Social da Prefeitura Municipal de Paraty e do Sebrae, foi criada a Cooperativa de Artesanato de Paraty Saíra Sete Cores⁵⁶, que tinha

⁵⁶A cooperativa fechou no ano de 2014.

como objetivo congrega em um só lugar as artes das comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas e urbanas de Paraty. Segundo a descrição do blog da cooperativa:

O pré-requisito é o desenvolvimento de artes de todos os gêneros com fibras, palhas, madeira, semente, frutas, tecidos, linhas pintura, massa, papel, cuja criatividade detém uma identidade paratiense como fuxico, barquinhos, pinturas, fotos, tudo rigorosamente certificado pela Comissão de Artes que em minuciosa análise, vai ao atelier para comprovar a produção artesanal junto ao artesão⁵⁷.

E, com o intuito de fomentar o turismo sustentável, o objetivo seria criar Centros da Cultura Caiçara em cada comunidade, com a otimização das sedes das associações de moradores locais, junto à edição de um livro com imagens e textos da cultura caiçara com CD para a divulgação do projeto. Porém, essas duas últimas etapas não foram concluídas.

Em relação ao fim do Projeto nessas comunidades, os consultores relatam que a presença do Sebrae variava de comunidade para comunidade. O afastamento se deu, principalmente, pela falta de verba e de profissionais para trabalhar na região, uma vez que o espaço de tempo entre uma visita e outra era longo, o que prejudicava o desenvolvimento do grupo e, posteriormente, da produção artesanal voltada para o mercado.

No que diz respeito à Praia do Sono, a instituição se afasta com cerca de três anos e meio de atuação, porém Fernanda e Luiz continuam com ações voluntárias. Os consultores afirmam que de todos os grupos envolvidos no “Projeto de Cultura e Artesanato da Costa Verde para Paraty: Mestres e Artesãos”, o grupo do Sono foi o que mais apresentou consistência e autonomia e que o Sebrae não compreendia que esse grupo estava em um momento em que necessitava de mais visitas.

Conforme o grupo ia se desenvolvendo foram surgindo demandas que o Sebrae não apoiava, por exemplo, a participação na FLIP. Foi muito difícil conseguir colocar uma banquinha delas nesse evento. O Sebrae não dava o valor que o grupo estava merecendo, colocando o grupo no mesmo patamar que os outros grupos envolvidos no projeto. Falo isso não desmerecendo os outros grupos, mas esse grupo estava deslanchando, possuía uma trajetória diferente dos demais.

Fernanda Castanho.

3.3 As parcerias e a vinda de designers

O significado e o entendimento da noção de parceria variam no decorrer da trajetória do grupo. O primeiro contato com essa noção surge com o Sebrae. Segundo os consultores, a importância das parcerias sempre foi mencionada durante os encontros com o grupo:

Falávamos muito das parcerias, mas desde o começo elas eram meio arreadas para fazer alguma (...). Esta é uma característica delas, até entre elas próprias era meio complicado as dividir tarefas.

Fernanda Castanho e Luiz Pontual.

As mulheres que compõem o núcleo das Bordadeiras mencionam a importância das “parcerias” para o desenvolvimento e o aprimoramento do grupo. Reconhecem que inicialmente as parcerias foram necessárias: *Foram legais e eu gostei, foi um empurrão, tipo uma ajuda. No começo a gente estava aprendendo a andar com as nossas próprias pernas e precisávamos mais deles. Agora a gente já faz, já cria* (Zenir Alvarenga). Ainda que fosse visto desde o início com certa desconfiança pelo grupo, o ato de estabelecer parcerias com

⁵⁷Fonte <http://coopsaira.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>, acessado em 15/11/2016.

determinadas instituições era percebido como consequência do desenvolvimento do grupo. As parcerias seriam necessárias para tornar o grupo mais organizado, aperfeiçoar os produtos elaborados e gerar mais renda para as participantes. A criação do Grupo Fios e Cores e a vinda do Projeto EcoChic Paraty, desenvolvido pela designer Mônica Horta, constituem exemplos desse movimento de “transformação” do grupo.

No começo era interessante vinham pessoas de fora. A gente sempre aprendia algo novo. Ganhamos confiança com o desenho, aprendemos pontos novos. Conseguimos expor em várias feiras por conta das ONGs.

Zenir Alvarenga.

Zenir nos conta que, inicialmente, o núcleo buscava parcerias para dar oficinas para aprimorar os desenhos e o acabamento e, por volta do ano de 2012, desejaram diversificar os produtos com o intuito de dar um enfoque mais voltado para o mercado consumidor e participar de eventos fora do Sono. Dessa forma, estavam interessadas em estabelecer parcerias com “consultores de *design*” ou, simplesmente, com o “*designer*”, como é conhecido o profissional que visita a comunidade para desenvolver esse trabalho junto ao grupo. Porém, ocorreram algumas experiências delicadas e, em decorrência desses fatores, o grupo apresenta maior resistência em estabelecer parcerias atualmente.

É importante destacar que o consultor de design, ao mesmo tempo em que está presente na comunidade, estabelece o elo com as múltiplas instâncias envolvidas com o trabalho das bordadeiras. A sua atuação varia desde ser o proponente e organizador da iniciativa e das atividades até criar um produto final voltado para o mercado.

O designer funciona paralelamente como um especialista em tornar um produto em uma mercadoria direcionada ao mercado consumidor e um representante da instituição que presta serviço, uma vez que é capaz de representar o nome do órgão para o qual trabalha.

Rute Casoy, designer.

As mulheres ressaltam o papel dos designers que passaram pelo grupo nos últimos anos e reconhecem que esse profissional transita por diversas áreas, constituindo uma espécie de intermediário com o mercado consumidor, que apresenta determinadas exigências e parâmetros de qualidade e uma ação tradicional, o bordado, por exemplo.

As Bordadeiras do Sono encontram-se divididas em relação à vinda de designers à comunidade. Ao afirmarem que existem “*parcerias e parcerias e que de agora em diante essas parcerias terão que ser escolhidas a dedo*” apresentam dúvidas também em relação ao produto que preferem bordar. Ao mesmo tempo em que uma parcela do grupo deseja continuar fazendo o bordado da forma que sempre fizeram - painéis bordados -, há também uma parte que deseja confeccionar produtos menores e é a favor da vinda de designers para aprimorar estes produtos.

A gente já fez exposição de quadro de pássaro e de outros temas, mas esses produtos nunca tiveram saída nas feiras e nas exposições que participamos. Já as últimas feiras que participamos com produtos pequenos, não houve muita repercussão de vendas, sabe.

Emily Unna Monteiro-brown.

Não vendemos muitos produtos pequenos no Paraty EcoFashion de 2016 porque o tecido era meio vagabundo, foi um tecido doado. Devíamos ter investido em um tecido com melhor qualidade.

Mariana Castro.

As bordadeiras experenciam na prática, através da sua participação em exposições e feiras, diferentes perspectivas em relação à venda dos bordados, ao mesmo tempo em que uma parte das mulheres se recusa a fazer produtos pequenos e fora da temática da identidade caiçara. Há uma parcela que defende o fato de bordar elementos da cultura local e percebe a oportunidade de profissionalização dos produtos menores com a vinda de um designer para aprimorar o produto e um maior investimento na qualidade dos tecidos utilizados. No entanto, as integrantes encontram obstáculos para se articularem ao redor de uma proposta de produto única e estão sempre à espera das proposições elaboradas pelo núcleo do grupo.

Ao indagar as mulheres em relação à forma como elas refletem as experiências de sair do Sono para expor os seus bordados, especialmente no Condomínio Laranjeiras, elas compreendem que esses são momentos muito positivos e que fortalecem a cultura caiçara e a história do Sono. O fato de conseguirem permanecer no interior do Condomínio e vender os seus quadros para os condôminos sem serem rechaçadas, como ocorre normalmente, tem um significado muito forte para elas. Em relação à venda de quadros para o Condomínio, o núcleo do grupo possui cadernos desde a primeira exposição onde se anota a venda de cada quadro, o nome da bordadeira que o bordou, como também o nome do condômino que o comprou. Alguns moradores do Condomínio chegam a ter até oito quadros elaborados pelas bordadeiras do Sono e os utilizam em suas casas como objeto de decoração.

Durante as entrevistas com as bordadeiras notou-se que a autoestima da mulher é reforçada pela maneira como ela descreve a sua vida na comunidade e a si mesma. Por mais que a produção do bordado não esteja muito presente atualmente, ela se vê como uma bordadeira, inserida em uma configuração diferente da atividade turística, e estabelece uma representação pública de si mesma por meio do ato de bordar.

Nesse sentido, a equação entre poder, conhecimento e reconhecimento apontada por Pierre Bourdieu nos proporciona uma boa ferramenta para analisar a relação do grupo de Bordadeiras com as organizações não governamentais (ONGs) e com as designers que buscam estabelecer parcerias com o grupo, seja para desenvolver um produto, seja para ceder espaço para o grupo vender os bordados em um evento.

As relações de comunicação são relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o potlatch, podem permitir acumular poder simbólico (BOURDIEU, 2000:11).

Conforme Bourdieu, as classes sociais estão intrincadas em uma disputa simbólica pela imposição de uma definição particular do mundo social que esteja adequada com os seus interesses. Tal disputa poderia ser elaborada de duas maneiras diferentes: diretamente ou através dos especialistas da produção simbólica, que teriam o poder de impor ferramentas de conhecimento e de expressão arbitrários. Nos episódios relatados pelas mulheres, os treinamentos e os acordos oferecidos pelas designers e pelas ONGs convergem para adequar o trabalho do grupo ao próprio modelo dos “de fora”. Adequando, assim, as bordadeiras ao formato de grupos de trabalho, incentivando o empreendedorismo para que essas, talvez, transformem-se em uma associação e assim por diante.

Ao observar a atuação dos designers que trabalharam com o grupo nos últimos anos, nota-se que estes apresentavam um bom manejo de recursos simbólicos. Percebe-se que esses agentes apresentam o poder e a ação de transformar o objeto artesanal em um objeto de consumo e desejo.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, e deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o

equivalente daquilo que é obtido pela força, graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2000:14).

O “*poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação*” pode ser compreendido como resultante da capacitação e da educação, que agencia uma forma de representação do indivíduo no mundo, construindo simultaneamente habilidades voltadas para o conteúdo e para a forma. O efeito causado pelo “de fora” ocorre devido ao caráter mobilizador dos treinamentos e cursos que os capacitam para trabalhar no interior de um modelo de atuação e o reconhecimento destes por parte das bordadeiras.

Bourdieu centraliza a sua análise nas ferramentas de imposição do poder simbólico, sobretudo nos meios de construção das crenças, na reprodução, na educação e na inculcação da disposição de se posicionar no mundo, através da adoção de visões de mundo caracterizadas por posições privilegiadas no interior do campo de poder. No entanto, fogem do modelo proposto por Bourdieu os casos em que o indivíduo elege determinados aspectos da sua adesão à visão de mundo dominante, conforme o seu objetivo pessoal, e a própria dominação individual de um determinado saber quando este busca utilizar o capital em seu próprio proveito. Esse aspecto da negociação no interior do campo de disputa se apresenta de forma reveladora e presente na ação do indivíduo intencionando o benefício próprio.

3.4 Estilo hippie chique



Figura 17: quadros elaborados pela bordadeira Mariana Castro. (Foto da autora, 2016).

Fernanda Castanho e Luiz Pontual expõem que o trabalho do designer na comunidade do Sono teve o intuito de elaborar e desenvolver um produto com uma “identidade local”, “com a cara da comunidade” e “com a cara da cultura caiçara de Paraty”

que ela define como: “um produto que refletisse a cultura tradicional junto à cultura contemporânea, onde o olhar para as cores, as formas e os outros elementos fossem valorizados também”. Dentre as etapas do projeto do Bordado no Sono, uma das principais seria o processo de construção de uma identidade local, em que seriam reforçados dois elementos principais: ser “contemporâneo” e ser “tradicional”, que de acordo com a sua proposta seriam particularidades próprias da comunidade do Sono.

A ideia de bordar um painel contando o cotidiano da Bordadeira na comunidade do Sono foi criada pelos consultores a partir de suas visitas. Inicialmente, as mulheres desejavam fazer peças menores. Nesse processo, os consultores propõem ao grupo a possibilidade do trabalho delas passar a ser visto como obra de arte e elas poderem passar a ganhar mais com a venda dos bordados. E que poderiam tentar desenvolver duas linhas de produção: o artesanato e a arte.

Sobre usar o termo "arte" nós conversávamos com elas sobre desenvolvermos um produto que tivesse mais valor agregado, que não fosse somente um acessório ou coisa do tipo. Pensamos que, como havia uma história por trás de uma cultura rica, e os painéis iriam traduzir isto, então poderia ser chamado de arte o material produzido. Também o fato de enquadrarmos, de ser um quadro (...). Mas também falávamos que poderia ser chamado de artesanato, mas um artesanato diferenciado, com uma carga cultural.

Foram com os convites e a solicitação das pessoas para elas exporem que tudo foi ganhando a dimensão de arte. E, assim, elas conseguiram entender e visualizar que este era o caminho. Passaram a receber mais por seus bordados. Fizemos os cálculos com elas, demonstrando quanto tempo levavam para bordar uma bolsinha e um painel emoldurado. Fomos na prática, na experiência, vendo junto com elas o que estava dando retorno.

Fernanda Castanho e Luiz Pontual.

A oposição entre arte e artesanato, encontra-se presente no discurso das integrantes que compõem o núcleo do grupo. Observamos que a forma como elas se referem aos seus produtos como obras de arte está associada ao fato dos seus bordados serem únicos. E tem a ver também com a própria novidade que os bordados representam para estas mulheres. O termo “novidade” é compreendido neste trabalho no sentido de ser uma técnica que até então poucas mulheres manipulavam na comunidade.

Percebemos que é a chegada do bordado, no formato instituído pelo Sebrae, que faz com que essas mulheres compreendam os seus trabalhos como obras de arte. O bordado que chega é um bordado que segue os princípios do designer, é um bordado que mistura diversas técnicas, são bordados que estão sendo utilizados na moda, em peças que são do princípio do designer.

Nesse sentido, observa-se que parte do discurso dos consultores do Sebrae e dos designers que desenvolveram parcerias com o grupo nesses últimos anos ressaltam a necessidade de resgatar fazeres tradicionais e “práticas do tempo da vovó”. Em suma, tem como objetivo principal valorizar as atividades manuais, incorporando-as a um estilo de moda caracterizado como “hippie chique”, que compreende uma combinação atualizada do estilo “hippie” dos anos 1970, com itens modernos, propondo, assim, um produto menos rústico e mais sofisticado. E aos princípios do *Craft Design* ou Design Artesanal, que compreende a interseção entre os campos da Arte, do Artesanato e do Design.

Nota-se que as Bordadeiras do Sono, quando estão elaborando um bordado, quando se propõem a fazer uma tela ou iniciar um novo projeto, apresentam certa inquietação de criar algo que apresente uma identificação caçara, que tenha uma referência da comunidade do Sono.

Na Praia do Sono, todas as bordadeiras vendem as suas peças em grupo nas feiras e exposições de que participam. Algumas ainda vendem os produtos menores nos seus estabelecimentos comerciais, como chaveiros e marca-livros, por exemplo. Outras mulheres recebem encomendas de modo particular, vendendo seu trabalho pela internet. O cliente faz o pedido do que deseja ser bordado e deposita o dinheiro na conta da bordadeira, que envia a obra por SEDEX. Observamos em seus discursos a noção de autenticidade em relação ao trabalho artesanal, uma vez que todos os bordados elaborados pelas mulheres são assinados por elas.

Conforme Michael Herzfeld (1992), a autenticidade constitui um sistema ritualístico, capaz de assegurar um lugar no cosmos em que a capacidade de algo ser autêntico não se encontra apenas no ato de bordar a assinatura no produto elaborado, mas, sobretudo, nas especificidades para confeccionar um bordado, na crença de que de uma maneira específica o modo de elaborar um bordado resultaria em um elo entre o sujeito e o objeto, entre o autor e a obra. Como, por exemplo, na fala de Bruna Coelho:

Primeiro vem a inspiração para o tema do desenho. No meu caso, que não sei desenhar direito, eu penso em algo e procuro alguém para fazer o desenho e passá-lo para o tecido para mim. Dentre os materiais eu uso: agulha, tecido, linha, tesoura, apontador e lápis. Depois de passar o desenho com um lápis para o tecido, a gente começa pelo contorno do desenho para não perder, porque ele vai se apagando.

Se for um desenho grande você tem que começar o contorno de todo ele, para depois começar a preencher. Eu começo a preencher dentro de cada uma, cada figura do desenho é de uma cor diferente. Tudo tem que ser feito de forma bem cuidadosa para o avesso ficar quase idêntico à frente do bordado. Isso conta muito. Depois de terminar todo o bordado, a gente tem que lavar o pano. Porque a gente pega nele toda hora e acaba sujando e só depois nós colocamos a moldura. Eu estou optando em colocar na moldura de vidro e madeira do que a que o grupo usa, pois, o vidro conserva mais o bordado.

A apreensão com a autenticidade e a unicidade do bordado pode ser compreendida mais com a relevância na elaboração de um objeto que é único do Sono e não replicável, uma vez que a sua unicidade é legitimada quando os elementos da cultura local são traduzidos através do ato de bordar e do objeto finalizado. Desta forma, o fato de não ser replicável e de apresentar o poder de contar a história do local atestaria, ao bordado a característica de ser reconhecido como obra de arte.

CAPÍTULO IV

EXPERIÊNCIAS FUNDIÁRIAS E OS SEUS HABITANTES



Figura 18: rede de pesca. (Foto da autora, 2017).

4.1 Um breve recorte histórico do povoamento de Paraty

O território que hoje se denomina Paraty é uma região com importante histórico. Compreende uma baixada contornada por morros íngremes e com um só trajeto, a antiga trilha indígena que cortava a Serra da Bocaina em direção ao oceano, em seguida nomeada de trilha dos Guaianases e, mais tarde, Caminho Velho do Ouro. Além desse percurso, há trilhas menos importantes que percorriam o litoral acidentado da região, porém a melhor forma de acesso era o caminho marítimo.

Desta forma, a ocupação da região pelo homem foi determinada pela sua distribuição geográfica, contemplada por enseadas, penínsulas e ilhas. A ausência de extensos rios e planícies costeiras e alagadiças permitiu durante o período pré-colonial apenas a conformação de modestos assentamentos humanos temporários.

A importância estratégica de Paraty está atrelada à presença da trilha indígena que cruza a serra da Bocaina, conectando o Vale do Rio Paraíba do Sul ao oceano. Entre a diversidade de trajetos percorridos pelas populações indígenas, essa trilha é comparativamente a mais praticada que as outras existentes, sendo adotada também pelos portugueses, pelo

menos desde o século XVI. No ano de 1567, a pedido de seus aliados Guaianá de São Sebastião, que objetivavam vingar uma derrota frente aos remanescentes tamoios, partiu do local onde se localizaria Paraty uma caravana mista composta por cerca de dois mil homens indígenas e 300 portugueses, vindos do atual litoral de São Paulo. Essa expedição cruza a Serra da Bocaina, seguindo o caminho dos Guaianá, até a região do Vale do Paraíba do Sul na caça ao contingente tupinambá ainda resistente à derrota da Confederação dos Tamoios (1553-1564).

Segundo o material histórico sobre o local, essa trilha permitiu, também, que, em sentido oposto, paulistas que buscavam outros acessos para o litoral, percorrendo o caminho antigo do sertão ao longo do Vale do Rio Paraíba, encontrassem com os seus aliados Guaianá em Paraty. E seriam esses exploradores os primeiros habitantes que teriam formado um pequeno núcleo populacional, na passagem dos séculos XVI para o XVII. Através deste primeiro núcleo foi constituída provavelmente uma ligação entre a aldeia que se formava próximo ao atual Morro do Forte Defensor Perpétuo, no fundo da abrigada enseada de Paraty, e os aldeamentos no planalto.

No ano de 1630, a proprietária da sesmaria onde se encontrava esse antigo núcleo populacional cede uma gleba de terra localizada entre os rios Matheus Nunes e Perequê-Açu para a construção da Vila de Nossa Senhora dos Remédios, que dará origem à atual cidade de Paraty. No início do século XVII, com as descobertas de ouro na província de São Paulo, a Coroa Portuguesa passou a melhorar e a descobrir novos acessos entre as áreas do litoral e do sertão, iniciando, assim, o uso constante da trilha antiga pelos mercadores que buscavam levar ouro e mercadorias a partir da serra.

Além desse aspecto, sendo Paraty um porto abrigado, transformou-se em um ponto estratégico para a navegação entre os portos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e os pequenos assentamentos portugueses no litoral paulista. Contando também com a vantagem da trilha Guaianá contemplar o acesso direto com a nova fronteira que estava sendo descoberta pelos bandeirantes paulistas em direção ao sertão das Minas Gerais. E logo, em 1667, a vila de Nossa Senhora dos Remédios já conquista determinada autonomia em relação à Angra dos Reis.

Inicialmente, Paraty permanece como um núcleo populacional pequeno, porém em expansão em decorrência do circuito de comércio entre o interior, o litoral paulista e a cidade do Rio de Janeiro. Iniciando, assim, a distribuição das sesmarias que irão povoar as áreas isoladas da região. Ainda que tenham ocorrido descobertas na região de Jaraguá, próximo do arraial de São Paulo de Piratininga, é apenas com o descobrimento das jazidas no Cerro Tripuí (após Vila Rica e atual Ouro Preto), no ano de 1695, que se inicia uma ação sistemática de extração de ouro no Brasil. Prevalecendo, assim, uma corrida do ouro que levou, nos primeiros 60 anos do século XVIII, à entrada de cerca de 600 mil portugueses vindos da corte e das colônias insulares do oceano Atlântico. A estes se juntavam os descobridores das minas, os paulistas e pessoas oriundas do Recôncavo Baiano, que desde meados de 1612 exploravam o caminho do São Francisco à procura do interior e que já haviam estabelecido alguns núcleos populacionais próximos às futuras minas.

A experiência de descobrimento de jazidas de ouro na região da atual cidade de Ouro Preto-MG deixou claro aos portugueses que esse trajeto, apesar de possuir uma boa posição estratégica, encontrava-se longe de ser o ideal. Isso porque em Paraty não há um porto profundo, o que beneficiava mais a navegação de cabotagem em embarcações de pequeno porte que, por conseguinte, ficavam mais expostas aos ataques dos aventureiros presentes na baía da Ilha Grande e que se escondiam em suas inúmeras enseadas e ilhas abrigadas. De tal modo que, em 1698, a Coroa Portuguesa planeja a edificação de um caminho direto entre as Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro pela Serra do Mar. A primeira experiência que

origina o novo acesso ao interior foi finalizada em 1700, porém foi pouco praticável para as tropas de mulas carregadas de mercadorias e ouro, pois o seu caminho era muito íngreme.

Apesar da diversidade de tentativas de vencer a Serra do Mar partindo da cidade do Rio de Janeiro, em 1702, Paraty passa a ser um exclusivo porto para o ouro das Minas Gerais. É instalada uma casa de fundir e quintar ouro em pleno caminho Guaianá, que passa a ser nomeada como o Caminho do Ouro no ano de 1704. Seis anos depois, a coroa veta a utilização do caminho para o transporte de ouro, privilegiando-se assim, o ainda precário Caminho Novo, que permitia o acesso às minas após uma viagem de apenas 10 ou 12 dias de caminhada, em vez dos 30 a 40 de viagem pelo Caminho Velho (ANTONIL, 1976, pp.184-186). Mesmo sendo proibida, essa via passa a assumir um destaque, funcionando como a principal via de acesso entre as Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro. Essa percepção fica clara quando esse trajeto é novamente reaberto, em 1715, por pressão não apenas dos moradores de Paraty como também dos mercadores da capital, pois o trajeto para as Minas Gerais pelo Caminho Novo ainda era muito complicado para as tropas carregadas de mercadorias.

De tal modo que, mesmo após a consolidação do Caminho Novo, o Caminho Velho de Paraty permanece como um dos principais trajetos de acesso de mercadorias para Minas Gerais, ocasionando, assim, a sua expansão econômica. A cidade passa a se destacar também como um importante porto de escravos e inúmeras mercadorias demandadas pelas populações das vilas que floresciam no sertão das Minas e pelos mineradores. Ao mesmo tempo, havia o aumento da produção das fazendas que se instalam na região, acrescentando também o aumento da produção rural para o abastecimento de Paraty e difundindo-se, assim, uma diversificação de plantios pelos terrenos agricultáveis da região.

Paraty testemunhou a decadência da exploração do ouro nas Minas Gerais e a ocorrência do processo de renascimento agrícola brasileiro, ocorrido entre meados do século XVIII e meados do século XIX. Neste período, boa parcela das populações abandonava as minas esgotadas e direcionava-se para o sertão, dando início a uma diversificada produção agrícola em regiões como no interior da província de São Paulo e no sul do Estado de Minas Gerais. Essa nova produção não só abastecia as fazendas do interior, como também a capital da colônia (transferida para o Rio de Janeiro em 1763), ocupando o espaço das lavouras de cana decadentes. Nesse mesmo momento histórico são abertos ou aperfeiçoados caminhos novos entre o sertão e o litoral com o intuito de escoar a produção, enfraquecendo, assim, a importância do antigo caminho de Paraty, que foi substituído pelas rotas que conectam o interior ao litoral do Rio de Janeiro ou de Santos.

Todavia, Paraty tirou novamente partido de sua posição estratégica em relação ao Vale do Paraíba do Sul durante o ciclo do café, iniciado no século XIX. E, assim, a vila retoma a sua posição privilegiada de entreposto comercial de escravos e produtos para os grandes latifundiários que se multiplicam pela região. Novamente, a cidade é contemplada por um processo de enriquecimento que se encerra com o estabelecimento da ferrovia ligando o Rio de Janeiro a São Paulo no ano de 1850.

Com a abolição da escravatura, no ano de 1888, a cidade perdeu a sua condição de grande porto clandestino de escravos e mergulhou em um momento de estagnação econômica. Diante da crise ocorreu um processo de esvaziamento populacional em que a população rural do município passou a se dedicar mais à pesca e à agricultura de subsistência, ainda que dependessem da cidade para os produtos que não produziam, como combustível, sal e roupas. Comercializavam em troca destes os excedentes do pescado, melado, farinha e produtos artesanais elaborados com os produtos extraídos das encostas da Serra do Mar. O declínio econômico da região faz com que a cobertura vegetal reconstitua-se após séculos de desmatamento para a extração de madeira destinada ao abastecimento dos engenhos e para a agricultura de cana de açúcar.

No ano de 1956, a estrada que unia Paraty ao planalto é reaberta ao tráfego pela ação privada, que estava interessada em comprar extensas glebas de terras na região. É possível que esta iniciativa possua relação com o projeto de construção de uma estrada litorânea ligando o Rio de Janeiro a Santos, surgindo um fluxo de turistas pequeno. Em 1958, o Centro Histórico de Paraty é tombado pelo IPHAN e, em 1966, o município de Paraty é declarado Monumento Nacional, em decorrência das ameaças advindas da especulação imobiliária em função da nova estrada.

A construção da estrada litorânea se inicia em 1967 e, em 1974, a BR-101, conectando o Rio de Janeiro a Santos, é aberta ao tráfego de carros. E assim, a cidade de Paraty associa-se novamente a um ciclo econômico novo, o turismo, tornando-se um dos principais destinos turísticos nacionais. Em decorrência deste aspecto, são gerados novos e grandes impactos para a cultura e a economia locais, sendo o ano de 1974 emblemático, pois é a data da extensão do tombamento de Paraty, incluindo toda a área do município. É também o ano da criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, evidenciando a preocupação do poder público com a preservação da paisagem local, porém sem efetivamente considerar as circunstâncias das populações rurais do município que assistem as suas terras, objeto de ambição privada, se transformarem em Patrimônio Cultural Brasileiro ou Unidades de Conservação da Natureza.

4.2 A questão territorial brasileira

Para compreender a conjuntura territorial nacional atual é necessário olhar para o processo de expansão de fronteiras do Brasil colonial e imperial. Seus modelos se perpetuam até os dias de hoje, especialmente na região amazônica, de tal modo que pode-se falar de uma situação de “fronteiras perenes” (Little 2001) em que a presença das frentes de expansão do século XX é primordial para a compreensão dos movimentos de territorialização no Brasil dos últimos vinte anos. Refletir sobre esse processo histórico é destacar não apenas novas reivindicações territoriais dos povos indígenas e quilombolas, mas também problematizar e olhar de forma mais atenta e integral para as diversas populações extrativistas presentes no território nacional. Essas populações concebem de forma ativa e orgânica uma resposta às novas fronteiras em expansão do grande capital e ao ideário desenvolvimentista, repostas essas que se estendem para além de uma reação mecânica de ação e reação de suas demandas.

A década de 1930 no Brasil constitui um marco na conjuntura territorial, caracterizada por uma série de ondas migratórias, em sua maioria acompanhada por fortes investimentos em infraestrutura, fato que transformou de maneira contundente as relações fundiárias presentes no país. Essas frentes de expansão se alastraram por todo o solo nacional e atingiram de múltiplas maneiras os diversos povos tradicionais. Primeiro se deu a expansão para o oeste do Paraná, nos anos 1930 e 1940, em seguida, ocorre a Marcha para o Oeste, centralizada nos estados de Goiás e Mato Grosso. Os anos 1950 são marcados pela construção de Brasília como a nova capital federal no planalto central, fato que impulsionou o processo de povoamento massivo dessa região. Os anos 1960 e 1970 são marcados pela construção das primeiras grandes estradas amazônicas – Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília e Transamazônica. Estas rodovias tiveram a função de tornar acessível a região Norte para as grandes empresas procedentes de outras regiões do Brasil e para fazendeiros, comerciantes, colonos e garimpeiros.

Ao mesmo tempo, houve a implantação de múltiplos projetos de desenvolvimento pelos governos militares, que foram eficientes em produzir novas frentes de expansão desenvolvimentista, como por exemplo, a construção das hidrelétricas, a criação da Zona Franca de Manaus, e o estabelecimento de grandes projetos de mineração.

Segundo Little (2012), do ponto de vista dos distintos povos tradicionais, esses diversos movimentos alteraram profundamente a situação de invisibilidade social e

marginalidade econômica desses povos. A chegada desses projetos de desenvolvimento em suas terras foram acompanhadas por novas tecnologias de comunicação, produção e transporte, modificando, assim, as suas relações ecológicas e sociais em decorrência da alta velocidade do poder de destruição ambiental destes empreendimentos.

A fortificação da ideologia neoliberal e a incorporação à economia mundial de grupos até então excluídos dela ocorre a partir da década de 1980. Além desse este novo modelo econômico reconfigurar a geografia mundial, ele acelera ainda mais as tensões e pressões sobre os territórios dos povos tradicionais, especialmente nos aspectos referentes à utilização dos recursos naturais e às suas formas de acesso a estes. A vertente ambientalista dominante nesse período se caracterizava por uma postura ecocêntrica:

(...) afirmam ser o ser humano somente uma espécie entre as demais, advogam não somente a redução do número de seres humanos em áreas de conservação, mas afirmam que estes não têm direitos de dominação sobre as demais espécies. Além disso, o mundo natural tem valor em si mesmo independente da utilidade que possa ter para os humanos (Diegues, 2000, p. 9).

Em reação a essas novas pressões por parte do Estado, os povos tradicionais passaram a elaborar estratégias territoriais novas para proteger as suas áreas. Dentre estas ações estratégicas destaca-se, primordialmente, o ato de compelir o Estado brasileiro a legitimar a existência e a presença de distintas formas de expressão territorial – englobando diferentes regimes de propriedade – dentro do marco legal único do Estado, além de atender às necessidades desses grupos. O conjunto de ações e práticas em defesa do território por parte dos povos tradicionais cunhou um espaço político próprio em que a disputa por categorias territoriais novas tornou-se um dos campos privilegiados de debate. A consolidação ou criação de categorias fundiárias do Estado foram alguns dos principais resultados legítimos desse movimento. Por haver uma diversidade de formas territoriais desses povos, houve o imperativo de adequar as categorias jurídicas e sociais às suas realidades históricas e empíricas, ao invés de encaixá-las nas normas já existentes da lei brasileira.

Barreto afirma que a consolidação dessas categorias fundiárias só ocorreu em decorrência do surgimento dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 e da adesão que esses movimentos receberam de diversas organizações não governamentais (ONGs). Ao mesmo tempo, houve o término da ditadura militar, no ano de 1985, e a implantação de governos civis, fatos históricos que abriram novos caminhos e espaços de atuação política para os povos tradicionais.

A Constituinte de 1987-88 foi um marco importante na história brasileira, produto de uma década de debates, mobilizações e *lobby* e aglutinou diversas ONGs e movimentos sociais para a inclusão de novos direitos e questões sociais e ambientais na nova Constituição.

Diferentes modalidades territoriais passaram por processos de fortalecimento e formalização com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. As terras indígenas e dos remanescentes das comunidades de quilombos retratam essa transformação histórica, sendo o termo “terra indígena” uma categoria jurídica que inicialmente foi estabelecida pelo Estado brasileiro para analisar os povos indígenas dentro do marco da tutela. Nesse movimento de legitimação por parte do Estado, os povos indígenas foram os primeiros povos tradicionais a obter o reconhecimento de suas diversidades étnicas e territoriais, mesmo que tal processo de reconhecimento territorial tenha elaborado procedimentos e normas que depreciaram os seus direitos.

É a partir da década de 1980 que os povos indígenas passam a ter força política, situação propiciada pelo processo de organização das distintas sociedades indígenas e pelo alinhamento com alianças nacionais e regionais (Ramos 1998). Essas convergências entre os índios e instituições e sociedade civil cumpriram uma função importante na ampliação e no

reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição de 1988. Foi a partir desses episódios que o processo administrativo de delimitação, identificação, demarcação física, homologação, identificação e registro se intensificaram, especialmente durante a década de 1990.

De forma diferente da dos territórios indígenas, as terras de preto, os quilombos e as comunidades cafuzas, até bem recentemente sofreram da “invisibilidade jurídica do controle coletivo da terra”, obtendo tardiamente o reconhecimento legítimo em relação aos seus territórios (Bandeira 1991: 9). É a partir da década de 1980, com o aparecimento de uma consciência negra como parte constituinte de uma organização maior de configuração política que os quilombos passam a ter uma nova visibilidade política. Fato este que se reflete nas diversas formações de associações e na realização de eventos regionais que se seguiram em eventos de ordem nacional, culminando com a celebração, em todo o país, em 1995, do 300º aniversário da morte de Zumbi dos Palmares. E, assim, a categoria de “remanescentes das comunidades dos quilombos” passa a ganhar reconhecimento formal por parte do Estado na Constituição de 1988. Porém, a regulamentação dos territórios quilombolas demorou alguns anos para ser reconhecida pelo Estado sob a figura jurídica da nova Constituição.

Desta forma, os exemplos dos casos indígena e quilombola constituem um processo de reconhecimento jurídico em torno de suas identidades étnicas para, assim, legitimarem o acesso fundiário de seus territórios perante a Constituição. Se as categorias territoriais utilizadas pelo Estado tiveram e têm finalidades de controle social dessas populações, a luta em torno das categorias jurídicas territoriais tornou-se uma luta de mão dupla, já que as categorias utilizadas para a dominação política também podem servir para a reafirmação social e territorial, processo em que passam a agir como fonte de novas identidades socioculturais. Sendo sempre difícil traçar a linha entre a força interna da territorialidade que é latente em cada grupo e as exigências externas que “obrigam” que essa conduta territorial seja implementada (Oliveira 1998 *apud* Little, 2002 p 15).

Portanto, o processo histórico desses territórios é complementado pela historicidade dos conceitos utilizados para compreendê-los e enquadrá-los. Sendo o procedimento de criação de conceitos territoriais, de um lado, uma prática acadêmica focalizada na descrição densa das formas de territorialidades presentes entre esses povos e, por outro, uma ação política empregada para o reconhecimento legítimo dos que existem socialmente. É neste movimento em que nasce uma espécie de convergência entre essas “criações sociais, elaboradas simultaneamente de criações jurídicas, vontade política imaginação sociológica e desejos” (Arruti 1997: 7).

Como enfatiza Little, ao mesmo tempo, há um risco de fundir o lado pragmático com o lado conceitual e permitir, assim, que as categorias jurídicas substituam as categorias etnográficas, uma vez que a pesquisa etnográfica, mesmo quando engajada em lutas políticas, necessita manter certa neutralidade, tendo a realidade empírica em toda sua dimensão complexa.

4.3 A criação das Unidades de Conservação

Nos últimos quarenta anos a dinâmica territorial nacional tem sido transformada em decorrência da consolidação e expansão do movimento ambientalista internacional, sendo o território da Amazônia a área com o maior reflexo deste impacto. Ainda que o movimento ambientalista moderno tenha a sua origem no século XIX (Bramwell, 1989; McCormick, 1992), ele só passa a possuir uma expressão mais consolidada e mundial em meados do século XX, quando a maioria das nações de todos os continentes experenciam um acelerado crescimento social e demográfico. O movimento ambientalista, desde o seu início, é composto por inúmeras perspectivas, cada uma com objetivos próprios e, na maioria das vezes, em contradição entre si (Pepper, 1996). É nesse sentido que duas vertentes são de grande valor

em relação aos territórios sociais brasileiros: o preservacionismo e o sócioambientalismo. Estas correntes geraram impactos distintos, que interagiram de forma singular com a diversidade de populações tradicionais presentes não apenas no território nacional, como em diversas partes do mundo. Sendo assim, é possível alinhar os grupos de interesse em duas vertentes de prática e pensamento:

Os ecocêntricos, que afirmam ser o ser humano somente uma espécie entre as demais, advogam não somente a redução do número de seres humanos em áreas de conservação, mas afirmam que estes não têm direitos de dominação sobre as demais espécies. Além disso, o mundo natural tem valor em si mesmo independente da utilidade que possa ter para os humanos. A outra corrente, a antropocêntrica, opera na dicotomia entre o homem e a natureza, segundo a qual os humanos têm direitos de controle e posse sobre os outros seres da natureza, sobretudo mediante a ciência e a tecnologia (Diegues, 2000, p. 9).

O movimento preservacionista inicia-se paralelamente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e, em sequência, foi adotado em outros países e sociedades com características sociais e ecológicas diferentes. Desde o seu início, o movimento focaliza as suas ações e práticas na noção de preservação da natureza em seu estado mais selvagem. A implementação de áreas protegidas, a partir de 1864, na Califórnia (Yosemite Valley e Mariposa Grove), seguido pela criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, na cordilheira dos Grand Tetons, concedeu a esta vertente do ambientalismo uma dimensão territorial na qual o valor da apreciação da natureza no seu estado intocado foi consagrado. No século e meio seguinte, a modalidade de áreas protegidas se expandiu por todas as partes do mundo, sendo que o primeiro Parque Nacional no Brasil – Itatiaia – foi estabelecido em 1937 (LITTLE, 2012).

É nesse sentido que, com o processo de expansão da fronteira desenvolvimentista promovido pela ditadura militar no Brasil, a partir da década de 1970, ocorre uma significativa expansão do número de unidades de conservação de cunho preservacionista, o que gerou um alarmante impacto fundiário nacional em decorrência do grande índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos tradicionais.

Entre os anos de 1975 e 1989, são criados no Brasil vinte e duas (22) Reservas Biológicas, vinte e uma (21) Estações Ecológicas e dezessete (17) Parques Nacionais, o que gerou um grande aumento da área total de Unidades de Conservação de Uso Indireto no país, uma vez que as Unidades de Conservação de Uso Indireto não permitem a presença de populações humanas no interior de seus territórios. A solução proposta inicialmente pela vertente preservacionista consistiu na expulsão dos habitantes de seus territórios de origem. Em troca, o Estado proveria o reassentamento compulsório ou uma indenização a estas populações.

Segundo Guha (1997) e Chambers (1993), a perspectiva conservacionista importada dos países do Norte tem diretrizes calcadas na alta tecnologia, na noção urbano-industrial de mundo, no masculino e nas noções de quantidade, servindo aos interesses dos países e classes sociais mais ricas. Guha destaca que são cinco os maiores grupos sociais que alimentam a conservação na vida selvagem no Terceiro Mundo:

Em primeiro lugar, estão os moradores das cidades e turistas estrangeiros que tomam algum tempo de férias para visitar o mundo selvagem, com objetivos de prazer, estética e recreação. O segundo grupo são as elites governantes que veem na proteção de um animal um símbolo de prestígio nacional. O terceiro grupo é formado pelas organizações ambientalistas internacionais como IUCN e WWF que trabalham para “educar” os profissionais na virtude da biologia e da conservação. O quarto grupo é formado pelos funcionários dos serviços de parques. Na Índia, esses funcionários motivam-se pelos privilégios que podem extrair deste posto profissional (viagens, projetos), ainda que uma minoria deles esteja motivada pelo

amor à natureza. E finalmente, o último grupo é o dos biólogos que querem conservar a natureza por causa da ciência (GUHA *apud* DIEGUES, p. 6, 2000).

Guha afirma que estes grupos se unem por compartilhar a hostilidade em relação aos povos tradicionais que habitavam o território da unidade de conservação antes da sua criação. Os adeptos dessa perspectiva ecocêntrica percebem as comunidades humanas como geradoras de um impacto destrutivo ao meio ambiente, além de seus estilos de vida serem os responsáveis pela extinção de determinadas espécies e contribuírem para a erosão do solo. Motivados por essa dinâmica de pensamento, os processos de transformação em áreas protegidas ignoraram a existência prévia de regimes de propriedade comum, relações ancestrais e afetivas com o território e as memórias coletivas sobre esses mesmos espaços. Além de excluir essas populações de seus lugares de origem através de práticas de cerceamento e intimidação.

Pode-se destacar como os principais casos de superposição entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Brasil: os Parques Nacionais Monte Pascoal (BA), Superagüi (PR), Araguaia (TO), e Pico da Neblina (AM), criados em conjunturas que promoveram tensões entre os órgãos ambientais do Estado e os povos originários dessas áreas, uma vez que foram impedidos de realizar as suas práticas habituais no ambiente para a sua subsistência.

A realidade das comunidades de remanescentes de quilombos do rio Trombetas se aproximou dessa situação com a criação de uma Reserva Biológica e de uma Floresta Nacional em suas áreas tradicionais de usufruto de tal forma que o Ibama se transformou, para os negros, em um símbolo do poder opressor do Estado, pois criava diversos obstáculos para a utilização tradicional dos recursos naturais de seu território (AZEVEDO e CASTRO, 1998).

Como produto dessa realidade social, duas vias foram construídas para dar conta do embate entre território, povos tradicionais, ambientalistas e o Estado: uma via de conflito aberto e outra mais pacífica, contemplando as negociações e as alianças entre os envolvidos e que levam em consideração a coexistência das áreas em disputa (BARRETO, 2001). Sendo a década de 1980 o grande ápice desse conflito, com a morte de significativo número da população residente, líderes ambientalistas e missionários.

Ocorrendo em Caracas, Venezuela, em 1992, o IV Congresso Internacional de Parques Nacionais discutiu de forma ampla a presença das populações residentes, introduzindo também a proposta da utilização de novas categorias – como a de preservação cultural (McNEELY et.alli. 1994). Por mais que houvesse soluções de avanço e integração entre as populações tradicionais e o ambiente, os defensores da perspectiva preservacionista, a favor das Unidades de Conservação de Proteção Integral que não permitem a presença humana nestas áreas, continuaram a provocar atritos em todo o continente, em especial no Brasil (AMEND e AMEND, 1992; BRANDON et. alli. 1998).

Um dos reflexos desse movimento no cenário brasileiro foi a tramitação do projeto de lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que foi debatido por dez anos no Congresso Nacional até sua aprovação em 2000 (Lei nº 9.985). Os debates mais conflituosos em torno do projeto de lei foram travados entre as vertentes preservacionista e socioambientalista do movimento ambientalista, sendo uma das cláusulas mais discutidas a definição da categoria de “população tradicional”. Todavia, não houve acordo entre as partes interessadas e a cláusula foi vetada do texto final da lei (LITTLE, 2002).

As desavenças e tensões presentes nessa disputa também podem ser percebidas no abaixo-assinado aprovado no II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação em Campo Grande, em 2000. O documento reúne críticas aos povos indígenas presentes em Unidades de Conservação, manifestando também uma “profunda preocupação com as invasões de Unidades de Conservação por grupos indígenas, cada vez mais frequentes e graves” e pedindo

a “imediate retirada dos invasores e a restauração da ordem jurídica democrática” (Carneiro da Cunha e Almeida , 2004).

Em reação a essa postura os movimentos indígenas e socioambientalistas apresentaram uma reação imediata ao documento, condenando-o por falta de sensibilidade social e intransigência por parte do movimento preservacionista. Esses debates foram importantes para trazer à luz da sociedade o choque entre a razão histórica dos povos indígenas, a ação instrumental do Estado e as influências do movimento preservacionista.

4.4 A construção da noção de “população tradicional” no Brasil

Ao revisitar o termo “população tradicional”, numa perspectiva compreensiva do conceito, observa-se que há inúmeras divergências entre os autores, o que não necessariamente reflete uma confusão conceitual, como pontua Carneiro da Cunha e Almeida (ibid, p.184). A noção de “população tradicional” consolida-se no Brasil ao mesmo tempo em que se discute o processo relacional de determinados grupos sociais com a preservação da biodiversidade. Esse debate tem as suas principais estruturas discursivas no interior do campo internacional de conservação ambiental.

Barreto (2002) afirma que a incorporação da noção às distintas agendas conservacionistas da sociedade civil e do poder público no Brasil foi influenciada diretamente por dois outros vetores. De um lado, os formuladores nativos da noção de “população tradicional” que foram beber em certas correntes do pensamento social brasileiro, caudatárias dos estudos antropogeográficos e preocupadas em caracterizar os tipos culturais regionais brasileiros, definidos a partir do conceito de sociedades e/ou culturas “rústicas”. De outro, a noção ganhou novo ímpeto e significado em função de vários movimentos sociais que incorporaram a variável ambiental como dimensão importante do seu ativismo – em especial os atores sociais diretamente afetados pelo desmatamento na Amazônia e cuja mobilização política enfoca os efeitos sociais das políticas públicas dirigidas para a região e toma corpo nos embates contra a ação do Estado (BARRETO, 2002: 125).

Já Vianna defende que é a partir de duas perspectivas históricas distintas que se deve compreender a incorporação, no Brasil, do debate acerca do papel que determinadas populações tradicionais apresentam frente à conservação da natureza: a primeira, referida ao “meio conservacionista, tanto na sociedade civil quanto no poder público”; e a segunda, referida aos “movimentos sociais rurais que aliam essas discussões a questões sociais mais amplas” – a primeira incorporando as populações ao discurso ecológico e, a segunda, incorporando esse discurso ao das populações (VIANNA, 1996: 94-5 *apud* Barreto: 126).

Sendo assim, Vianna compreende que há distinções entre o emprego do conceito de “populações tradicionais” no Brasil, contemplando as ditas “sociedades rústicas”, e o discurso internacional, que compreende exclusivamente as “populações étnicas”. O autor sugere que “a adoção no Brasil do discurso [conservacionista internacional (...)] passou a designar populações não étnicas, mas, consideradas, assim como as populações indígenas, como detentoras de características positivas para a conservação”, prevendo-se, assim, a possibilidade de alguns desses grupos usarem os recursos das áreas protegidas e nestas permanecerem (VIANNA, 1996: 94).

Barreto (2002) adota uma análise diferente, em que a generalização do emprego da noção de população tradicional se distancia da perspectiva de conservação internacional e reside na capacidade de reorganização através da narrativa hegemônica da miscigenação, processo que engloba simultaneamente os aspectos culturais e biológicos do povo brasileiro.

Enquanto que Little (2002) evoca em seu trabalho a noção de lugar e de memória para afirmar a territorialidade de determinado grupo social. Além de enfatizar que, para analisar o conceito de povos tradicionais é preciso observar se há fundamento empírico do conceito,

trazendo como exemplo a dimensão fundiária, a razão histórica retratada pelo regime de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar específico e a profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva. O autor ratifica que esses aspectos demonstram importantes semelhanças quando analisadas sob a ótica do Estado brasileiro e sua divisão entre terras públicas e terras privadas. Salienta também que as similaridades em um campo não obrigam que nos outros campos da prática sociocultural sejam semelhantes. Afirmando, assim, que raras vezes acontece esta ressonância, pois o mundo contemporâneo é caracterizado por uma diversidade sociocultural complexa.

O mesmo autor afirma que, na conjuntura das fronteiras em expansão, esse conceito foi construído para contemplar os grupos sociais que lutam pela defesa de seus respectivos territórios. Em relação ao contexto ambientalista, o conceito se dá através da necessidade de o movimento preservacionista lidar com os diversos grupos sociais residentes ou usuários das unidades de conservação de proteção integral, entendidos aqui como obstáculos para a implementação plena das metas dessas unidades (LITTLE, 2002:23). Noutra vertente ambientalista, o conceito dos povos tradicionais funcionou como uma forma de aproximação entre os representantes do socioambientalismo e os diversos grupos humanos que historicamente apresentaram formas sustentáveis de exploração de seus recursos naturais e, assim, criaram maneiras de cogestão territorial.

O conceito torna-se mais problematizado na esfera dos debates sobre autonomia territorial, o que pode ser exemplificado pela Convenção 169 da OIT, que cumpriu um papel central nas discussões nacionais sobre o respeito aos direitos dos povos. Em relação à escolha pela palavra “povos” ao invés de utilizar conceitos como populações, sociedades, comunidades ou grupos, Little argumenta que este conceito é utilizado como uma ferramenta estratégica no interior dos debates acerca dos direitos dos povos e da luta destes por justiça social. Essas lutas, por sua vez, têm como foco principal o reconhecimento de legitimidade de seus regimes de propriedade comum e das leis consuetudinárias que os fundamentam (LITTLE, 2002: 23).

Em relação à escolha pelo vocábulo “tradicional” o autor ressalta que este motiva mais dificuldades, pois a palavra é polissêmica, trazendo consigo a forte possibilidade de ser associada às concepções de atraso econômico e estagnação histórica. Contudo, destaca que, na perspectiva que está sendo discutida, o conceito de tradicional se aproxima com o uso recente de Sahlins (1997), que demonstra que as diversas tradições culturais se mantêm e se transformam através de uma dinâmica de transformação constante da vida social.

Por mais que os autores do campo acadêmico não tenham chegado a um consenso acerca de um conceito que dê conta de critérios analíticos para reconhecer e legitimar determinados grupos sociais como populações tradicionais (Lima, 1997), é preciso reconhecer que o termo vem sendo adotado por diversos atores políticos e por setores governamentais e não-governamentais (ONGs). A utilização do conceito de povos tradicionais busca oferecer um aparato analítico e metodológico que, ao conjugar diversos fatores, como o sentido de pertencimento a um lugar, a existência de regimes de propriedade comum e a busca por autonomia cultural e estilos de vida sustentáveis, legitima o direito de acesso e existência de variados grupos sociais. Por conta dessas razões, o termo foi recentemente incorporado em instrumentos legais do governo federal brasileiro, inicialmente na Constituição de 1988 e, posteriormente, na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Esse movimento conjectura uma ressemantização do termo, além de refletir a sua atual dimensão política.

4.5 A criação das Reservas Extrativistas e a perspectiva de Cogestão Territorial

A vertente socioambientalista é outra corrente que compõe o movimento ambientalista internacional. Esta perspectiva operacional e em defesa dos povos que habitam os territórios protegidos se consolidou no Brasil nos anos 1980 e teve no domínio político da sociedade civil um lugar de destaque e atuação (Leis e Viola, 1996). Em muitas outras esferas, houve um aumento do poder político e de visibilidade dos movimentos sociais e organizações não-governamentais. Os povos tradicionais⁵⁸ não estavam à margem desse movimento e a ele rapidamente se alinharam, o que modificou de forma decisiva as suas reivindicações territoriais.

Em relação à essa incorporação, destacam-se ações para promover os interesses dos povos tradicionais e a articulação política com ONGs que apresentavam interesses próximos, seguidas da colaboração conjunta em atividades políticas, culturais, ambientais e econômicas. De modo paralelo a este movimento, houve a consagração do conceito de desenvolvimento sustentável como uma estrutura estruturante para um suposto e inovador paradigma de desenvolvimento. Segundo Ribeiro (1992), foram essas ressonâncias as responsáveis por criar no cenário social brasileiro as possibilidades para novas alianças entre estes grupos.

Na procura por alternativas viáveis de desenvolvimento sustentável, os povos tradicionais foram reconhecidos por alguns ambientalistas como parceiros, por conta das suas práticas históricas de adaptação ao meio ambiente. Isso porque a perspectiva ambientalista dos territórios sociais é representada na sustentabilidade ecológica da ocupação por parte desses povos durante longos períodos de tempo, baseada nos modos de exploração que produzem baixos impactos em seus ecossistemas de origem.

A profundidade histórica dessa sustentabilidade é complementada por sua abrangência geográfica, encontrada nos mais diversos ecossistemas do país. Essa sustentabilidade foi um elemento chave no estabelecimento de novas parcerias entre alguns desses grupos sociais e setores do movimento ambientalista e conduziu à implementação de formas de cogestão de território, em que o governo – principalmente seus órgãos ambientais – e um grupo social determinado entram em parceria na proteção e uso de uma área geográfica específica (Little 2001: 154-86).

É nesse processo de adesão entre os povos tradicionais e os movimentos sociais que emerge o movimento dos seringueiros da Amazônia brasileira, que consagrou a liderança política de diversos grupos extrativistas. Por conta de uma série de uniões políticas, especialmente com grupos ambientalistas, e da liderança de Chico Mendes, os seringueiros estabeleceram um novo ambiente político e, nesse processo histórico, se tornaram novos atores sociais na realidade brasileira.

É através do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, em Brasília, que as suas reivindicações territoriais resultam na formulação de políticas públicas territoriais e no apoio de diversos setores da sociedade civil internacional, culminando em duas conquistas importantes: o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista dentro da política de reforma agrária (Incra), em 1987, e na criação da modalidade das Reservas Extrativistas dentro da política ambiental do país (Ibama), em 1989 (LITTLE: 2002: 18).

As modalidades territoriais consagradas nesse encontro promoveram um processo de legitimação formal por parte do Estado em que este passa a reconhecer a territorialidade dos povos extrativistas constituindo, assim, uma demonstração de mudança de realidade

⁵⁸ O vetado inciso XV do Artigo 2º do Capítulo I definia: “POPULAÇÃO TRADICIONAL: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável”.

consuetudinária perante uma luta política em realidade legal. É nessas áreas que o uso coletivo e o controle dos recursos são normatizados e reconhecidos legalmente através de planos de utilização elaborados pelas associações locais de trabalhadores agroextrativistas e reconhecidos pelos respectivos órgãos federais responsáveis. Em seguida, essa modalidade territorial passa a ser apropriada por outros grupos de extrativistas que não exploravam a borracha, para incluir quebradoras de babaçu, castanheiros e comunidades pesqueiras.

Araújo (1984) destaca que os povos tradicionais dedicados à extração de recursos pesqueiros, os pescadores e os ribeirinhos, apresentam outra esfera de adversidade para o reconhecimento formal de seus territórios de ocupação e uso, pois na maioria dos casos não são as “terras” que estão em disputa, mas seções de uma superfície aquática, como um rio, um lago ou um mar, originando, assim, “terras aquáticas ou marinhas” que não possuem uma legislação específica e que reconheça as especificidades dessa apropriação.

Os povos indígenas também possuem destaque nos discursos das correntes socioambientalistas. Este movimento de alianças deve-se ao fato de que “os povos indígenas e seus aliados vêm contribuindo para a contenção do desmatamento na fronteira”, como consequência dos seus modos de organização, que funcionam como uma “entidade política com capacidade de mobilização local e com meios legais para promover o controle efetivo sobre a terra” (SCHWARTZMAN e SANTILI, 1997: 2). Os autores Conklin e Graham (1995) ressaltam a emergência de uma “aliança índio-ambientalista” em que as negociações entre esses grupos da sociedade civil acontecem num “meio-de-campo (*middle ground*)”. Já Albert (1995), baseando-se nos seus trabalhos com os povos Yanomami, tenciona a “interculturalidade política” entre os povos indígenas e os ambientalistas, afirmando que a incomensurabilidade cosmológica dos indígenas não exclui a probabilidade de colaboração política entre os ambientalistas e os povos indígenas. Colaboração esta que pode apresentar a sua fundamentação em finalidades comuns, mesmo que baseada em motivos distintos.

4.6 O que é ser caiçara e os sentidos de sentir-se caiçara - Uma identidade em constante construção



Figura 19: Bordado elaborado por Mariana Castro. (Foto da autora, 2015).

Há a tendência de a literatura tradicional caracterizar erroneamente as comunidades caiçaras como um grupo de pescadores artesanais, isolados, autossuficientes e inerentes às mudanças sociais contemporâneas, além de os associarem a um referencial marítimo que não corresponde ao desenvolvimento histórico de suas atividades produtivas. Para fugir desse paradigma é preciso refletir os sentidos de “Ser Caiçara” de forma mais condizente com o seu modo de vida, considerando o papel da chegada da pesca embarcada e do barco a motor nessas comunidades, que impactou na diminuição das práticas agrícolas, assim como os reflexos dos ciclos econômicos brasileiros e das políticas de conservação ambiental.

O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani *caá-içara* e era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores (ADAMS, 2000, p.146). Anos depois, no século XVII, os descendentes de portugueses e índios que habitavam essas casas passaram a ser chamados de caiçaras. São os aspectos de plasticidade e diversidade que devem ser considerados uma característica que permitiu a sobrevivência da cultura litorânea do Sudeste brasileiro ao longo da história e dos sucessivos ciclos econômicos vividos na região, como períodos de maior prosperidade, favorecendo o contato entre as comunidades caiçaras que forneciam produtos agrícolas, utilitários ou pescado para as vilas, e períodos de maior estagnação econômica em que as comunidades retraíam-se sobre si mesmas e sua subsistência (ADAMS, 1999, p. 161).

Após as primeiras políticas de povoamento no Brasil, a faixa costeira foi praticamente a única extensão de povoamento. Mesmo contendo uma grande extensão territorial, há determinadas características sociais e culturais comuns em toda costa brasileira procedentes, em sua maioria, das influências análogas aos processos socioculturais dos moradores do litoral. Com um olhar mais atento às dinâmicas ocorridas nos estados das regiões Sul e Sudeste, Marcílio (1986) indica que ocorreram ainda duas singularidades nessa área: a deserção de sua população à medida que o povoamento prosseguiu para o interior e a não fixação de imigrantes no litoral tornando, assim, esse território reservado de influências culturais externas.

Essa mestiça população se espalhou e estabeleceu pelo território nacional características socioculturais correspondentes às atividades produtivas e às particularidades ecológicas locais, integrando, assim, uma gama de subculturas. A que Ribeiro (1955) denomina de cultura rústica brasileira aquela praticada por grupos que, apesar das características regionais, apresentam a existência de determinada uniformidade sociocultural, como por exemplo: mutirão, agricultura de coivara, folias, novenas, complexo cultural de farinha de mandioca e pesca da tainha, adjutório e compadrio.

Nesse debate, diversos autores tomaram posições distintas acerca da origem do termo “cultura caiçara”. Muitos deles afirmaram que a cultura caipira foi determinada pelo cruzamento do português com o indígena e gerou o mameluco paulista, categoria na qual o caiçara está inserido. Também se afirma que a gênese da cultura caiçara se encontra na combinação da pesca com a agricultura de subsistência, baseada na mandioca, havendo uma discussão teórica entre os autores acerca de concordarem ou não se a cultura caiçara compõe a cultura caipira. Por exemplo, Pierson & Teixeira (1947) e Noffs (1988) avaliam a cultura caiçara como uma expressão regional do caipira do interior e que se fundamenta em um estilo de vida que acreditam ser específico. Outros estudiosos, que divergem desta perspectiva, afirmam que caiçaras e caipiras são dotados de identidades singulares e levam estilos de vida que lhes são próprios.

A organização econômica caiçara caracterizava-se por um distanciamento da economia indígena primitiva e da economia industrial. A sua organização produtiva priorizava contemplar as necessidades domésticas, mas, ainda assim, o caiçara prescindia de

produtos externos, para os quais precisava gerar um excedente: ferramentas, vestuário, sal, habitação, pólvora (...), além de oferecer uma contribuição à sociedade nacional, através de impostos. Assim, raramente a exploração era totalmente autossuficiente (Marcílio, 1986).

A atividade pesqueira desde o seu princípio é uma prática predominantemente masculina, exceto no caso da pesca da tainha, que se constituía numa forma de pesca coletiva (arrasto de praia) de grande importância para as comunidades caiçaras. O peixe era um alimento básico. Em outros casos eram criados porcos e galinhas (id., ibid). No Paraná, a troca entre produtos do mar e da roça era uma prática comum. A coleta de caranguejos, ostras e moluscos complementava a alimentação dessas comunidades também.

Marcílio (1986) afirma que a mulher caiçara desempenha um papel essencial para a sustentação do grupo doméstico, sua produção, reprodução e sobrevivência exercendo, assim, as funções de dona de casa, mãe de família, trabalhadora do lar e da roça. Suas atividades eram bem definidas: criação dos filhos e preparo do alimento, enquanto que as atividades destinadas ao marido eram: pesca, caça, comercialização dos excedentes agrícolas, construção dos ranchos de moradia, transporte, condução das canoas e dos trabalhos da roça, derrubada e queimada, plantio e colheita (podia ser ajudado pela mulher e filhos, nestes casos).

Entre as décadas de 1940-50, o modelo de povoamento caiçara caracterizava-se por agrupamentos desordenados de casas isoladas umas das outras, protegidas e escondidas do vento pela vegetação costeira, com casas que, apesar de serem propriedade privada, não eram cercadas, e com a presença de trilhas que contemplavam o acesso a todos os espaços comunitários. O ambiente da praia era o principal local de articulação com o mundo exterior e da vida caiçara. A praia e a solidariedade entre seus membros eram importante fator de equilíbrio, mesmo não sendo regulada por nenhuma organização ou instituição. Embora a prática agrícola fosse predominantemente individual e familiar, os empréstimos de produtos, as trocas e a prestação de serviços e o auxílio nos trabalhos, sob a organização de mutirão, levavam a um abastecimento mais ou menos igualitário dos produtos obtidos nas culturas (FRANÇA, 1954).

O sertão, que corresponde à faixa de terra compreendida entre a orla marítima e a encosta da serra, era uma área do trabalho onde predominavam os bananais, as roças e a mata, onde se caçava, se retirava lenha e ervas medicinais. Em diversas comunidades era comum ver ranchos construídos na praia que serviam de habitação temporária durante a época de pesca de algumas espécies, como a tainha (WILLEMS, 1946). A estrutura da casa caiçara tradicional e da caipira do interior eram a mesma contendo: paredes de pau-a-pique, telhado de sapê, com poucos móveis e chão de terra batida (CARVALHO, 1940).

As formas de distração e lazer dos caiçaras caracterizavam-se por um folclore bastante rico, com danças, festas, procissões, poucos jogos e os pasquins, espécie de literatura de cordel, que relatava a vida comunitária. As práticas coletivas correspondiam a grandes momentos de integração social da comunidade: as “campanhas” de pesca de tainha, os mutirões de derrubadas e de queimadas (DIEGUES, 1983).

A presença da Igreja Católica, especialmente, no litoral norte de São Paulo, permitiu uma conexão entre a cidade e as comunidades semi-isoladas em que o caiçara era católico, mas não “no sentido rigoroso do cumprimento dos preceitos e das obrigações” (LANGOWISKI, 1984). As festas de casamento constituíam o ápice do cotidiano caiçara e a morte era considerada como um fenômeno natural e inexorável e a cerimônia de funeral consistia em um momento de importante coesão social. Segundo Diegues, a proliferação de igrejas protestantes provocou reflexos no folclore caiçara, como a quebra dos valores religiosos e o surgimento de conflitos em algumas comunidades.

Mourão (1971) ressalta que, até meados do século passado, durante os momentos de prosperidade, outras alternativas econômicas eram oferecidas aos caiçaras. Suas tradicionais práticas eram abandonadas para suprirem as novas necessidades quando havia aumento da

população urbana nos municípios do litoral. Enquanto isso, nos períodos de estagnação econômica o caiçara retornava às suas práticas tradicionais como uma maneira de garantir a sua sobrevivência, havendo um retorno para o seu território de origem. A partir da abertura das vias de acesso ao litoral Norte do estado de São Paulo, na segunda metade do século XX, as alterações socioeconômicas, que até então ocorriam vagarosamente, tornam-se aceleradas com o advento do turismo e da urbanização da costa. E, assim, o cenário rural foi se modificando, tornando-se uma paisagem urbana, e o caiçara foi sendo expulso para as cidades (VITAE CIVILIS, 1995; LUCHIARI, s.d.).

Segundo Adams, muitas das concepções atualmente vigentes sobre a cultura caiçara na literatura foram criadas com base nos primeiros autores que publicaram sobre essas comunidades e que as descreveram, justamente, num desses períodos históricos de estagnação econômica, criando a ideia de uma sociedade caiçara “tradicional”, “primitiva”, “isolada” e “autossuficiente”, utilizada pela maioria dos estudos subsequentes (ADAMS, 1999, p. 152).

Atualmente, há uma diversidade de descrições sobre modo de vida caiçara. As perspectivas mais antigas demonstram a centralidade da agricultura na sobrevivência e na economia das comunidades, enquanto que trabalhos mais recentes referem-se ao caiçara como um *pescador* que depende dos cultivos na roça de forma acessória, apenas, e contém todo um universo centrado no mar, acompanhado de um eficiente domínio das técnicas de manejo e de pesca do ecossistema marítimo (SANCHES, 1997). Já Silva (1989: 42) afirma que, é “muito difícil classificar o pescador-lavrador como um agricultor que pesca, ou um pescador que planta, pois a tradição do trabalho agrícola e do trabalho na pesca são da mesma intensidade e regularidade”.

Outros autores abordam a dimensão da definição de pescador artesanal. Nesse sentido, Diegues (1983) preconiza que a pesca realizada nos moldes da categoria de pequena produção mercantil é dividida entre pescadores-lavradores em que a produção se enquadra na noção de campesinato e pescadores artesanais se aproximam mais da corporação de ofício.

Já Maldonado (1986) argumenta que, dependendo da forma com que o meio marítimo é explorado pelo homem, surgem específicas percepções acerca do significado do trabalho na pesca e no mar, que se traduzem em diferentes comportamentos em relação à natureza. Afirmando, assim, que *o pescador-agricultor* caracteriza-se por pescar e plantar com o intuito de produzir e comercializar, e que pratica uma pesca simples, que o impede de alcançar longas distâncias no mar. A exploração do mar e da terra atribui aos caiçaras um pluralismo econômico em que a associação dessas práticas garante sua subsistência em fases desfavoráveis à pesca. Para Mussolini (1980), a ausência de barcos mais bem preparados que permitissem o deslocamento dessas populações por longas distâncias marítimas fez com que grande parte das comunidades caiçaras garantisse a sua subsistência com a atividade agrícola, complementada pela caça ou pela pesca.

Beck (1989) afirma que o que distingue as comunidades pescadoras lavradoras é a relação que mantêm entre a atividade agrícola de pequena escala (subsistência) e a pesca artesanal (de pequena escala), resumida na dupla identidade auto atribuída de lavradores e pescadores. Enquanto que o lavrador contém o conhecimento dos ciclos anuais da terra, das técnicas de manejo e dos regimes de chuva e seca, junto ao controle do núcleo familiar para as atividades agrícolas e no engenho, o pescador possui o domínio do mar e das técnicas de pescaria. Essa relação entre a roça e a pesca demonstra ter um valor importante na organização do universo simbólico e da vida econômica junto a toda estrutura social do lavrador-pescador.

Já outros autores não concordam com a perspectiva dualista de pescador artesanal e pescador comercial, como Bernardes & Bernardes (1950), que distinguem os processos da pesca em dois grupos, de acordo com as técnicas praticadas: a *pesca costeira* ou *marítima*, que envolve tanto os métodos tradicionais, como os modernos, utilizados nas pontas, praias,

ilhas rochosas e ao largo da costa; e *a pesca interior*, realizada em fundos de enseadas, lagoas e embocaduras de rios. Entretanto, todos esses autores afirmam que existe uma clara distinção entre a organização social, produtiva e simbólica dos indivíduos que dependem primordialmente da agricultura e daqueles que dependem basicamente da pesca.

A literatura publicada sobre populações caiçaras, a partir da década de 1970, tende a caracterizá-las como pescadoras tradicionais ou embarcadas, identificando-as com um mundo simbólico e tecnológico marítimo. Não se discute sua origem sob uma perspectiva histórica, diacrônica, deixando de considerar que os caiçaras pescadores artesanais e embarcados surgiram a partir dos *lavradores-pescadores*, e somente após as mudanças ocorridas entre as décadas de 1930-50, período relativamente recente. Em nossa visão, as populações caiçaras eram constituídas, no passado, primordialmente por lavradores-pescadores, com raras exceções em comunidades dependentes essencialmente da pesca. Após a introdução do cerco e do barco a motor, em meados do século XX, essas comunidades passaram a dedicar uma parte cada vez maior de seu tempo às atividades da pesca, em detrimento da lavoura. Como confirma Diegues (1983: 1), povos com grande tradição marítima aparecem apenas “em certas situações no Brasil, onde, salvo alguns casos, a tradição pesqueira marítima é reduzida ou em formação” (ADAMS, 1999, p. 154).

A autora ainda afirma que as transformações pelas quais essas comunidades passaram, a partir de 1930, apresentam relação, entre outros motivos, com a pesca seletiva e a motorização dos barcos, que foi considerada um grande divisor na vida dessas comunidades costeiras, pois representou uma ruptura com o anterior sistema de valores. Essa alteração fez surgir entre os caiçaras o que Mourão (1971) nomeou de “ideologia da pesca”, atrelada a uma nova percepção de trabalho. O advento desses eventos na vida dos caiçaras fez com que estes se convertessem em pescadores exclusivos e reordenassem seus referenciais culturais e seus modos de vida, articulando-se, assim, mais intensamente com o universo marítimo, ao contrário do passado (SILVA, 1993). Em decorrência desses eventos houve um abandono completo ou parcial das roças para a subsistência, caracterizando, assim, uma transição da economia agrária para a pesca artesanal motorizada.

Carvalho (1940) afirma que a prática da pesca de alto mar não era habitual no litoral Norte de São Paulo em decorrência da ausência de tecnologia adequada (barcos), sendo praticada somente pelos barcos vindos de Santos. No litoral fluminense, em meados do século XX, o principal processo de pesca foi a pesca de traineira, introduzida em 1930 (Bernardes & Bernardes, 1950). A fase da pesca costeira comercial na Ilha de São Sebastião (SP) provoca o abandono parcial ou completo da atividade agrícola em diversas áreas da Ilha e a formação de povoados de pescadores oriundos de diversas partes, atraídos pelo cerco flutuante e barco a motor (FRANÇA, 1954). Nesse sentido, a pesca passa a substituir as atividades agrícolas até então predominantes nos modos de vida destas populações.

Rougeulle (1989) afirma que nem todos os lavradores-pescadores adaptaram-se às transformações trazidas pelo barco a motor. Em alguns locais do litoral do Paraná, observou-se que recém-pescadores de família agricultora não se adaptaram totalmente ao mundo marítimo. Ressalta, também, a disponibilidade de uma grande quantia de recursos naturais, em decorrência de características naturais da região, o que parece ter contribuído ao caiçara-lavrador conservar-se nesta condição sem a necessidade de transformar-se em pescador artesanal para garantir a sua reprodução e sobrevivência (SALES & MOREIRA, 1994).

Porém, a maioria dos autores pondera que o caiçara é aquele que “tira do mar o seu principal sustento e o conhecimento profundo do oceano é motivo de orgulho” (Siqueira, 1989, p. 266). Todavia, esse tipo de generalização produz incorretas suposições como, por exemplo: o universo do caiçara é fundamentalmente marítimo; os caiçaras retêm um profundo conhecimento do meio marítimo e de técnicas de manejo passadas de pai para filho e que permitem o uso sustentado de seus recursos.

Uma vez que as atividades agrícolas praticadas pelos caiçaras desempenharam um importante papel no passado, além de não causar desequilíbrios na mata atlântica, pois se utilizam de práticas ancestrais e sustentáveis para o manejo do solo para o cultivo de alimento.

Nesse sentido, Diegues (1993) afirma que mesmo que hoje a atividade econômica do caiçara esteja primordialmente voltada para a pesca e para o turismo, não é fácil imaginar que em cerca de duas gerações, desde o surgimento do barco a motor, tenha ocorrido um acúmulo de conhecimento tão amplo sobre o mar em que os domínios acerca deste são passados de pai para filho e cuidadosamente guardado pelos pescadores caiçaras. Por isso, seria preciso refletir sempre sobre as transformações históricas e as mudanças que esses processos implicam no cotidiano dessas populações, mesmo as mais contemporâneas, para não reduzir e generalizar a riqueza de suas diversidades culturais.

4.7 A legislação brasileira a e o processo de conservação ambiental

Como vimos nos primeiros itens deste capítulo, a elaboração e a reflexão sobre as áreas protegidas ocorre em meados do século XIX, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. No século e meio seguinte, a modalidade de áreas protegidas se expandiu por todas as partes do mundo, inclusive no Brasil. É nesse movimento que a Constituição Federal de 1934 traz uma mudança fundamental na elaboração das áreas de proteção ambiental no Brasil.

Esta constituição introduziu na legislação brasileira a categoria de monumento público, estabelecendo que é competência da União e do Estado “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico (...)” (DIEGUES, 2001). Segundo Castro Junior (2007), a promulgação desta Constituinte permitiu que a conservação ambiental passasse “a fazer parte da lei máxima do país como princípio básico que deve ser assegurado pelo Estado”. No mesmo ano foi elaborado o Código Florestal de 1934; o Código de Águas; e o Código de Caça, todos eles com o mesmo espírito de manutenção dos recursos naturais de grande beleza cênica e importância econômica (RAMOS, 2012, p. 46).

Mesmo sendo fundamentalmente direcionado à regulamentação do uso de recursos florestais, especialmente pelos madeireiros, o Código Florestal de 1934 representa uma evolução na introdução da política de preservação da natureza. Esse primeiro instrumento, em seu capítulo II, artigo 3º, inseriu a noção de florestas protetoras e reconheceu três categorias básicas de áreas protegidas: parques nacionais, florestas nacionais, estaduais e municipais, e florestas protetoras. Ele dá ênfase para a proteção do ecossistema de grande valor estético e cultural (BRASIL, CÓDIGO FLORESTAL DE 1934, Art. 3º).

Ocorrem poucas modificações estruturais nas políticas de áreas protegidas nacionais durante a década de 1940 e início de década de 1960. Contudo, é no decorrer do período militar que ocorre a expansão do processo político de conservação ambiental. Segundo alguns ambientalistas, este período foi marcado por progressos significativos e pela expansão das percepções jurídicas e institucionais. Neste movimento, o Código Florestal elaborado no ano de 1934 foi revisitado no regime militar, originando o Novo Código Florestal, de 1965. Dentre as suas colaborações para a conservação ambiental, destaca-se o processo de elaboração das áreas de proteção permanente (APPs) e a definição das reservas legais em que os proprietários eram obrigados a manter em suas propriedades, assim como a reposição florestal quando há remoção de floresta (CASTRO JUNIOR, *et al.* 2007, p. 40/41).

Posteriormente, é elaborado o regulamento dos Parques Nacionais, através do Decreto n. 84.017 de 1979, que instituiu a regulamentação dos parques nacionais no Brasil. O referido Decreto estabelece as normas que definem e caracterizam os parques nacionais (BRASIL, DECRETO n. 84.017/1979, Art. 1, inciso § 1º). No ano de 1989, através da Lei nº 7.735, o

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi criado. Até o ano de 2007, o Ibama funcionou como o órgão público responsável pela gestão das unidades de conservação federais.

Já na década de 1990, são elaboradas diversas leis que vão se somar aos clássicos instrumentos de controle e comando, previstos pela legislação anterior. Neste período foram instituídos instrumentos econômicos, como a cobrança pelo uso, por exemplo, da água, e pela visitação de áreas com uso público (LEUZINGER, 2012, p. 67).

Em seguida, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído pela Lei nº 9.985, de 2000, que regulamentou o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2000, p. 1). A concepção do SNUC baseou-se na legislação instituída anteriormente no Brasil. E, nesse sentido, foi a responsável pela consolidação da legislação brasileira sobre as áreas nacionais protegidas. Essa lei é a responsável por separar as unidades de conservação em duas diferentes categorias: as unidades de conservação de uso sustentável e as de proteção integral.

O ano de 2007 é marcado pela criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado pela Lei número 11.516. Este acontecimento representa uma etapa positiva para o processo de institucionalização das unidades de conservação (UCs) brasileiras. O ICMBio é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente que tem por missão institucional administrar as UCs federais (ICMBio, 2015, p. 1).

É importante destacar que o Brasil apresenta um estatuto institucional e legal completo em relação à conservação ambiental. Todavia, bons instrumentos de controle e comando, previstos pela legislação, não garantem o equilíbrio socioeconômico e ambiental das UCs. Para que essas ferramentas operem de forma eficiente, é preciso também uma comprometida e transparente gestão das UCs. Para isso, é preciso um número de recursos humanos e financeiros adequados. Nesse sentido, as parcerias entre o setor público e iniciativa privada estão emergindo como alternativas para a finalidade de contribuir para suprir necessidades não contempladas pelo poder público.

4.8 O processo de institucionalização das Unidades de Conservação: parceria público-privada

A deficiência em relação à prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais vem motivando determinados processos de consolidação de ferramentas de gestão que respaldam a atuação de diferentes atores sociais no desenvolvimento da atividade turística, como, por exemplo, cooperativas e associações de base comunitária, organizações da sociedade civil e empresas.

Nesse sentido, as parcerias entre o setor público e o setor privado consistem em um novo modelo de gestão das unidades de conservação (UC) com foco, neste momento, nos parques nacionais, que permitem a visitação pública. As UCs representam estruturas fundamentais para a proteção das composições geológicas relevantes, da fauna e da flora, dos endemismos, e da diversidade paisagística nacional.

Na situação das unidades de conservação que permitem a visitação pública, aonde há práticas relacionadas ao lazer, à contemplação e à recreação para visitantes e turistas, é necessário adequar de forma harmônica a proteção da natureza e o oferecimento das práticas citadas acima. Este aspecto torna a gestão e o planejamento desses territórios uma ação desafiadora, uma vez que é difícil conciliar interesses diversos junto à conservação ambiental das áreas protegidas.

O pressuposto é que uma gestão equilibrada tornaria as práticas turísticas no interior de UCs menos impactantes e com efeitos positivos não apenas para a UC, como também para a população local. Atualmente vêm sendo elaboradas parcerias público-privadas em algumas

UCs nacionais que permitem a visitação pública. Este processo de gestão compartilha em UCs é justificado por suprir a carência na disponibilidade de infraestruturas de apoio às atividades turísticas, mão-de-obra qualificada para esse fim e recursos financeiros para gerir a unidade de conservação (BIESEK & SANTOS, 2015, p.3).

Neste sentido, os parques nacionais, além da função precípua de conservação da diversidade biológica, têm também por objetivo promover a visitação, com fins de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza (BRASIL, 2000).

Para fazer cumprir a Lei 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, é fundamental elaborar serviços de apoio às atividades de visitação a serem realizadas em áreas naturais públicas. O fornecimento desses serviços pode ocorrer de duas formas: de maneira direta, quando é disponibilizado pelo próprio Estado, ou indireta, quando o Estado delega as suas funções a outros agentes, através de instrumentos jurídicos específicos. Todavia, esse é um tema extremamente polêmico e delicado. Não apenas a proposta de estabelecer uma gestão compartilhada entre o Estado e a iniciativa privada, mas, especialmente, a forma precisa sobre como se pretende implementar este modelo, particularmente no que concerne ao uso e ocupação de terra e dos recursos realizado pelas populações que vivem no interior e no entorno destas áreas.

Rodrigues e Godoy (2013) afirmam que a relação que compreende a fruição de um bem público, o parque nacional, e a exploração turística, é mediada pela prestação de serviços por entidades alheias ao serviço público. Essa dinâmica tende a impulsionar a apropriação mercadológica desse bem público em diversas escalas e a valoração econômica dos parques nacionais.

Segundo Bensusann (2006), uma vez que as práticas humanas afetam a capacidade autossustentável e de regeneração biológica dos ecossistemas, é necessário para amenizar esses impactos, com a elaboração da gestão das UCs. Entretanto, na maioria dos casos, a gestão de uma UCs está pautada por diversos conflitos que representam uma equação a ser solucionada pela gestão. Esta é a responsável por equalizar a demanda de mão-de-obra e infraestrutura apropriadas para o atendimento turístico e reduzir os efeitos provocados pelos visitantes e turistas sobre a UC.

O turismo desenvolvido nessas áreas é categorizado como: turismo ambiental, turismo ecológico, turismo verde (...). Beni (2003) considera que essa modalidade é a que mais cresce no mundo atualmente e pontua, ainda, que é uma atividade turística que designa o deslocamento de pessoas para áreas naturais, motivadas pelo anseio do contato com o meio natural, junto à observação passiva ou interativa. Nesse processo, acontece também a preocupação com a conscientização e educação ambiental.

O turismo verde e a ação de gerir uma UC podem gerar efeitos negativos e positivos. Os danos negativos estão associados aos impactos potenciais às composições geológicas relevantes, à fauna e à flora, aos endemismos e à diversidade paisagística nacional, como também à comunidade que vive no interior e no entorno da UC. Acrescenta-se, também, que a inadequação da infraestrutura de apoio à prática turística em relação às regras do plano de manejo pode danificar os aspectos naturais, com modificações no sistema hídrico, na paisagem e na conservação dos recursos naturais.

Em relação aos aspectos tidos como positivos da gestão compartilhada, destaca-se a diversificação da economia regional, através da instalação de micro e pequenos negócios; geração de emprego e renda; fixação da população em seu entorno; melhoramento das infraestruturas de transportes, comunicação e saneamento; além da geração de renda para as Unidades de Conservação (BRASIL, 1994, p. 17-19).

Como dito inicialmente, as parcerias público-privadas ou a gestão compartilhada entre a iniciativa privada e o poder público vêm sendo aplicadas e fortemente incentivadas no

Brasil⁵⁹. Essa modalidade de gestão é respaldada pela necessidade de preencher supostos vazios administrativos das Unidades de Conservação, sem aumentar o ônus de sua manutenção para o Estado, uma vez que a iniciativa privada injeta recursos financeiros que são revertidos em serviços e implantação de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do turismo nas UCs (BIESEK & SANTOS, 2015).

Esse modelo de gestão teve início no Parque Nacional do Iguaçu, no final do ano 2000 e início de 2001, com a instalação da concessionária Cataratas S/A. Até o final do ano de 2016 estavam sendo realizados diversos estudos sobre a possibilidade de concessão de algumas Unidades de Conservação do país, todas com grande potencial turístico, entre elas estão o Parque da Serra da Bocaina, Lençóis Maranhenses e Chapada dos Guimarães. No Rio de Janeiro, o Parque Estadual da Ilha Grande⁶⁰ será o primeiro a adotar o modelo de parceria público-privada.

O debate teve início no ano de 2015 e tem sido conflituoso em decorrência da ausência de transparência e da participação dos comunitários da Ilha Grande e da prefeitura do município de Angra dos Reis. A oposição dos moradores e comerciantes locais ao modelo PPP para Ilha Grande, por eles denominado de “privatização da Ilha Grande”, baseia-se na discordância das justificativas preservacionistas ancoradas na ideia de gestão de combate ao “turismo predatório” que supostamente vigoraria na Ilha Grande e às práticas previstas pelo modelo PPP como a cobrança de taxa ambiental para turistas e limitação do número de visitantes.

O modelo de PPP voltado para unidades de conservação com perfil turístico tem demonstrado forte tendência de consolidação e expansão, uma vez que é cada vez maior o número de turistas atraídos por essas áreas e há esvaziamento do Estado em relação ao desempenho das suas funções sociais.

⁵⁹ Os exemplos europeus do modelo PPP não apresentam bons resultados. Este modelo de gestão foi criado no Reino Unido e uma análise realizada pelo comitê do Tesouro do Parlamento do Reino Unido constatou que o uso de iniciativas de financiamento privado (em inglês, *private finance initiative* – PFI) tem o efeito de aumentar o custo de financiamento para os investimentos públicos conforme análise apresentada, por exemplo, no Jornal The Guardian (<https://www.theguardian.com/global-development/2015/nov/11/private-sector-finance-not-easy-development-fix-public-private-partnerships>). Mesmo assim, o governo do Reino Unido tem se empenhado em promover as PPPs em todo o mundo. Vale lembrar que nas PPPs o agente privado é remunerado exclusivamente pelo governo ou numa combinação de taxas condicionadas aos usuários dos serviços mais recursos públicos.

⁶⁰<http://oglobo.globo.com/rio/ilha-grande-tera-cobranca-de-entrada-numero-limitado-de-visitantes-19541567>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender e analisar o sentido e o significado da presença feminina nas práticas de desenvolvimento sustentável na Praia do Sono, localizada no município de Paraty/RJ. Para isso, foi necessário analisar duas práticas distintas nas quais as mulheres têm posição de destaque: o turismo de base comunitária e a prática artesanal do bordado. Nos dois casos buscou-se examinar as teias de interdependência que atravessam as práticas dessas mulheres, sejam as Bordadeiras da Praia do Sono ou as gestoras de unidades familiares empenhadas no atendimento ao turista (transporte, hospedagem, alimentação), com as lideranças locais, os consultores de designer que desenvolveram parcerias com o grupo, os turistas, gestores ambientais e os visitantes. As falas, percepções, sentidos e significados, muitas vezes diferenciados, tornaram um desafio esta pesquisa etnográfica, que se pretendeu processual ao não isolar a comunidade do Sono da sociedade abrangente da qual faz parte.

Tecendo tantos “sentidos e significados” com a contextualização territorial da Praia do Sono buscamos apresentar o significado da organização e da participação política para essas famílias que, desde meados da década de 1950, resistem e lutam por segurança territorial e por meios de sobreviver autonomamente no Sono. Os comunitários do Sono resistem para serem reconhecidos como sujeitos políticos, em suas vidas, em suas casas, em sua comunidade, mas, sobretudo, diante do Estado.

Desse modo, buscamos nesta dissertação apresentar os conflitos, as lutas, os momentos de tensão, as formas de organização e a construção diante da ameaça territorial da identidade caiçara. Esse processo acionou diversas estratégias de resistência, como a criação da Associação dos Moradores da Praia do Sono e a criação da Reserva Ecológica da Juatinga e da Área de Proteção Ambiental Cairuçu, em um cenário em que a segurança territorial estava sendo ameaçada. A análise desse processo permitiu refletir acerca da reprodução social das comunidades caiçaras nos dias de hoje, ou seja, sobre a relevância da implementação de práticas econômicas que permitam a continuidade de um modo de vida profundamente associado com a conservação ambiental das áreas costeiras. Nesse cenário, as comunidades caiçaras apresentam novas demandas e pautas políticas; propõem formas novas de participação e questionam as normas de participação nos múltiplos espaços de representatividade.

Apesar do antecedente histórico relacionado ao caso Gibrail, há ainda o Condomínio Laranjeiras, um empreendimento imobiliário de alto padrão que tem interesse em expandir a sua área para os limites da Praia do Sono e que, desde o ano 2000, vem desrespeitando o direito de ir e vir garantido pela Constituição, além de deliberar regras restritivas à passagem dos moradores por dentro de suas instalações, em especial pela marina, o que gerou uma Representação da Associação de Moradores da Praia do Sono contra o Condomínio Laranjeiras junto ao Ministério Público Federal - MPF, em 1 de junho de 2009, por meio do Processo Administrativo MPF nº 1.30.014.000016/2009-15 (Lourival, 2009). São por esses antecedentes históricos e pelas questões atuais que a ação pela posse legal do território permanece até os dias de hoje como a principal bandeira da comunidade em seu processo de reconhecimento político-identitário.

Como foi salientado ao longo do texto, especialmente, no capítulo que diz respeito ao território, observa-se que a presença e participação dos comunitários da REJ e de outras comunidades da região não foi considerada durante a criação das Unidades de Conservação de Proteção Integral, uma vez que o contexto de criação destas UCs estava atrelado aos aspectos

ambientalistas e preservacionistas vigentes na época (DIEGUES, 2001). O modelo restritivo de unidade de conservação adotado permitiu um determinado controle em relação aos impactos produzidos pelo turismo e pela especulação imobiliária, que afetou fortemente toda a Costa Verde do estado do Rio de Janeiro após a abertura da rodovia Rio-Santos, na década de 1970. Contudo, os territórios destas áreas, com destaque para o Sono, foram apropriados pelo poder público, cujos gestores pouco se preocuparam em formular projetos para a sobrevivência das comunidades residentes nas unidades de conservação. E, neste contexto de invisibilidade perante o poder público, o turismo comunitário foi se configurando como única alternativa disponível de obtenção de renda dessas comunidades.

Temos conhecimento que a solução encontrada a partir de movimentos sociais que lutaram pela permanência das populações tradicionais em seus territórios de origem foi elaborada pelo SNUC, que vislumbrou o processo de recategorização destas terras em RDS, permitindo o direito de permanência legal destas, o direito de transmissão de seus conhecimentos tradicionais, práticas de pesca artesanal, roçado e o turismo controlado. Porém, o processo de recategorização do Sono se arrasta desde o ano de 2001 e é compreendido pelos comunitários como uma grande fonte de tensões, uma vez que alguns são favoráveis a este modelo e compreendem que a sua implementação pode trazer benefícios, enquanto outros desconhecem esse debate no interior da comunidade. Há, ainda, os que são contra e afirmam que esse modelo constitui a reprodução da configuração vigente. O trabalho de campo nos permitiu observar que há uma grande carência de informação dos comunitários e um órgão ambiental ausente que se expressa através resoluções impostas sem qualquer preocupação com o efetivo envolvimento comunitário no processo de tomada de decisões.

Através da abordagem relacional, percebemos que o turismo comunitário desenvolvido na Praia do Sono compreende um notável processo de autogestão comunitária conduzida por núcleos familiares. E que a partir desta prática econômica os moradores estabelecem relações que funcionam como uma espécie de alicerce social, responsável por garantir a reprodução de um modo de vida, trabalho e tradições.

Neste processo as mulheres ocupam um papel central enquanto gestoras dessa sustentabilidade, enquanto responsáveis pelo cuidado com a família nuclear e reprodutoras desse saber do cuidado muitas vezes naturalizado, invisibilizado e inferiorizado transmitido às filhas, ainda que tenha se notado a redução de práticas em família e entre famílias, o que fragiliza, em certa medida, os elos das redes de parentesco e vizinhança. Neste sentido, Woortmann (1991) afirma que, é o processo de relativização dos espaços de trabalho – mar e terra – por meio da cooperação, sendo um o suposto da produção do outro, ameniza-se o processo de “invisibilização” da mulher.

Buscamos refletir sobre como as mulheres acionam as suas redes de parentesco e vizinhança na organização das atividades e como a crescente presença feminina na geração de renda tem se manifestado nas relações sociais de gênero dentro da família e da comunidade. Observamos que a mulher estende o cuidado da casa para o cuidado do turismo (CARPENTER, 2011), uma vez que o *camping*, o chalé, o bar ou o restaurante tornam-se uma dimensão do espaço da casa, onde estas mulheres exercem as funções de organizar, cozinhar e limpar. Alguns turistas e visitantes são compreendidos aqui como uma extensão familiar, uma vez que são tratados como membros da família “o turista-amigo”.

Para o homem, o turismo é percebido como uma atividade econômica que promove o sustento da família. O barco assume funções para além da pesca. Este passa a transportar os turistas, abastecer os estabelecimentos comerciais com comida e infraestrutura necessárias. Vislumbramos, aqui, que o turismo assume percepções distintas e relativas ao gênero do indivíduo, uma vez que a atividade econômica funciona como uma extensão da terra e da casa para a mulher. Para o homem, a atividade turística é a continuação do mar e do barco.

Em relação à gestão da atividade turística observamos que há uma divisão sexual do trabalho, permeada por papéis sociais de gênero e pela confiança, em que mulheres e homens estão em uma relação de equidade, sendo comum observar as mulheres das famílias, normalmente as mães ou as esposas, como detentoras dos caderninhos e agendas de movimentação financeira. Estas ferramentas são utilizadas para fazer a gestão do que entra e do que sai de dinheiro, e de mercadoria vendida, no caso de restaurantes e bares. Servem também para controlar os turistas que se hospedam nos *campings*, casas e chalés. Outro instrumento presente na gestão familiar é a caixinha, que é basicamente uma caixa de papel em que os familiares guardam o dinheiro que entra com a atividade turística.

No item em que tratamos sobre as temporalidades, compreendemos que o aspecto da sazonalidade aciona de forma imperativa toda a comunidade, modificando não apenas o cenário geográfico, o perfil dos visitantes, como também as escolhas, as ações e a subjetividades destes. A localização dos terrenos na beira da praia concentra o maior número de turistas, uma vez que a maioria dos turistas opta em se hospedar nas áreas mais próximas ao mar. O controle do fluxo de turistas não se configura como um controle político local. Ele está relacionado à extensão da rede familiar e ao tempo de permanência no território, uma vez que o enraizamento mais antigo confere maior acesso à posse da terra, especialmente nos terrenos localizados na beira da praia.

O turismo influencia profundamente o modo de vida dos comunitários do Sono, sobretudo as mulheres, que afirmaram se sentir muito sobrecarregadas durante a alta temporada. Observamos, durante as entrevistas, que a prática turística muitas vezes é percebida como uma atividade repetitiva, em que a lógica do trabalho não se baseia na expectativa de acumular e sim na perspectiva de ganhar o suficiente.

Abordamos também as vicissitudes da história do turismo na Praia do Sono, uma vez que este foi influenciado pelo processo de massificação turística em Trindade. Através da narrativa dos comunitários foi possível dividir o perfil do visitante do Sono em três categorias distintas e, assim, compreender melhor a configuração social estabelecida. Percebemos, através de suas falas, que há certa insatisfação em relação a determinados turistas, uma vez que esses desrespeitam as regras de convívio e não se preocupam com o lixo que deixam no local. Desta forma, a compreensão dos comunitários acerca da prática turística é divergente. Alguns estão satisfeitos com relação ao arranjo atual e outros desejam transformações como, por exemplo, o desenvolvimento de um turismo de caráter também cultural e menos impactante ao cotidiano comunitário.

No capítulo sobre o bordado, através das interpretações e dos significados da prática de bordar, analisamos não apenas a forma como as mulheres que compõem o grupo das Bordadeiras da Praia do Sono equacionam duas atividades econômicas distintas, mas, sobretudo, os sentidos identitários (o feminino e caçara) e as redes de interdependência que são mobilizadas a partir do turismo e do bordado. Para compreender as representações sociais dos atores foi necessário perceber a forma como essas mulheres interagem com entidades como o Sebrae, como negociam com as suas famílias, com o Condomínio Laranjeiras, com as designers e com as ONGs que estabeleceram parcerias ao longo da trajetória do grupo.

Do mesmo modo, buscamos demonstrar alguns significados, interpretações e representações na relação dessas mulheres com o objeto artesanal, como também a sua compreensão do bordado como uma obra de arte e expressão de identidade artística e de gênero. Observamos no discurso das integrantes que compõem o núcleo do grupo, a oposição entre arte e artesanato. Consideramos que a maneira como elas se referem aos seus bordados, como obras de arte, está conectado com o fato dos seus bordados serem únicos. Esta compreensão está relacionada com o fato de os bordados representarem uma novidade para estas mulheres, uma vez que esta não é uma atividade tradicional da comunidade, mas foi introduzida pelo Sebrae. O bordado também é um contraponto reflexivo para as demais

atividades praticadas pelas mulheres forjadas na economia do cuidado (familiar e dos hóspedes), tidas como trabalho natural da mulher e, portanto, invisível e subsumido na lógica do trabalho familiar.

Nesse sentido, a compreensão do termo “novidade” está atrelada ao fato de ser uma prática que até então poucas mulheres manipulavam no Sono. Verificamos, assim, que é a chegada do bordado no formato instituído pelo Sebrae que faz com que essas mulheres compreendam os seus trabalhos como distintos, especiais e dissociados do trabalho da família, ou seja, como obras de arte, num contraponto com o trabalho cotidiano feminino.

Observar esta relação nos fez perceber que o bordado pode ter diferentes significados e sentidos para essas mulheres, uma vez que a sua prática é capaz de mobilizar identidades tradicionais e de gênero. O bordado é percebido por essas mulheres não apenas como uma prática produtiva, mas, sobretudo, de afirmação identitária e de resistência em relação ao território, visto que a representação da vida caiçara se consolidou como o tema central dos bordados.

Ao observar as redes de produção e comercialização, compreendemos que a prática do bordado concebe toda uma cadeia de dependência entre as mulheres e os mediadores, impondo a assessoria de alguma ONG, ou a existência de uma liderança que detenha capacidade de acionar redes de relações externas à comunidade. Verificamos, também, que o bordado não reorienta os papéis de gênero no interior da comunidade, todavia a sua prática elabora novas possibilidades a serem experienciadas por essas mulheres, especialmente no que diz respeito à autoestima e ao sentimento de agregação feminina.

Há um par de atuações entre construir tecnicamente e criar um produto artístico, oferecendo, assim, um produto único. Com a atividade do bordado as mulheres se percebem produtivas e individualizadas e, sobretudo, valorizam o seu potencial criativo, uma vez que o bordado é percebido como uma alternativa ao trabalho doméstico não remunerado e dissolvido na renda e trabalho familiar.

Há também uma série de conflitos referentes aos papéis de homem e mulher dentro da casa. Ao passo que os maridos se dedicam à atividade turística, mas permanecem como pescadores, as mulheres configuram-se como donas-de-casa e gerenciadoras da hospitalidade, mas se tornam também artesãs e seus bordados se projetam para além do território do Sono como, por exemplo, nos eventos de moda e artesanato dos quais têm participado.

Outro ponto de tensão no interior do grupo é o entendimento da noção de parceria, que varia no decorrer da trajetória do grupo. As primeiras parcerias surgem a partir da ação do Sebrae, uma vez que este sempre ressaltou a importância das parcerias não apenas para o grupo, mas, sobretudo, para o desenvolvimento de produtos. Através da narrativa das bordadeiras percebemos a importância do papel dos designers que atravessaram a trajetória do grupo nos últimos anos. Elas reconhecem que este profissional transita por várias áreas, constituindo, assim, um mediador entre as artesãs e o mercado consumidor, que apresenta determinados parâmetros e exigências de qualidade.

Todavia, atualmente o grupo encontra-se dividido não apenas em relação à vinda de designers à comunidade. Dispõem também de muitas dúvidas em relação ao produto que preferem bordar. Ao mesmo tempo em que uma parcela do grupo opta por continuar fazendo painéis bordados, há uma parcela do grupo que deseja confeccionar produtos menores e é a favor da vinda de designers para aprimorar esses produtos.

Outro ponto de destaque é a presença do empreendedorismo, enquanto que a atividade do bordado é a prática que recebe através do Sebrae todo o incentivo ideológico e financeiro. É na gestão turística que observamos iniciativas de implementação de mudanças e novos negócios. Vale ressaltar, também, a questão dos rendimentos obtidos com o turismo e com o bordado. A renda do primeiro compõe a renda familiar e a maneira como esta renda é administrada ocorre de diversas formas na comunidade. Há núcleos familiares que são

administrados financeiramente apenas pela mulher ou pelo homem, em que alguns possuem conta bancária, ou o dinheiro da família é administrado pelos dois. Em relação ao dinheiro oriundo da venda do bordado, este é compreendido como a renda da mulher, que é gasto consigo mesma e com os filhos, como, por exemplo, na compra de material escolar, de forno micro-ondas e máquina de costura.

Utilizando os conceitos de configuração social e interdependência oferecidos por Elias (1994), foi possível levantar diversas questões referentes aos desdobramentos do turismo e do bordado em relação ao modo de vida dos moradores do Sono. Pudemos perceber como se processa a configuração estabelecida a partir das mulheres, que protagonizam diversos papéis no equacionamento da produção e na circulação dos bordados e no desenvolvimento do turismo, frequentemente caracterizado como desordenado ou predatório nessa região de Paraty. Percebemos, também, que pensar em comunidades caiçaras na sociedade contemporânea é se distanciar da visão de uma comunidade isolado e estática. O trabalho etnográfico evidenciou que a praia do Sono e as outras comunidades da REJ estão imersas em fluxos e configurações sociais maiores que se interconectam a todo momento, seja por suas pautas identitárias, seja por suas reivindicações políticas. A análise comparativa de duas práticas econômicas distintas nos permitiu analisar que a divisão social do trabalho está associada à economia do cuidado e que este processo ocorre a partir de uma série de especificidades ligadas ao acúmulo de habilidades relacionadas às práticas domésticas em que as mulheres passaram a cozinhar, limpar e organizar os seus estabelecimentos comerciais para os visitantes e elaboraram um tempo para si através da prática do bordado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Rosa e Edna CASTRO. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios**. 2ª edição revista e ampliada. Belém: Cejup; UFPA, 1998.

ADAMS, Cristina. **As Populações Caiçaras e o Mito do Bom Selvagem**. In Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2000, V. 43 n° 1 Disponível ehttp://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012000000100005&script=sci_arttext

ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza**. Série Antropologia No. 174. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 1995.

ARAÚJO, Roberto. **“Manejo ecológico, manejos políticos: observações preliminares sobre conflitos sociais numa área do Baixo Amazonas”**. In A Amazônia e a crise da modernização, M.A. D’Incao e I.M. da Silveira, orgs. 301- 308. Belém: MPEG, 1994.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Mocambo/Sergipe: negros e índios no artesanato da memória. Tempo e Presença** 298: 26-28, suplemento março/abril. ———. 1997. A emergência dos “remanescentes”: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana 3(2): 7-38, 1998.

BALLABIO, Sati Albuquerque. **Viagem ao Sono: Relações de tradicionalidade e consumo na Praia do Sono - Parati/RJ**. Dissertação de Mestrado, Orientadora Mirian Cláudia Lourenção Simonetti. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília) /Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

BALDIN, N. MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. Congresso Nacional de Educação, 10 Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, 1. Curitiba, 2011.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. 2001a. **Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

_____. 2001b. **“Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção”**. Palestra apresentada no Workshop “Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade”. Parati, RJ.

BAZANELLA, André. **O Encantamento como campo simbólico: uma Abordagem Estética das Narrativas sobre a Experiência do Fantástico**. 2013. 190 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

BECKER, Berta K. 1982. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 9. ed. São Paulo: Senac, 2003.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERNARDES, S. & BERNARDES. “A pesca no litoral do Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 2, 1950.

BOURDIEU, P. et al. **O Ofício de Sociólogo**. [1968]. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2005.

_____. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAMWELL, Anna. **Ecology in the 20th Century: A History**. New York: Yale University Press, 1989

BRASIL. **Decreto 8750, de 9 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm. Acessado em: 19 de jun. de 2016.

BRASIL. **Decreto 10884, de 13 julho de 2006**. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm. Acessado em: 19 de jun. de 2016.

BRASIL. **Decreto 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em: 19 de jun. de 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de Julho de 2000**, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídrico da Amazônia Legal. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: MICT/MMA, 1994.

BRASIL. **Código Florestal Brasileiro de 1934**. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. **Decreto No 84.017, de 21 de setembro de 1979, que aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros**. Brasília, 1979.

BRASIL. **Decreto 5758, de 13 de abril de 2006.** Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm. Acessado em: 20 de jun. de 2016.

BRASIL. **Decreto 10408, de 27 de dezembro de 2004.** Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm. Acessado em: 20 de jun. de 2016.

BRASIL. **Lei 9985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acessado em: 20 de jun. de 2016.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7 ed., São Paulo, Duas Cidades. 1974.

CARRASCO, Cristina. **Los tiempos de trabajo: entre la casa y el mercado. Nuevas aproximaciones de análisis de resultados.** Documento presentado en la Reunión de expertos Encuestas sobre uso del tiempo, Santiago de Chile, 11 y 12 de diciembre de 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In Oliveira, R.C. **O Trabalho do Antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

Carta de 13 de Maio - uma nota de repúdio ao governo golpista. Disponível em: <http://www.preservaresistir.org/#!Canto-de-13-de-Maio-uma-nota-de-repúdio-ao-governo-golpista/ca81/5739d8030cf266ff0bf0a1d1>. Acessado em: 19 de junho de 2016.

CASTRO, Evaristo Jr. et. al. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antônio José Teixeira e COELHO, Maria Célia Nunes (orgs.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 296 p.

CAVALIERI, Lucia. **A Comunidade Caiçara no Processo da Reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga,** 2003.

CARVALHO, M. C. V. O pescador no litoral do Estado de São Paulo. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA**, 9, 1940, Florianópolis. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1940, vol. III. p. 680-88.

COSTA, Paulo A. S.; MOREIRA, Paulo; HAIMOVICI, Manuel. A Pesca de Polvos e Lulas no Litoral do Rio de Janeiro. In: **Ciência e Cultura**, 42 (12), 1124-1130p., dezembro, 1990.

COSTA, Gustavo Villela Lima da; CATÃO, Helena; PRADO, Rosane Manhães. Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo. In: BARTHOLO, Roberto;

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira; ROUGEULLE, Marie Dominique; VON BEHR, Miguel Fernando. **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: convivência e conflitos. O caso de Guaraqueçaba, Paraná**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 3. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. **A Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2001

ESPINO, Alma; SALVADOR, Soledad. **El sistema nacional de cuidados: una apuesta al bienestar, la igualdad y el desarrollo**. Serie *Análisis* No 4/20. Montevideo: Friedrich-Ebert-Stiftung, Julio de 2013.

ESQUIVEL, Valeria. **La Economía del cuidado en América Latina: Poniendo a los cuidados en el centro de la agenda**. Serie *Atando cabos desatando nudos*. Centro Regional de América Latina y el Caribe del PNUD – a través de su Área de Práctica de Género. Octubre de 2011.

FOOTE WHYTE, W. Treinando a Observação Participante. In: **Desvendando Mascaras Sociais**. Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Sociedade de Esquina**. [1943]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FRANÇA, A. **A Ilha de São Sebastião. Estudo de Geografia Humana**, São Paulo, FFCL - USP, Boletim 178, Geografia, n. 10. 1954

GIUMBELLI, Emerson. **Para além do trabalho de campo: reflexões supostamente malinowskianas**. XXV Encontro Anual da ANPOCS, Seminário Temático “A Antropologia e seus métodos: o arquivo, o campo, os problemas”. Caxambu, 2001.

ICMBIO. **Parque Nacional do Iguaçu. Brasília, 2015**. Disponível: <http://www.icmbio.gov.br/parnaiguacu/quem-somos.html> Acesso em: 10/03/2017.

JALIL, L. M. **As Flores e os Frutos da Luta: o significado da Organização e da Participação Política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Tese de Doutorado Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LAVINAS, Lena, “Estratégias femininas para conciliar trabalho remunerado e trabalho doméstico no século XXI”, em Revista da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, FEA/USP, São Paulo, volume X – nº 2 – Jul/Dez.2011.

LEUZINGER, M. D. **Uso Público em Unidades de Conservação**. Congresso de Direito Ambiental da PUC-RIO, 1., 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marci_a_leuzinger.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2017.

LIMA FILHO, Manoel Ferreira. **Pioneiras da Marcha para o Oeste: memória e identidade na fronteira médio Araguaia**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 1998.

LITTLE, Paul E. **Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2001.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília, Brasília, DF. Ed. Universidade de Brasília, 2002.

LUCHIARI, M. Tereza; SERRANO; BRUNS; (orgs). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000.

MACHADO, J.R. IGOR. Estado- nação, identidade- para- o - mercado e representações de nação. In: **Revista de antropologia**. São Paulo, USP, v. 47 n° 1. P. 207-234, 2004.

MARCÍLIO, M. Luiza. **Caiçara terra e população: Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo. Edusp, 2006.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992 [1989].

McNEELY, Jeffery A., Jeremy HARRISON and Paul DINGWALL. **“Introduction: Protected areas in the modern world.” In Protecting nature: Regional reviews of protected areas**. J. A. McNeely, J. Harrison, and P. Dingwall, eds., 1-28. Gland: IUCN, 1994.

MELO, Hildete P. & SABBATO, A., **Divisão sexual do trabalho e pobreza, Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher – Textos Acadêmicos**, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2011.

MENDES, Chico. **Fight for the forest: Chico Mendes in his own words**. London: Latin American Bureau, 1989.

MENDONÇA, Marina de Oliveira. **Territórios, Deslocamentos, Permanências e Transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande de Cajaíba, RJ**. Dissertação de Mestrado, Orientador Antônio Carlos Sant’Ana Diegues, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-22112011-165906/pt-br.php>

MIGLIORINI & SANTOS, Ana & Sônia. **Parceria entre Poder Público e Iniciativa Privada na Gestão da Unidade de Conservação Ambiental**. Encontro Nacional da ANPEGE. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/23/641.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2017.

MIGUELLETO, Danielle. **A Encruzilhada do Desenvolvimento**. 2011. 152 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

MOURÃO, F. A. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo. Um estudo de sociologia diferencial**, São Paulo, tese, Universidade de São Paulo, 1971.

MUSSOLINI, G. Persistência e mudança em comunidades de *folk*. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS**, 31, 1955. Anhembi, H. Baldus (org.), 1955. vol. 1, p. 345-53. 1955.

NOFFS, P. DA S. **Os caiçaras de Toque-Toque Pequeno. Um estudo de mudança espacial**, São Paulo, dissertação, Universidade de São Paulo, 1988.

PAUTASSI, Laura. Cuidado y derechos: la nueva cuestión social, en El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo. In: VIRREIRA, Sonia Montañó; MAGAÑA, Coral Calderón (coords.), **Cuadernos de la CEPAL**, N° 94, Santiago de Chile: CEPAL.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Regime Tutelar e Faccionalismo. Política e Religião em uma reserva Ticuna**. Manaus: Atual, 2015.

OLIVEIRA RODRIGUES, Lilian de. **Percorrendo os Cantos da Memória: poesia, narrativa e cotidiano**. In Revista Boitatá, Universidade Estadual de Londrina, nº 2. Jul. a Dez., 2006. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/boitata/volume-2-2006/artigo%20Lilian%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2016.

PEPPER, David. **Modern Environmentalism: An Introduction**. Londres: Routledge, . 1996.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PIERSON, D. & TEIXEIRA, C. B. **Survey' de Icapara**, Sociologia. São Paulo, n. 9. 1974.

RAMOS, Adriana. Contextualização da Gestão da Unidade de Conservação. In: CASES, Maria O. **Gestão de Unidade de Conservação: Compartilhando uma experiência de capacitação**. Brasília, WWF-Brasil e IPÊ, 2012.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento**. Revista de antropologia 34: 59-101, 1992.

RIBEIRO NETO, F. B. & OLIVEIRA, M. F. **Estratégias de sobrevivência de comunidades litorâneas em regiões ecologicamente degradadas: o caso da Baixada Santista**, São Paulo. PPCAUB/F.FORD/IUCN/IOUSP, Série Estudos de Caso, n. 1.1998.

ROSA, Henrique Campos Moreira. **Atores e Interesses que Articulam as Transformações Sócio-espaciais de uma Localidade Caiçara: o caso de Pouso da Cajaíba no litoral sul-fluminense**. Orientador Jorge O. Romano. Dissertação de mestrado UFRRJ/CPDA. 2005.

ROUGEULLE, M. D. Pescas artesanais de Guaraqueçaba. In: **ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR**, 3, 1989, São Paulo, Coletânea dos Trabalhos Apresentados. São Paulo, PCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN, 1989. p.281-88, 1989

SAHLINS, Marshall. “**O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção**”. *Mana* 3(1): 41-73 e (2): 103-150, 1997.

SANCHES, R. A. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins** (Litoral Sul – São Paulo), dissertação, Universidade de São Paulo, 1997.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações**. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Disponível em: www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf . Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

SCOTT, J.; **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Revista Educação e Realidade*, 1990.

_____ **O Enigma da Igualdade. Estudos Feministas**, Florianópolis, 2005.

SCHWARTZMAN, Stephen e Márcio SANTILLI. “**Indigenous reserves and land use change in the Brazilian Amazon**”. Brasília: Instituto Socioambiental. Mimeo. 1997.

SILVA, A. C. **O litoral norte do Estado de São Paulo. Formação de uma região periférica**. São Paulo, IGEOG-USP, Série Teses e Monografias, n. 20. 1975.

SILVA, J. G. S. **Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**, São Paulo, CEMAR/USP. 1993.

SOJO, Ana. **De la evanescencia a la mira: El cuidado como eje de políticas y de actores en América Latina Seminarios y conferencias N. 67**. División de Desarrollo Social. Santiago, septiembre de 2011.

TUNA, Muammer. Social and Environmental Impacts of Tourism Development in Turkey. In: KOZAK, Metin; KOZAK, Nazmi. **Sustainability of Tourism: cultural and environmental perspectives**. Newcastle, Tyne, UK: Cambridge Scholars Publishing, 2011

URRY, John **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VIANNA, Lucila Pinsard. **Considerações críticas sobre a construção da ideia da população tradicional no contexto das unidades de conservação**. Dissertação de mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo. 1996.

VIRREIRA, Sonia Montañó; **MAGAÑA**, Coral Calderón (coord.) *Cuadernos de la CEPAL*, N° 94, Santiago de Chile: CEPAL 2013

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O Ambiente e a Mulher: o caso do litoral do Rio Grande do Norte, Brasil. In: **Latin American Studies**, Tokyo, Japan, The Association for Latin American Studies, dezembro, 1992. 210

_____. Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. In: **Série Antropologia**. Brasília, 1991.